

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Políticas de Ações Afirmativas em Programas de Pós-graduação da  
Universidade Federal de Viçosa: uma breve análise do acesso, permanência e  
produção do conhecimento de estudantes cotistas**

Nirvana Rodrigues Nicolato  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**NIRVANA RODRIGUES NICOLATO**

**Políticas de Ações Afirmativas em Programas de Pós-graduação da  
Universidade Federal de Viçosa: uma breve análise do acesso, permanência e  
produção do conhecimento de estudantes cotistas**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Daniela Alves de Alves

Coorientadores: Maria Simone Euclides  
Heloisa R. Herneck

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

N638p  
2025

Nicolato, Nirvana Rodrigues, 1972-

Políticas de ações afirmativas em programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa: uma breve análise do acesso, permanência e produção do conhecimento de estudantes cotistas / Nirvana Rodrigues Nicolato. – Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (141 f.): il.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Daniela Alves de Alves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação, 2025.

Referências bibliográficas: f. 124-128.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.460>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Programas de ação afirmativa na educação - Viçosa (MG). 2. Universidade Federal de Viçosa - Pós-graduação - Ingresso. 3. Interseccionalidade (Sociologia). I. Alves, Daniela Alves de, 1975-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 379.26098151

**NIRVANA RODRIGUES NICOLATO**

**Políticas de Ações Afirmativas em Programas de Pós-graduação da  
Universidade Federal de Viçosa: uma breve análise do acesso, permanência e  
produção do conhecimento de estudantes cotistas**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de abril de 2025.

Assentimento:

---

Nirvana Rodrigues Nicolato  
Autora

---

Daniela Alves de Alves  
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 13/08/2025 às 19:18:23 e pela orientadora em 18/08/2025 às 09:51:45. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **E3KU.1GB2.W7NZ** e clique no botão 'Validar documento'.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

À minha esperança em persistir no sonho de estudar.

À minha avó, Alita Soares Rodrigues (in memoriam), e à minha mãe, Joana d'Arc Rodrigues Nicolato (in memoriam), professoras rurais e exemplos de resiliência e amor.

À minha filha, Vittoria, aos meus filhos, Alan, Ennio Neto e Steffano e às noras, Adjane e Juliana, por me apoiarem na realização desse sonho. À minha neta, Aurora, pela esperança que se renova.

À minha orientadora Professora Dra. Daniela Alves de Alves pela oportunidade, por caminhar ao meu lado e pela vitória nesse trabalho construído coletivamente no "Projeto Alteridades na pós-graduação".

À Professora Dra. Maria Simone Euclides, idealizadora e coordenadora do "Projeto Alteridades na pós-graduação", que abriu caminho para trilharmos juntas nessa pesquisa, minha coorientadora e formadora crítica nas temáticas estudadas.

À Professora Dra. Heloísa Raimunda Herneck, também minha coorientadora, pelo empenho em acompanhar a pesquisa de forma participativa e colaborativa.

Às pós-doutorandas do "Projeto Alteridades na pós-graduação", Dra. Ana Carolina Costa dos Anjos e Dra. Carolina Rocha, pela formação consistente em grupos de estudos e reuniões do projeto, sempre atenciosas e assertivas.

Às(aos) professoras(es) que participaram do nosso evento na Universidade Federal de Viçosa, "I Seminário sobre presenças negras na pós-graduação" em 2024, Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira, Dra. Iraneide Soares da Silva, Dr. Rodrigo Ednilson de Jesus, Dra. Cássia Virgínia Bastos Maciel, Dra. Eliane Alves da Silva, Dr. Sales Augusto dos Santos, por todo conhecimento compartilhado e parceria na causa antirracista.

À coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação, Professora Dra. Alvanize Valente Fernandes Ferenc, às (aos) professoras (es) e colegas de mestrado, turma 2023, pela caminhada. Às (aos) servidoras (es) do Departamento de Educação, em especial à Naiany Gabrielle Pereira Lima.

Às/aos colegas do "Projeto Alteridades na pós-graduação" pela construção coletiva de nossos trabalhos.

À Secretaria de Educação de Visconde do Rio Branco, pelo afastamento das atividades laborais por dois anos para dedicação exclusiva à formação.

À CAPES pela aprovação e fomento do "Projeto Alteridades na pós-graduação".

## RESUMO

NICOLATO, Nirvana Rodrigues, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2025. **Políticas de Ações Afirmativas em Programas de Pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa: uma breve análise do acesso, permanência e produção do conhecimento de estudantes cotistas.** Orientadora: Daniela Alves de Alves. Coorientadores: Maria Simone Euclides e Heloisa Raimunda Herneck.

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla intitulada "Projeto Alteridades na pós graduação" com o título "Presenças e agências negras em Programas de Pós-graduações: emergência e agência na ciência brasileira". Voluntariamente, cinco estudantes cotistas foram entrevistados e analisados à luz da teoria crítica da interseccionalidade. Analisamos aspectos de acesso, permanência e produção de conhecimento de estudantes cotistas negros(as) dos programas de pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa. Investigamos temáticas, linhas de pesquisa e produtos do conhecimento relacionados a gênero e raça nas produções científicas e outras formas de produção do conhecimento dos/as estudantes negros(as) cotistas, para além da área de concentração e das linhas de pesquisa em que estão inseridos seus trabalhos acadêmicos, que tenham viés étnico racial e de gênero. Nesse sentido, constatamos que as pesquisas nas áreas de agrárias e biológicas da instituição são objetivas, dentro do interesse específico do programa, não relacionando a questões sociais de nenhuma forma. A representatividade negra entre os discentes ainda é pequena, entre os docentes dos referidos centros de pesquisa, ainda menor. Quanto ao acesso, constatamos que, no contexto das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas federais no Brasil, salvo poucas exceções, predomina o percentual mínimo de 20% de cotas para garantir o acesso de estudantes negros, pardos, indígenas e PcD, como é o caso da Universidade Federal de Viçosa, locus da pesquisa. Os aspectos de permanência material e simbólica foram importantes nesse trabalho, pois trouxeram uma dimensão dos desafios enfrentados pelos(as) estudantes da pós-graduação entrevistados(as). Desses, houve ênfase nas dificuldades com o segundo idioma no exame de proficiência, seguido pela imprevisibilidade da bolsa de estudos devido à real necessidade para que permaneçam nos respectivos programas de pós-graduação. Além disso, houve relatos sobre a relação estudante-orientador, muitas vezes, opressora pelo não reconhecimento e não valorização de estudantes e até pelo racismo, sexismo e xenofobia regional e de estrangeiro por parte de professores e orientadores.

Palavras-chave: cotas na pós-graduação; Universidade Federal de Viçosa; acesso e permanência; produção do conhecimento; interseccionalidade

## ABSTRACT

NICOLATO, Nirvana Rodrigues, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2025. **Affirmative Action Policies in graduate programs at the Federal university of Viçosa: a brief analysis of access, permanence and knowledge production of quota students.** Adviser: Daniela Alves de Alves. Co-advisers: Maria Simone Euclides and Heloisa Raimunda Herneck.

This dissertation is part of a broader research project entitled "Project Otherness in Graduate Education", with the specific title "Black Presence and Agency in Graduate Programs: Emergence and Agency in Brazilian Science". Five quota students voluntarily participated in interviews, and their experiences were analyzed through the lens of critical intersectionality theory. We examined aspects of access, retention, and knowledge production among Black quota students enrolled in graduate programs at the Center for Agricultural Sciences and the Center for Biological and Health Sciences at the Federal University of Viçosa. Our investigation included the themes, research lines, and knowledge products related to gender and race in students' scientific output and other forms of knowledge production—beyond the official research areas and lines to which their academic work is tied—that reflect an ethno racial and gendered perspective. In this regard, we found that the research developed in the fields of agricultural and biological sciences at the institution tends to be objective and focused on the specific interests of each program, without incorporating social issues in any form. Black representation among students remains limited, and among faculty members in the aforementioned research centers, it is even scarcer. In terms of access, we observed that within the framework of affirmative action policies in Brazil's federal public universities, with few exceptions, the prevailing quota percentage is the minimum of 20%, aimed at ensuring the inclusion of Black, Brown, Indigenous, and disabled students—such is the case at the Federal University of Viçosa, where this research was conducted. Material and symbolic aspects of retention were critical in this study, as they revealed the challenges faced by the graduate students interviewed. Most notably, they highlighted difficulties with the second language proficiency exam, the unpredictability of scholarship funding—which is essential for continuing in the programs—and the student-supervisor relationship, which is often oppressive due to lack of recognition and appreciation. Reports included experiences of racism, sexism, regional prejudice, and xenophobia from professors and advisors.

Keywords: graduate school quotas; Federal University of Viçosa; access and retention; knowledge production; intersectionality

## LISTA DE SIGLAS

AA	Ações Afirmativas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAD	Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância
CHI	Comissão de Heteroidentificação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MN	Movimento Negro
PAA	Política de Ação Afirmativa
PcD	Pessoa com Deficiência
PPIQ	Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas
PT	Partido dos Trabalhadores
SNPIR	Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UEZO	Centro Universitário do Estado do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
Uneb	Universidade Estadual da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 Políticas de Ações Afirmativas em programas de pós-graduação em universidades públicas federais.....	11
2.2 Raça, racismo e sexismo.....	24
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>37</b>
<b>4. OS(AS) ESTUDANTES COTISTAS ENTREVISTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFV .....</b>	<b>42</b>
4.1 Acesso dos (as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV .....	49
4.2 Permanência dos(as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV .....	61
4.3 Produção do conhecimento dos(as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV.....	92
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>124</b>
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)...	124
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	128
<b>ANEXOS .....</b>	<b>130</b>
ANEXO A - RESOLUÇÃO 08/2019.....	130
ANEXO B - PORTARIA NORMATIVA.....	135

## 1. INTRODUÇÃO

É notória a desigualdade no acesso às universidades públicas dadas as condições sócio-históricas brasileiras. Assim, é escassa a possibilidade de permanência dos(as) estudantes de baixa renda, negros, indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas, pessoas transexuais e transgêneros, dadas as condições materiais e simbólicas como, por exemplo, o acolhimento, o sentimento de pertencimento ao grupo, a inclusão e o apoio pedagógico. Neste sentido, as políticas públicas afirmativas são fundamentais na geração de oportunidades, como no caso da política de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades públicas do país. A discussão do tema no Congresso Nacional existia desde os governos anteriores, mas a sanção ocorreu apenas no governo da Presidenta da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff (PT) em 2012.

Nesta pesquisa, investigamos o ingresso e a trajetória de estudantes cotistas para sua permanência na pós-graduação, assim como sua produção do conhecimento, considerando a interseccionalidade das categorias de análise gênero, raça e classe. Este estudo faz parte de um projeto maior, o “Projeto Alteridades na Pós-graduação”, cujo título da proposta é “Presenças negras em programas de pós-graduações: emergências e agências na ciência brasileira”, aprovado pelo Edital 37/2022 que desde 2023 está desenvolvendo uma pesquisa sobre as presenças negras na pós-graduação.

O objetivo do projeto maior é pesquisar a presença negra e seu impacto na produção de conhecimento de cotistas mestrandos(as) e doutorandos(as), entre 2022 e 2026, em três regiões brasileiras com predominância da população autodeclarada negra de três instituições: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). A UFBA e a UnB foram instituições federais pioneiras em implementar as cotas antes da vigência da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012).

O projeto maior teve iniciativa da Professora coordenadora do projeto, Dra. Maria Simone Euclides, do Departamento de Educação, e da Professora Dra. Heloísa Raimunda Herneck, também do Departamento de Educação da UFV, ambas minhas Coorientadoras nesta pesquisa. Durante o ano de 2023, tivemos um grupo de estudo conduzido pela então pós-doutoranda do projeto, Dra. Ana Carolina Costa dos Anjos. Nestes encontros, desenvolvemos o roteiro da entrevista a ser realizada com os estudantes cotistas (vide Apêndice B). Em 2024, o grupo de estudos passou a ser ministrado pela nova pós-doutoranda do projeto, a Dra. Carolina Rocha.

Este trabalho almeja contribuir para a pesquisa a nível nacional por meio da investigação sobre o acesso, a permanência e as produções dos pós-graduandos negros e negras cotistas da

Universidade Federal de Viçosa em dois Centros: Ciências Agrárias (CCA) e Ciências Biológicas (CCB). Contamos com os dados quantitativos sobre o acesso de estudantes cotistas na UFV coletados desde 2023.

Assim, apresentamos nossas indagações sobre como se dá a aplicabilidade da lei de cotas no Centro de Ciências Agrárias, o mais tradicional e consolidado da instituição, e no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde que, mais recentemente, passou a oferecer também o curso de graduação em Medicina, além da sua tradição no curso de Biologia.

Muitas são nossas inquietações, mas sintetizamos nas questões seguintes: Como os(as) estudantes cotistas negros(as) da pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa percebem seu acesso e permanência? Há temáticas e produtos do conhecimento relacionados a gênero e raça nas produções científicas e outras formas de produção do conhecimento dos(as) estudantes negros(as) cotistas?

O objetivo geral é identificar e analisar a presença de negros(as) cotistas na pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, em dois centros de ciência da Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, a partir de uma perspectiva interseccional. Os objetivos específicos são:

- Identificar como se dá a aplicabilidade da lei de cotas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado do Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa entre os anos de 2022 e 2023;
- Analisar as condições de acesso no processo seletivo de 2022 e 2023 e de permanência dos(as) estudantes cotistas interessados(as) em participar da pesquisa, dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado dos referidos centros de ciências da Universidade Federal de Viçosa;
- Investigar se há produções científicas e produções alternativas dos estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, negros(as) cotistas dos referidos centros de ciências da Universidade Federal de Viçosa, para além da área de concentração e das linhas de pesquisa em que estão inseridos seus trabalhos acadêmicos que tenham viés étnico-racial e de gênero.

As pautas de equidade social, redistribuição de renda e oportunidades e reconhecimento das camadas excluídas me são caras pela minha experiência de mulher de baixa renda, mãe na adolescência e vítima do patriarcado. Tive oportunidade de concluir a primeira graduação em instituição particular aos 35 anos de idade e ingressar na pós-graduação *stricto sensu* em universidade pública aos 50 anos. Neste intervalo, consegui concluir a segunda graduação em

Psicologia, também em faculdade particular, e quatro pós-graduações *lato sensu*, sendo apenas uma em universidade pública: a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Não posso deixar de mencionar um pouco da minha trajetória que envolve questões sociais de gênero e classe. A escassez de políticas públicas em Educação nos anos 90 me afetou de maneira dramática. Tentei ingressar no ensino superior por dez vezes em anos, cursos e instituições diferentes, inclusive em três diferentes estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) em virtude das mudanças da família. A seleção era feita ainda na modalidade vestibular prestado na própria instituição de ensino superior (IES) pretendida. Dessas tentativas, apenas três foram em IES públicas (UFJF, UFRJ e UFV). Fui aprovada na UFV para Ciências Sociais, mas não concluí o curso após o nascimento do quarto filho. Destas buscas, cheguei a ingressar em cinco cursos de graduação em instituições privadas: Letras, Turismo, Direito, Normal Superior e Psicologia, tendo conseguido concluir esses dois últimos. Os períodos de permanência variaram de um bimestre a quatro semestres.

O curso de Comunicação Social foi minha primeira opção. Prestei vestibular em três instituições, fui aprovada em faculdade privada no Rio de Janeiro, mas não consegui sequer efetuar a matrícula pelo alto custo e por estar grávida do segundo filho. As evasões dos cursos de graduação se davam por inúmeras limitações, desde as constantes mudanças de cidade e Estado em função do trabalho do marido e os poucos recursos para custear minha permanência. Algumas vezes realizei trabalho informal ou como professora em cursos de idiomas para custear as mensalidades da faculdade privada. Outra grande dificuldade era me ausentar de casa para ir ao *campus*, considerando a maternidade de quatro filhos, nascidos ao longo de duas décadas. Todavia, não havia ainda nesta ocasião acesso aos cursos superiores à distância, o que facilitaria no meu caso.

Trato aqui de uma série de buscas que dura mais de três décadas, de quando fiz o primeiro exame vestibular até hoje. Na UFV, o programa de mestrado começou a ser oferecido em 2009, quando fui aprovada na prova dissertativa, mas reprovada no projeto. Em 2015, tentei o mestrado em Educação na PUC-MG onde também fui aprovada, porém sem a garantia de uma bolsa de estudos, uma vez que a instituição é particular e eu deveria custear as primeiras mensalidades, o que inviabilizou minha matrícula. Somente depois de concluir a graduação em Psicologia me senti mais capaz para submeter um projeto de mestrado acadêmico, um sonho antigo. Aqui estou aprendendo e renascendo pessoal e profissionalmente com este projeto. Fui selecionada no primeiro semestre de 2023, mas tive a oportunidade de ingressar neste projeto em junho do mesmo ano, com o objetivo de traçar um desenho fidedigno da política de cotas na UFV, discutindo os atravessamentos como acesso e permanência. Além da produção do

conhecimento, discutirmos as questões interseccionais de gênero, raça e classe que perpassam por essas dinâmicas.

Confesso que pesquisar as dinâmicas das políticas de ações afirmativas para ingresso em universidades públicas era um desejo por entender que esse é um caminho viável para garantir a equidade social e mitigar as desigualdades raciais da população a partir da educação. Progressista, acompanho as tentativas de vários governos ao longo da história da democracia brasileira de implementar tais políticas, sendo por fim efetivadas por lei federal no governo da Presidenta Dilma Rousseff em 2012. Em 2014, a Presidenta instituiu a lei de cotas para concursos federais, ratificando a ideologia de enfrentamento às desigualdades. Em 2016, criou a portaria que orientava as IES a desenvolverem estratégias para garantir o acesso também à pós-graduação por reserva de vagas, o que foi realizado na maior parte das IES brasileiras. Considerando o reduzido número de universidades públicas em relação ao grande número de instituições privadas de ensino superior no contexto nacional, podemos notar a dimensão das implicações legais para os(as) estudantes em vulnerabilidade social e desigualdade racial.

A justificativa social desta pesquisa é no sentido de contribuir para uma análise de políticas públicas aplicadas ao contexto acadêmico em nível de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado. Serão apresentados os pontos fundamentais sobre a política de cotas para além do ingresso dos estudantes selecionados, fatores que colaboram para sua permanência e produção do conhecimento em suas áreas na UFV.

A justificativa acadêmica se dá na observação do parágrafo único do artigo 7º da renovação da Lei de cotas para a graduação (Lei 14.723 de 29 de novembro de 2023) que prevê que o Ministério da Educação promova relatórios anuais com informações sobre o programa especial de acesso às IES públicas, “[...] do qual deverão constar, pelo menos, dados sobre o acesso, a permanência e a conclusão dos alunos beneficiários e não beneficiários desta Lei” (Brasil, 2023). No decorrer de 10 (dez) anos será realizada avaliação do programa baseada nos relatórios anuais. O artigo 7ºB da referida Lei dá autonomia às IES federais para promoverem políticas de ações afirmativas (PAA) para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*. Nesta pesquisa, um desenho institucional será traçado sobre o critério de cotas raciais, o que pode contribuir para novas análises e tomadas de decisões, por exemplo.

A justificativa epistemológica se dá na análise da produção de conhecimento, em abordagens e linhas de pesquisas de seus respectivos centros de ciências. Nesse sentido, buscamos compreender como se deu a dinâmica de escolha de temas para pesquisa, desde sua primeira elaboração de projeto de pesquisa para o processo seletivo do qual participaram, se foi

mantido ou alterado, considerando o tema, linha e conteúdo de pesquisa e, ainda, se há relação com a temática racial e de gênero.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A partir destes questionamentos, passamos a discutir interseccionalmente alguns conceitos fundamentais para melhor contextualização da vivência de estudantes cotistas da pós-graduação na UFV. A base teórica deste trabalho de pesquisa são as políticas de ações afirmativas no âmbito da universidade pública federal, assim como conceitos de raça e racismo. Neste sentido, analisamos a repercussão prática da interseccionalidade em questões sobre o acesso, a permanência e a produção do conhecimento de estudantes cotistas dos Centros de Ciências da UFV. Primeiramente, dialogamos com os autores de pesquisas na pós-graduação a partir das políticas afirmativas: Joaze Bernardino-Costa *et al.* (2024), Anna Carolina Venturini e Emili Senra da Silva (2023), Ana Carolina Costa dos Anjos *et al.* (2023), Rodrigo Ednilson de Jesus (2021), Dayane Brito Reis Santos (2009), Ycaro Wagner *et al.* (2021).

Na segunda parte deste referencial, traremos alguns autores que dialogam sobre a sociologia das relações étnico-raciais: Nilma Lino Gomes (2005), Sílvio Almeida (2021), Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), Maria Simone Euclides (2017), Joselina Silva e Maria Simone Euclides (2018), Lélia Gonzalez (2020), Grada Kilomba (2019), Djamila Ribeiro (2017), Muniz Sodré (2018), Saidiya Hartman (2019), Roseli Fischmann (2020), Bárbara Carine (2023), Lucas Motta Veiga (2019). Utilizamos tais autores para conceituarmos raça e racismo, assim como um pouco do contexto histórico dos termos e conceitos para chegarmos ao cenário atual.

### 2.1 Políticas de Ações Afirmativas em programas de pós-graduação em universidades públicas federais

Apresentaremos, nesta seção, o panorama de Políticas de Ações Afirmativas (PAA) na graduação para melhor contextualizarmos o que vem sendo ampliado para a pós-graduação. As PAA são políticas com medidas reparatórias para promover o bem-estar social, direitos civis, políticos, culturais dos grupos historicamente discriminados. Popularmente, as PAA são associadas às cotas para ingresso nas universidades, mas é programa mais amplo, pois reflete sobre a permanência dos estudantes. Para além dos grupos étnico-raciais, as PAA são articuladas em favor de grupos discriminados em razão de gênero, sexo, deficiências, região, local de moradia, religião ou crença, condições socioeconômicas, distribuição de terras, contratos com setor público como agricultura familiar, dentre outros.

Em 2012 aconteceu uma mudança no acesso às instituições públicas de ensino superior com a política de cotas. O governo federal implementou a política pública de ações afirmativas que influenciou o acesso dos estudantes às universidades federais em todo o país. Trata-se da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas, então, 69 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas nos cursos regulares ou na educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência (Wagner *et al.*, 2021).

Contabilizando as vagas totais de uma instituição de ensino superior, a partir da referida lei conhecida como Lei de cotas, 50% das vagas são reservadas para estudantes que estudam em escola pública e atendam aos critérios de seleção. Desse montante, 25% do total de vagas da instituição é reservada aos estudantes oriundos de escolas públicas com renda familiar inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e 25% das vagas para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio *per capita*.

A seleção dos estudantes é realizada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema informatizado de responsabilidade do Ministério da Educação, utilizando a nota avaliativa obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dentro das vagas reservadas pela Lei de cotas (Wagner *et al.*, 2021).

A Lei 12.711/2012 considerava ainda um percentual mínimo, correspondente à proporção percentual de pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência física. No seu Art. 3º esclarece que esta proporção é baseada no perfil da população da unidade da Federação onde está instalada a instituição de ensino, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Lei de Cotas é uma conquista histórica do movimento negro que, desde a década de 1930, vem lutando por políticas afirmativas, sobretudo no campo educacional. Antes da lei, alguma iniciativa institucional era voluntária, as chamadas Medidas de Significação Compensatórias. A institucionalização se deu gradativamente nas universidades federais e, embora aprovada desde 2012, muitas instituições aderiram mais tardiamente nos anos seguintes.

O monitoramento desta política ficou a cargo do Ministério da Educação e Cultura – (MEC) e da então Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, criada em 2003, no reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro e de acordos internacionais. A lei previa uma revisão em dez anos, a contar da publicação, mas isso não aconteceu em 2022 (TV ABA, 2023).

Observamos na literatura que houve autonomia das universidades federais em criar, adaptar e organizar suas regras para a implementação das políticas afirmativas para permanência de estudantes na graduação e pós-graduação. Algumas tiveram iniciativa positiva neste sentido muito antes da legislação federal (Lei 12.711/2012) que veio com caráter de obrigatoriedade às instituições públicas federais de ensino superior.

Segundo Joaze Bernardino-Costa *et al.* (2024), os estados brasileiros do Rio de Janeiro e Bahia foram pioneiros em legislar pela implementação de políticas de cotas na graduação. Neste sentido, por força de legislação estadual, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em 2001, o Centro Universitário do Estado do Rio de Janeiro (UNIRJ) seguida pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em 2002, aderiram à política afirmativa, implementando-a já na pós-graduação, inclusive.

Em 2003, após longo debate, a Universidade de Brasília (UnB) foi a pioneira das universidades federais em implementar a política de cotas exclusivamente para estudantes negros. A partir destas iniciativas algumas universidades começam a discutir a pauta e implementar alguma política até que, em 2012, a Lei 12.711 normatizou a política de cotas a ser adotada em todas as instituições públicas federais de ensino superior. Vimos que as IES estaduais do Rio de Janeiro que aderiram às políticas afirmativas por força de legislação estadual em 2001 foram seguidas, em 2002, pelas universidades da Bahia e de Brasília, anteriormente à legislação federal de 2012.

A Lei 12.711/2012, com prazo de renovação em 10 (dez) anos vencido em 2022, precisou ser revisada e alterada em alguns aspectos. Dentro dos mesmos critérios, foi proposto o Projeto de Lei (PL 5.384/2020) de autoria da deputada federal Maria do Rosário Nunes (PT-RS). Em 2023 houve um substitutivo proposto pela deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG), fazendo inclusões positivas e transformando na Lei Ordinária 14.723/2023<sup>1</sup>. As alterações passam pelo mecanismo de distribuição da reserva de vagas por cotas sociais e raciais. Com a nova redação, todos os candidatos concorrentes ao ingresso em curso de graduação em universidades federais passarão, primeiramente, pelo sistema de ampla concorrência. Os estudantes que não alcançarem a vaga por ampla concorrência poderão concorrer na reserva de

---

<sup>1</sup> Art. 1º: Esta Lei altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

vagas para o subgrupo racial e estas poderão, ainda, retornar ao grupo de baixa renda, dependendo de dados do IBGE.

Os critérios para o candidato ser beneficiado são: categoria de ensino do estudante, se público ou privado; a renda familiar; o pertencimento étnico-racial e comprovação de deficiência. Desses critérios, é global a renda familiar (correspondente a 50% das vagas reservadas) e critérios étnico-raciais formam um subgrupo. Dentro das alterações propostas, o valor a comprovar de renda familiar *per capita* passa de 1,5 (um e meio) salário mínimo para 1 (um) salário mínimo *per capita*<sup>2</sup> para estudantes que estudaram integralmente em escolas públicas no ensino fundamental (para os casos de ingresso nos institutos técnicos federais de nível médio) e no ensino médio (para ingresso na universidade federal). Outra alteração é a inclusão de uma nova categoria no subgrupo étnico-racial, a de estudantes quilombolas, nos mesmos critérios de benefício da Lei 12.711/2012, ampliando o público-alvo<sup>3</sup>.

As vagas remanescentes<sup>4</sup> devem ser destinadas aos estudantes pretos, pardos, indígenas e pessoa com deficiência, além dos grupos de baixa renda oriundos de escolas públicas, considerando a proporção de vagas da unidade da federação em que está situada a instituição de ensino superior federal e o número de estudantes autodeclarados nas categorias contempladas pela lei, segundo dados do IBGE. Deste quantitativo, 50% das vagas ficam reservadas a estudantes com renda *per capita* igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo. Além disso, a nova redação amplia a lista de responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento do programa<sup>5</sup>.

Os estudantes que se inscreverem para o ENEM com isenção do valor da taxa, uma vez selecionados, já iniciam na universidade com auxílio para permanência, desde que a instituição tenha verba suficiente. A condição para isenção da taxa, por sua vez, exige que o estudante seja

---

<sup>2</sup> Art. 2º: A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 1º Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita.” (NR) (Brasil, 2023).

<sup>3</sup> Art. 3º: Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>4</sup> Art. 2º § 1º: No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

<sup>5</sup> Art. 7º- C: Após 3 (três) anos da divulgação dos resultados do censo do IBGE, o Poder Executivo deverá adotar metodologia para atualizar anualmente os percentuais de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em relação à população das unidades da Federação, na forma da regulamentação” (Lei 14723/ 13 de novembro de 2023).

inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)<sup>6</sup>, conforme o Artigo 7º da Lei 14.723/2023<sup>7</sup>.

As políticas de ações afirmativas também foram ampliadas na pós-graduação. Houve uma redução na exigência da renda familiar *per capita* para 1 (um) salário mínimo, redução de 50% a menos para ingresso por cotas sociais o que, provavelmente, culminará no alcance do público-alvo: os estudantes mais pobres. Outra nova postura é sobre todo estudante ter o direito de participar da ampla concorrência e só assim, se não for aprovado, ser candidato beneficiário das cotas raciais ou para deficientes, o que garante mais oportunidade. As vagas remanescentes dos subgrupos raciais passarão, a partir da revisão, a serem distribuídas entre outros subgrupos raciais, o que prevê o ingresso de pessoas de fato beneficiadas pela lei. Caso ainda remanesçam, as vagas serão passadas ao grupo global de renda familiar.

As vagas ociosas do total geral de vagas não são contempladas nestas políticas, pois não constam da sua redação (TV ABA, 2023). Todavia, a Lei não tem pré-estabelecido o tempo de vigência e o processo de monitoramento anual traz dificuldades, pois depende de diversos órgãos que passam os dados necessários para avaliação e monitoramento das políticas. O programa de permanência de estudantes ainda não tem um contingente que abarque toda a demanda e os recursos ainda são insuficientes, o que traduz em enorme desafio a ser vencido. Para além das questões materiais para permanência dos estudantes cotistas como moradia, alimentação, transporte, deve-se considerar ainda as questões simbólicas de permanência como saúde mental, lazer e entretenimento, rede de apoio para as estudantes que são mães, dentre outras.

As políticas públicas brasileiras, como a Lei de cotas para ingresso nas universidades federais, têm como critério de cor a autodeclaração (Wagner *et al.*, 2021). A autodeclaração é a forma como as pessoas se declaram em relação à sua cor/raça, pergunta esta constante no questionário do censo demográfico do IBGE e no questionário sobre identidade racial para ingresso em instituição pública de ensino superior na reserva de vagas para cotas.

---

<sup>6</sup> O CadÚnico foi instituído por meio do Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Em 2003 aconteceu a integração entre a base do CadÚnico e a do Programa Bolsa Escola, sendo que o cadastro das famílias beneficiárias de tal programa devia ser utilizado e complementado no CadÚnico. Também, neste ano, foi criado o Programa Bolsa Família que, ainda hoje, se constitui como principal usuário do CadÚnico. Em 2005, foi formalizada a adesão ao CadÚnico e ao PBF por parte dos municípios e estados brasileiros, o que levou a um grande processo de atualização cadastral que continua até os dias de hoje. Por fim, vale mencionar que, em 2003, havia cerca de 10 milhões de famílias cadastradas. Hoje, este número é de 19, 5 milhões. População Alvo: Famílias de baixa renda com familiar *per capita* até ½ salário mínimo.

<sup>7</sup> “Art. 7º- A. Os alunos optantes pela reserva de vagas no ato da inscrição do concurso seletivo que se encontrem em situação de vulnerabilidade social terão prioridade para o recebimento de auxílio estudantil de programas desenvolvidos nas instituições federais de ensino” (Lei 14723/ 13 de novembro de 2023).

Rodrigo Ednilson de Jesus (2021) chama a atenção para o fato de que, mais recentemente, algumas IES têm recorrido às bancas de heteroidentificação criadas pelo colegiado da instituição para continuação do processo de seleção por cotas, ou seja, é fase eliminatória. Heteroidentificação é um processo complexo, porém comum no nosso cotidiano de modo até imperceptível quando nos referimos a alguém com suas características físicas e corporais. A Heteroidentificação é feita por terceiros e usada historicamente de forma negativa, pois tenta justificar e manter um padrão: o da supremacia branca.

O corpo potencial do racismo é validado socialmente e tem critérios diferentes para a heteroidentificação. Neste sentido, é necessário ter regras e parâmetros para se realizar uma banca de heteroidentificação em instituição pública de ensino superior como parte do processo de ratificação dos estudantes ingressos pelas cotas raciais para negros, pardos e indígenas. O fenótipo é o critério eleito, o que traduz as marcas do racismo brasileiro. Desta forma, o processo de heteroidentificação serve à manutenção das políticas afirmativas a fim de evitar fraudes (Jesus, 2021).

Os processos de heteroidentificação são diferentes nas diversas IES, sendo realizados por Comissão de Heteroidentificação (CHI) que

[...] seguem as diretrizes da Normativa nº 4 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Brasil, 2018) e apresentam as seguintes especificidades: para que o (a/e) candidato (a/e) das AA seja indeferido, é preciso que a maioria simples da comissão não o (a/e) heteroidentifique como sujeito de direito da política de AA (Anjos *et al.*, 2023, p. 9).

Alguns programas têm ainda a entrevista, já que muitas vezes a narrativa trazida pelo candidato à reserva de vaga pelas cotas é a de descendência negra, apesar de não apresentação dos fenótipos. O fenótipo negro refere-se às características físicas visíveis que definem uma pessoa negra como a cor da pele, o formato do rosto, a textura do cabelo, entre outros traços. Essas características são a base da identificação racial no Brasil, influenciando a forma como as pessoas são percebidas e tratadas. As pesquisas recentes do IBGE mostram que os estudantes se declaram pretos e pardos, mas não se reconhecem e nem são reconhecidos socialmente como negros (Jesus, 2021).

Dayane Brito Reis Santos (2009) trata da questão da permanência nas universidades. Ela esclarece que Lewis usa o termo “persistência” e está diretamente ligado ao tempo, enquanto Kant relacionava permanência aos fenômenos do tempo, não ao tempo em si. Segundo a autora, “a permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de

experiências e a transformação de todos e cada um” (Santos, 2009, p. 68), um conceito mais próximo ao modo Weberiano, associando tempo e (trans)formação.

A permanência material depende dos recursos essenciais da existência, da necessidade primária, como ter onde morar, o que se alimentar, recursos em caso de adoecimento, vestuário, locomoção, dentre outros. Neste sentido, Santos (2009) constata que, para conseguirem permanecer na universidade, sobrevivendo, muitos estudantes de graduação tornam-se também trabalhadores, o que acaba por excluí-los do contato com outros acadêmicos no sentido de estar e permanecer no *campus* universitário em pesquisas e conversas. O trabalho realizado por estudante raramente terá afinidade com sua área de estudo, o que enseja um retrocesso no seu propósito. Com o advento das PAA nas universidades públicas, outras possibilidades de financiamento a partir de bolsas de iniciação científica, estágios e monitorias surgem como uma forma de apoiar financeira e academicamente os estudantes.

Quanto à permanência simbólica, Santos (2009) afirma que o(a) estudante pobre que precisou trabalhar para se manter na universidade, assim como o(a) estudante negro(a), o(a) estudante periférico(a), o(a) estudante rural, o(a) estudante transexual, dentre outros grupos discriminados e outras formas de segregação, são banidos simbolicamente do meio acadêmico, pois são considerados de fora, enquanto os adaptados são preparados para aquele espaço. É nesta relação hierárquica de poder que se explicam as evasões, as desistências muitas vezes pautadas nesta não possibilidade de permanência simbólica na qual o(a) estudante vai acreditar que aquele lugar não é para si.

Por outro lado, os(as) estudantes “estabelecidos(as)” tendem a intencionar um diferencial, um destaque ou privilégio, por exemplo, sempre usando de seu capital cultural e social. “Antes vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e pertencer a ele” (Santos, 2009, p. 71). Nesse sentido, mesmo garantindo as condições materiais essenciais, a permanência simbólica é uma condição mais sutil, pois diz respeito ao pertencimento, à integração e à subjetividade do estudante.

Discutindo permanência de estudantes nas universidades públicas, podemos analisar sob o prisma da caracterização dos tipos de ações desenvolvidas nesse sentido a partir do mapeamento das áreas de conhecimento e das características institucionais. Ruth Maria Moraes Oliveira Prado (2020) pesquisou ações para a permanência estudantil em um caso específico, trazendo a diferença nos conceitos de permanência, assistência estudantil e evasão. Embora seus sentidos estejam atrelados entre si, não se pode confundir suas dimensões práticas. A autora destaca a intervenção no processo educacional de estudantes no nível superior de ensino

como ações de permanência significativas para evitar a retenção ou evasão. Esses dois últimos é o que se pretende evitar a partir de ações de permanência. O longo período para conclusão do curso é precursor da saída ou desistência do(a) estudante, segundo sua pesquisa.

Além de considerar a questão financeira, talvez a mais impactante no processo de formação do(a) estudante, a permanência simbólica perpassa por aspectos que, até o momento, só responsabilizam o(a) estudante universitário. Estamos falando de apoio pedagógico aos(as) estudantes pouco praticado na maioria das IES. Baseando-se em dados da Fonaprace (2016) e Andifes (2019) sobre as características socioeconômicas e culturais e sobre os hábitos de estudos dos estudantes, podemos afirmar que se modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ.

Considerando que as políticas federais de ampliação do acesso previam, sobretudo em relação às ações afirmativas, o desenvolvimento de programas ou de políticas dessa natureza, o fato de apenas um terço das Ifes afirmar contar com esses serviços é um resultado pouco satisfatório. Outros dados reforçam a presença ainda restrita de serviços de apoio ao estudante no âmbito das Ifes: pouco mais de um terço delas (35,1%) conta com uma coordenadoria ou com uma equipe similar para acompanhamento de estudantes em todos os seus campi; a grande maioria (68,4%) das Ifes afirmou não desenvolver em nenhum de seus campi programas com vistas à melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e de redução de reprovação no grupo de estudantes com vulnerabilidade social. Esses resultados evidenciam a incipiente presença institucional que as ações voltadas para a assistência dos estudantes têm nas Ifes (Prado, 2020, p. 47).

Nesse sentido, os aspectos pedagógicos como carga excessiva de trabalhos estudantis, falta de disciplina de estudo, relação professor(a)-estudante e dificuldades de aprendizado não são assistidos.

Apresentamos até aqui os critérios para garantir o benefício de reserva de vagas por cotas globais e raciais na graduação, assim como as dinâmicas de autodeclaração e as Comissões de Heteroidentificação (CHI) obrigatórios na maioria das IES por consenso entre os pares da necessidade de validação no processo. Discorreremos também sobre a importância de oferta de meios para a permanência material e simbólica dos(as) estudantes cotistas nas universidades.

É necessário, a partir de agora, realizar os diálogos com autores que se dedicam a pesquisas sobre cotas na pós-graduação na maioria das universidades públicas federais do Brasil. Destacamos aqui algumas das universidades federais que tratam das presenças negras, da mulher mãe e as que ultrapassam o percentual mínimo para cotas em suas instituições, assim como algumas particularidades no sentido contrário.

Apresentamos, a seguir, os movimentos que Bernardino-Costa *et al.* (2024) trazem da segunda demanda das PAA nas universidades públicas federais nos programas de pós-

graduação no que diz respeito à inclusão de estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) e pessoas com deficiência (PcD), além de outros grupos possíveis como transexuais, ciganos e refugiados. Vale ressaltar que a Uneb, ainda em 2002, estendeu tais políticas também para pós-graduação. Assim,

[...] adotou um sistema de cotas de no mínimo 40% das vagas nos cursos de graduação e pós-graduação para candidatos/as afrodescendentes (pretos e pardos, de acordo com o sistema classificatório do IBGE), oriundos de escola pública (UNEB, Resolução 196/2002). Essa resolução foi modificada em 2007, quando passou também a reservar 5% de suas vagas para candidatos(as) indígenas (UNEB, 2007 *apud* Bernardino-Costa *et al.*, 2024, p. 14, grifo nosso).

Ainda no governo da Presidenta Dilma Vana Rousseff, a Portaria nº 13/2016<sup>8</sup> foi assinada com objetivo de proporcionar a extensão da implementação de políticas de ação afirmativa para a pós-graduação. “Por meio dela, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no prazo de 90 dias, a apresentarem propostas de inclusão de candidatos(as) pretos(as), pardos(as), indígenas e estudantes com deficiência em seus programas de pós-graduação” (Bernardino-Costa *et al.*, 2024, p. 7). Segundo os autores, há um movimento de discentes de graduação e pós-graduação, docentes, servidores técnicos-administrativos e movimentos sociais de estender a política afirmativa para a pós-graduação. Nesse contexto, a norma vem para responder a uma demanda social.

Bernardino-Costa *et al.* (2024) mapeiam a implementação das políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras com recorte na pós-graduação. As portarias não garantem efetividade, pois ficam vulneráveis aos acordos de cada governo, como houve com a Portaria nº 13/2016 que orientava as universidades públicas federais a incluírem a população PPI e PcD, mas foi derrubada em 2020 por outro governo. Os autores apresentam, sobretudo, um panorama atual das políticas afirmativas na pós-graduação com dados levantados até maio de 2021 e comparam à pesquisa de Venturini (2021), realizada três anos antes, que analisou os editais de processo seletivo e tomou como unidade de análise os Programas de Pós-graduação –(PPGs). Diferentemente de Venturini, os autores se debruçam nas decisões dos conselhos universitários que têm validade extensiva aos PPGs:

Mais de três anos após o levantamento realizado por Venturini (2019a), esta pesquisa constatou que quase duplicou o número de universidades que, por decisão de seus

---

<sup>8</sup> Em 2016, o Ministério da Educação (MEC) publicou uma portaria orientando as universidades federais a “apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação”. Abraham Weintraub, ex-ministro da Educação, determinou a revogação da portaria, em junho de 2020, pouco antes de deixar o Ministério, decisão que acabou sendo anulada mais tarde. (<https://projetocolabora.com.br/>).

conselhos, implementou políticas de ação afirmativa. Se à época de sua pesquisa, 18 universidades federais já adotavam políticas de ação afirmativa por força dos seus conselhos superiores, em maio de 2021 este número já chegava, como dito, a 33 universidades federais (Bernardino-Costa *et al.*, 2024, p. 8-9).

O ano de 2016 é marcado pela tentativa de implementação das ações afirmativas também na pós-graduação. Novamente a Uneb inovou, pois estendeu a política de cotas da graduação em 2002 também para os programas de pós-graduação. Assim, a instituição

[...] adotou um sistema de cotas de no mínimo 40% das vagas nos cursos de graduação e pós-graduação para candidatos/as afrodescendentes (pretos e pardos, de acordo com o sistema classificatório do IBGE), oriundos de escola pública (UNEB, Resolução 196/2002). Essa resolução foi modificada em 2007, quando passou também a reservar 5% de suas vagas para candidatos/as indígenas (UNEB, 2007 *apud* Bernardino-Costa *et al.*, 2024, p. 14, grifo nosso).

Do total de PPGs nas universidades federais (2.493), quase a metade (1.200) adotaram ações afirmativas por força de decisão de seus conselhos superiores. A região com mais PPGs com ação afirmativa é a região Nordeste, seguida da região Sudeste, Sul, Centro-oeste e Norte. A leitura pode ficar mais acurada se considerarmos não o número absoluto por região, mas o número relativo. Neste caso, destaca-se a região Centro-oeste com 83,46% de seus PPGs com ação afirmativa, seguida do Nordeste com 50,22%, do Sul com 49,7%, do Norte com 40,89% e da região Sudeste com 35,94% (Bernardino-Costa *et al.*, 2024).

Em Minas Gerais, de onze universidades federais, cinco adotaram ações afirmativas para pós-graduação por força de seu conselho superior, no total de 220 PPGs. No Rio Grande do Sul são 151 PPGs, compondo todo o sistema de pós-graduação que aderiram às ações afirmativas em quatro de sete IFES. Na Bahia, seis IES adotam ações afirmativas. Há IES que embora sejam as únicas em seus Estados, todos os seus PPGs aderiram às políticas afirmativas pelos Conselhos Superiores (Bernardino-Costa *et al.*, 2024).

Por outro lado, algumas IES não adotaram políticas afirmativas em todo o âmbito da instituição, mas para alguns PPGs. As diversas IES do país apresentam realidades diferenciadas, portanto é variável a forma de atendimento da demanda, observando o público e a normatização vigente quanto ao ingresso de estudantes cotistas nos programas de pós-graduação. São vinte e duas IES que não consideram os quilombolas um grupo específico para reserva de vagas, incluindo no subgrupo PPI (Bernardino-Costa *et al.*, 2024).

Na UFV são distribuídos percentuais mínimos para 51 Programas de pós-graduação, sendo 41 acadêmicos e 10 profissionais, constatação feita por Anjos *et al.* (2023). As autoras

também elucidaram que a Resolução nº 08/2019<sup>9</sup> dá autonomia às comissões coordenadoras para decisão do percentual a ser adotado, sendo 20% no mínimo e 50% no máximo do total de vagas por curso e turno. As autoras analisaram os editais para ingresso em 2022 e 2023 e concluíram que em nenhum deles ultrapassa o mínimo de 20% das vagas reservadas. Mesmo tendo autonomia para o limite de 50% das vagas totais, a reserva de vagas para PPIQ e PcD permanece no mínimo de 20% em todos os programas de pós-graduação da UFV no CCA e CCB. Vale ressaltar, ainda, que a aplicabilidade da lei de cotas na graduação de 2012 passou a vigorar na instituição a partir de 2013 por imposição de cumprimento legal.

As instituições possuem outras resoluções que discutem o tema, na UFV são: Resolução 08/2019, 21/03/2019, revoga a resolução nº 10/2018 e aprova as AA para inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade e a Resolução 04/2022, 08/02/2022, revoga 08/2019 e institui o procedimento de heteroidentificação de critérios fenotípicos (Anjos *et al.*, 2023, p. 8).

Segundo Venturini e Silva (2023), as IFES usam de sua autonomia para organizarem a sua distribuição de vagas para candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência, além de outras categorias que possam ser incluídas, fixadas as vagas em edital da pós-graduação. Seu colegiado pode aprovar percentuais distintos de acordo com a demanda. Outras instituições garantem percentuais sobre o total de vagas ou sobre o número de vagas dentro de cada linha de pesquisa e/ou área de concentração. Vale ressaltar que “a porcentagem a ser efetivada nos editais deverá ser aprovada nas comissões coordenadoras de cada programa” (Venturini; Silva, 2023, p. 9).

Há Universidades Federais cujas vagas reservadas que não são preenchidas podem ser revertidas para ampla concorrência, distribuídas entre os demais grupos de beneficiários por ações afirmativas caso os percentuais de reserva sejam separados. Outras instituições estabelecem que, em caso de desistência de candidato(a) classificado(a) em qualquer das modalidades de concorrência, a vaga não preenchida é ocupada pelo(a) candidato(a) aprovado(a) na mesma modalidade, subsequentemente, de acordo com a ordem de classificação. Na UFMG, os(as) candidatos(as) autodeclarados negros concorrerão, exclusivamente, às vagas reservadas. Havendo desistência de candidato(a) autodeclarado(a) negro(a), aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato autodeclarado negro aprovado e classificado em ordem decrescente de nota final.

---

<sup>9</sup> Aprova a Política de Ação Afirmativa para inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Viçosa (Publicado em 21/03/2019). Revoga Resolução nº 19/2018.

Apesar de não receber o nome de cota, as vagas suplementares, também conhecidas como adicionais ou supranumerárias, não preenchidas por estudantes cotistas não retornam para a ampla concorrência, ou seja, deixam de existir. Na modalidade bônus, os grupos étnico-raciais e sociais podem ser beneficiados, recebendo pontuações adicionais em etapas do processo seletivo ou ter fatores de correção e pesos diferentes em etapas como entrevistas e avaliações de currículo.

Vale destacar que, na UFPE, todas as candidatas do gênero feminino receberão um bônus de 5% no argumento classificatório desta seleção, tanto na lista de ampla concorrência quanto na lista de ação afirmativa na busca por representatividade. Algumas IFES tiveram normatizada a modalidade mista composta por mais de uma modalidade. Esta modalidade prevê cotas para determinados grupos e vagas suplementares destinadas a outros sujeitos de direito. Os dois programas de pós-graduação da UFF, por exemplo, contemplam as reservas de vagas no formato misto, combinando benefícios para os grupos, incluindo as mulheres que são mães, inclusive mães de crianças com necessidades especiais (Venturin; Silva, 2023).

Na UFABC e UFBA, do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo dos cursos de pós-graduação, deverão ser reservados pelo menos 30% das vagas totais para pessoas negras (pretas e pardas). Além do número total de vagas ofertadas por cada programa de pós-graduação, os programas devem acrescentar ao menos uma vaga (sobrevaga) para cada uma das categorias de identificação, a saber: indígena, quilombola, pessoa com deficiência, pessoa trans (transexuais, transgêneros e travestis) e refugiada ou solicitante de refúgio. Há casos de cotas para determinados grupos que também preveem bônus para alguns grupos em certas etapas do processo seletivo. É o caso, por exemplo, de programas nos quais há cotas sociais e/ou étnico-raciais e a concessão de pontos adicionais ou um peso maior em determinadas etapas do processo. É o caso do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Biotecnologia da UFF<sup>10</sup> (Venturini; Silva, 2023).

Muitos são os desafios de um estudante de pós-graduação, sobretudo para os sujeitos de direito das ações afirmativas para ingresso nas IFES no Brasil, dadas as razões históricas,

---

<sup>10</sup> Optantes pela política de Ação Afirmativa: os candidatos que tenham optado por política de ação afirmativa – Cota de caráter étnico e social, incluindo as mães de crianças de até 5 (cinco) anos de idade ou mães de crianças com necessidades especiais, terão prioridade no preenchimento da vaga, em atendimento à Portaria UFF nº 57.719/2017. §1º Será computado peso de 1,27 sobre a nota da apresentação de projeto/entrevista quando o candidato que tiver optado por política de ação afirmativa – Cota de caráter étnico e social - obtiver nota igual ou superior que a mínima para aprovação (7); § 2º No caso das mães de crianças de até 5 (cinco) anos de idade ou mães de crianças com necessidades especiais, será computado peso de 1,2 sobre a nota da apresentação de projeto/entrevista; §3º Em ambos os casos, para comprovar o direito à prioridade e peso específico decorrentes de política de ação afirmativa, os(as) candidatos(as) devem apresentar Declaração de Ação Afirmativa (Anexos II, III e IV) (Venturini; Silva, 2023).

sociais e econômicas. As políticas de permanência nas universidades públicas federais ainda não abarcam toda a demanda, sobretudo no caso da pós-graduação cuja inclusão pela lei de acesso por reserva de vagas esteve sendo implementadas pelas IES nestes últimos anos.

Segundo Bernardino-Costa *et al.* (2024, p. 29) são 13 (treze) o número de IFES que não fazem nenhuma menção à política de permanência. Algumas fazem referências genéricas à necessidade de tais políticas. A Resolução da UFV esclarece que:

Art. 10 – As coordenações dos Programas de Pós-Graduação da UFV poderão definir ações e atividades de caráter complementar, que visem à equiparação de oportunidades, para maximizar a permanência de discentes que ingressem pela Política de Ação Afirmativa a partir de acompanhamento contínuo das atividades realizadas pelos mesmos no programa. Contudo, antes da implementação, deve apresentar tais ações à apreciação do Conselho Técnico de Pós-Graduação da UFV (UFV, Resolução nº 8/2019).

Venturini e Silva (2023) destacam os desafios encontrados por estudantes cotistas para atender às exigências das políticas de pós-graduação e a obrigatoriedade de aprovação no exame de proficiência em língua estrangeira é um deles. Há diferenças entre as IES neste quesito, mas em geral, a língua inglesa é a comumente exigida. Algumas instituições avaliam a proficiência com prova escrita enquanto outras adicionam a prova oral. Algumas IES criaram uma política de apoio aos estudantes cotistas que apresentavam dificuldades na aprovação, ofertando professores particulares, oferecidos pela instituição e/ou maior prazo para obtenção do certificado de proficiência. Venturini e Silva (2023) salientam que, para o grupo de estudantes indígenas, a língua portuguesa pode ser considerada a segunda língua. Nas palavras das autoras:

Comprovação da proficiência em 1 (mestrado) ou 2 idiomas estrangeiros (doutorado). Alguns programas realizam uma prova de proficiência, em geral a tradução de um texto, ou aceitam a comprovação por meio de certificados indicando notas mínimas aceitáveis. Os principais idiomas aceitos são inglês, francês, alemão e italiano. Em muitos programas o espanhol não é aceito para essa finalidade. Alguns programas aceitam que candidatos (as) indígenas utilizem uma língua indígena como idioma estrangeiro (Venturini; Silva, 2023, p. 31).

Vimos até aqui um pouco do contexto atual das políticas afirmativas para ingresso na pós-graduação em universidades públicas federais. Agora, comentaremos brevemente sobre os desafios que vêm sendo enfrentados na implementação da política de cotas em concursos federais para docentes.

A Lei 12.990<sup>11</sup> (Brasil, 2014) garante a reserva de 20% das vagas para concursos públicos federais sempre que o número de vagas oferecidas seja igual ou maior que três. Bernardino-Costa *et al.* (2024) denunciam que há um mecanismo de manobra por parte das IFES no fracionamento de vagas de concursos públicos por unidades acadêmicas. Nesses casos, o número de vagas, em geral fracionado por área de atuação do docente, não contempla a política afirmativa.

Segundo Mello e Resende (2019), entre o dia da promulgação desta lei, em 2014, e janeiro de 2018 (marco temporal limite para o levantamento de dados), tinham sido abertos 15.055 concursos públicos para o magistério superior nas IES, com apenas 742 (ou 4,93%) das vagas reservadas para candidatos (as) negros(as) (Bernardino-Costa *et al.*, 2024, p. 8).

Neste sentido, podemos considerar que as políticas de ações afirmativas não são bem aceitas na nossa sociedade. No meio acadêmico, por exemplo, este fato pode ser evidenciado pelas ações da elite intelectual deste país. Os docentes que detêm o poder nas universidades são os mesmos que negam os direitos aos candidatos a docentes racializados como negros, vistos como diferentes, incabíveis naquele espaço, em flagrante racismo. Esta realidade nos remete ao mito da democracia racial, pois, ainda que tenha força legal, a política afirmativa para concursos públicos federais não é aceita, já que é notório o desvio feito para evitar a garantia deste direito. A falaciosa cordialidade e harmonia entre as raças é desvelada quando acionada contra as cotas, quer seja contra estudantes quer seja contra docentes, pois apesar das muitas barreiras já foram vencidas um novo entrave racista persiste em negar o que lhes é próprio por direito conquistado (Bernardino-Costa *et al.*, 2024). Nesse contexto de afetação de direitos e reconhecimento, a representatividade negra entre docentes permanece simbólica ou totalmente inexistente.

## **2.2 Raça, racismo e sexismo**

Debatemos brevemente sobre o contexto atual das políticas de ações afirmativas para ingresso na pós-graduação nas universidades públicas federais do Brasil. Destacamos apenas aquelas que têm um diferencial em relação à maioria das instituições, quer seja por um percentual maior do que o mínimo exigido por força legal disponibilizado para reserva de vagas quer seja por políticas diferenciais para mulheres.

---

<sup>11</sup> Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Embora as políticas de reserva de vagas para ingresso nas universidades públicas sejam de caráter socioeconômico e renda, *a priori*, são analisadas a procedência do aluno, se de escola pública, e a renda familiar máxima *per capita* comprovada. O subgrupo raça de pretos, pardos, indígenas e quilombolas (PPIQ) é o mais questionado socialmente, o que demonstra a constante luta do movimento negro para garantir a legitimidade das políticas afirmativas nas instituições de nível superior.

Neste sentido, raça é uma categoria a ser analisada neste trabalho de dissertação à luz da teoria crítica interseccional. Passamos a debater o conceito de raça sobre as bases teóricas do racismo, cujo demarcador inicial é a raça, o que vem antes, o que marca o sujeito, a forma como é visto socialmente e como este racismo é hierarquizado em forma de projeto político estruturado para a exploração de seus corpos, violência e aniquilação de suas vidas por gerações.

Não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país. É essa mesma leitura sobre raça, de uma maneira positiva e política que os defensores das políticas de ações afirmativas no Brasil têm trabalhado (Gomes, 2005, p. 48).

Nesta perspectiva emancipatória encontram os verdadeiros fundamentos da política afirmativa de cotas para ingresso em instituições de ensino federais, buscando promover uma equidade social, diminuindo as desigualdades que ecoam, sobretudo, no espaço acadêmico.

Consideramos importante trazer uma breve retrospectiva histórica sobre a questão racial na América Latina realizada por Lélia Gonzalez (2020) e a construção do campo temático de relações raciais estudada por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), destacando as expressões nativas “preconceito de cor” e “preconceito racial”. Segundo a autora, Portugal e Espanha desenvolveram uma boa articulação das relações raciais ao longo da história, tendo enfrentado a invasão moura composta de negros, na sua maioria. Vale destacar que na Península Ibérica havia um sistema hierárquico tal que era impossível pensar em igualdade. Havia controle social e político para mouros e judeus. Estes países colonizadores da América Latina a influenciaram a ser/pensar no estrato racial, considerando um espectro de cores de pele para segregar os oprimidos, ou seja, para excluir todos aqueles que não tenham a pele branca: negros, pardos, indígenas. A supremacia branca garante o lugar privilegiado ao homem branco, depois à mulher branca, respeitando ainda a hierarquia sexista de tal forma introjetados socialmente

que o negro passa a negar sua identidade e cultura. Gonzalez (2020, p. 42) contextualiza que, na América Latina, “(...) na verdade, esse silêncio ruidoso sobre as contradições raciais se fundamenta, modernamente, num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial”. Intelectuais brasileiros como Gilberto Freire criaram uma falsa ideia de harmonia racial no Brasil através da mestiçagem.

A partir de 1970, um novo paradigma veio substituir o conceito de racismo pautado na análise estrutural e institucional do termo valendo-se das afirmativas de Florestan Fernandes (1965, p. 27 *apud* Guimarães, 2004, p. 23) sobre a noção de preconceito de cor “construído para designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial”.

Segundo Oracy Nogueira (1985, p. 78-79 *apud* Guimarães, 2004, p. 23), “considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população (...)”. O autor perpassa por diferentes correntes analíticas sobre racismo da época moderna que inicia na geração de 1870. Além disso, compara o discurso sobre a diferença de raças sob uma ótica hereditária, de natureza biológica, psíquica, intelectual e moral às doutrinas individualistas e igualitárias, próprias das políticas neoliberais que fazem um divisor de águas entre a Antiguidade e a Modernidade ou entre o Brasil Colonial e o Brasil Imperial.

Guimarães (2004) conclui que esta hierarquização baseada nas condições biológicas dos indivíduos tão somente justifica e mantém a desigualdade. Guimarães (2004, p. 23) também distingue o preconceito de marca do preconceito de origem, valendo-se das afirmativas de Oracy Nogueira (1985) de que o preconceito é de marca quando a aparência física do indivíduo gera o preconceito. Assim, são considerados a fisionomia, os gestos, o sotaque. Intelectuais, estudiosos de ciências sociais assim como o Movimento Negro não se referem ao termo “raça” no sentido biológico, mas no sentido social e político.

[...] ademais vale ressaltar o quesito cor da pele enquanto demarcador racial que serviu para identificar socialmente os negros e os mestiços. A cor da pele passou a ser socialmente lida como um símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se poderia presumir o destino de uma ‘raça’. [...] Neste sentido, as ‘raças’ no Brasil seriam estabelecidas dentro de um gradiente de cor e classe social. A identificação não se resume apenas ao que é exterior, mas passa a ser a representação subjetiva da forma como nos situamos, nos vemos no mundo e como somos vistos (Euclides, 2017, p. 21-22).

O tradicional preconceito de cor passou a ser um preconceito de classe contra o negro ou “baiano” no período da industrialização em São Paulo, renegando-o às margens do

proletariado urbano. Ser negro, pobre e de origem nordestina lhe conduz à base da pirâmide social, um lugar marcado pelas vulnerabilidades sociais, lhe dificultando ou impossibilitando acesso a serviços básicos como saneamento, saúde e educação. Em uma fronteira que separa os homens, a questão de classe, por si só, faz esse trabalho, pois quem tem poder aquisitivo mora em áreas privilegiadas da cidade e as margens, ou seja, as periferias sobram para a população pobre, em geral, preta e parda, desprovida de bens e serviços essenciais, negligenciadas pelo poder público.

Na assistência à saúde não é diferente. Sucateada desde sua criação, é o proletariado atual que tem necessidade dos serviços públicos de saúde. A classe média, composta pela maioria branca, tem acesso a convênios ou arcam com as despesas de saúde para garantir a qualidade dos serviços, mas também reafirma a fronteira existente. Educação, outro bem inegociável, é outra estação de segregação da população PPIQ, uma vez que poucos chegam ao ensino superior pelas dificuldades de acesso e informação.

Nesse sentido, a convivência entre brancos e negros não deveria ser pacífica, mas a ideologia falaciosa de um convívio harmonioso, apesar dessas tensões sociais definidas, de que havia uma democracia racial perdurou na nossa sociedade como um dado. Guimarães (2004) afirma que a ideia de democracia racial se fundamenta nos constructos de liberdade da escravização e igualdade formal, mas que, de fato, não há políticas públicas para integração do negro na ordem capitalista.

Para Nilma Lino Gomes (2005), raça é um conceito relacional e político, uma construção social com objetivo de marcar as relações de poder e a hierarquização das diferenças. “Na realidade, é porque raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade” (Gomes, 2005, p. 45).

O termo raça remete ao racismo, aos processos discriminatórios oriundos de arquétipos do que é ser negro e ser branco no Brasil, sobretudo após a violência da escravização. A autora considera racismo o preconceito e a discriminação racial, oriundos de processos históricos violentos como a escravização dos negros. Este contexto levou a população negra a uma condição de submissão ao longo da história, desde a colonização, perpassando por uma cultura de substituição de seus valores para os valores ocidentais, como o patriarcado e o capitalismo.

“O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2021, p. 20-21). O autor analisa o termo “raça” a partir da classificação que a ciência fez em relação às plantas e animais e que, em meados do século XVI, passa a classificar também os seres humanos. Na

sequência histórica, o Iluminismo, centrado no homem em suas “facetas e diferenças”, permitiu a “comparação” e, posteriormente, a “classificação” dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre “civilizado e selvagem” (Almeida, 2021, p. 26). Nessa perspectiva, Guimarães (2004) salienta para a investidura ocorrida em preceitos disseminados nos cursos de Medicina e Direito baseados em fenótipos que apontam o negro como agressivo e violento, portanto, acusado e culpabilizado.

O conceito de “*double bind*” (duplo vínculo) associado ao racismo por Gregory Bateson (1963) partiu da Psicologia e analisa as relações intersubjetivas contraditórias de quadro esquizofrênico em que rejeição e acolhimento estão simultaneamente expressos (Sodré, 2018). No caso do racismo no Brasil, acontece a aceitação e a rejeição ao “outro” e à “outra raça”. Essa vinculação é uma categoria histórica desenvolvida no âmbito de relações jurídicas. “Mais precisamente, estamos sugerindo uma especificidade do racismo no Brasil” (Sodré, 2018, p. 10). Diferentemente de outros países, no Brasil a polaridade da aceitação e rejeição para com o não branco perpassa pela herança do mito da democracia racial. O autor reflete sobre a real fonte do racismo na Europa sob a falaciosa questão religiosa:

Por meio da disciplina ‘história natural’, os sábios da época (Georges Buffon, Charles Lineu, Ernest Renan, Hyppolite Taine e Arthur de Gobineau) construíram os esquemas que sustentam o racismo vulgar e naturalizam as hierarquias existenciais. A fonte doutrinária dessa formação ideológica é a monopolização do ‘espírito’, portanto a teologia cristã, que buscava cavar uma distância entre os europeus como focos da espiritualização e os judeus/mouros como “raças infectas”. O antissemitismo cristão – que pretexta a diferença religiosa, mas visa realmente a raça – é a matriz do racismo (Sodré, 2018, p. 10).

Ainda nessa perspectiva histórica, no século XVIII houve a Revolução Haitiana quando os negros colonizados da França reivindicaram os mesmos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, tornando-se um povo independente em 1804. Justamente neste contexto de colonização se efetiva o conceito de raça para a exploração de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. No século seguinte, o neocolonialismo mantém a justificativa de exploração dos povos racializados colonizados, mas com novo paradigma, o de que são originários de países subdesenvolvidos e, portanto, fadados à inferioridade.

Mesmo após a escravização, a humanidade passa por um processo de desumanização, do racismo moderno, com características étnico-culturais, geográficas e dos costumes, como a língua e religião. O racismo tem três concepções: individualista, institucional e estrutural. Apesar de suas diferenças em termos de subjetividade, sua relação com o estado e com a

economia está igualmente impactada politicamente (Almeida, 2021). O autor avalia a concepção individualista como uma negação do racismo, ou seja, é uma maneira de amenizar os conflitos existentes, ditos de natureza psicológica, não política. A universalização do branco, imposta como padrão aceitável, exclui o negro, todos(as) não-brancos(as). O branco sequer se vê pertencente a uma raça, vê no negro, o outro, neste lugar racializado, na crença de que a supremacia branca ocidental é a verdade universal. Na concepção institucional, o racismo se manifesta nas formas sutis de “desvantagem e privilégio” e não mais no comportamento de um indivíduo ou grupo.

Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências (Almeida, 2021, p. 38-39).

No Brasil, houve um esforço proposital para o embranquecimento da população a partir dos processos migratórios de europeus para substituir a mão-de-obra de pessoas negras escravizadas. Neste sentido, a miscigenação ganha potência pela validação dos aspectos culturais da raça branca em forma de assimilação cultural. Trata-se de um fenômeno conhecido como “mito da democracia racial” no qual prevalece uma espécie de “falsa consciência” sobre as relações raciais, romantizando a sociabilidade entre os brasileiros dita sociedade “cordial” (Guimarães, 2004). Entretanto, o racismo perdura nas relações sociais, cotidianamente.

Houve um movimento de redemocratização pela reivindicação de igualdade de oportunidades para os negros no Brasil que abarque a igualdade na cidadania. Isto se deu após os golpes de 1964 e 1968 quando o mito da democracia racial deixou de fazer sentido como uma convivência pacífica. A atual democracia brasileira se pauta na luta dos grupos minoritários por seus direitos sociais dentro do estabelecido como Direitos Humanos (Guimarães, 2004). Neste sentido, a cota constitui a garantia que um percentual mínimo de determinados grupos terá acesso à universidade pública e à inclusão em concursos públicos.

Autoras de diferentes épocas e diferentes nacionalidades como Gonzalez (2020) e Grada Kilomba (2019) recorrem à Psicanálise para entender a relação de neurose do branco com o negro, entendendo o racismo como uma neurose edipiana. No processo edipiano, o menino vai desenvolver desejo pela mulher que o cuidou na infância, não necessariamente a mãe biológica, mas a “mãe preta”. Assim, a babá ou empregada da casa passa a ser objeto de seu desejo, mas como é duplamente reprimido, pela castração e pelo racismo, passa por uma neurose de recalque e, conseqüentemente, de repulsa (Gonzalez, 2020).

Grada Kilomba (2019), por sua vez, fala do sentimento de “outridade” quando o “nós” é entendido como a verdade, enquanto o “eles” é sempre o inimigo. Esta diferença é vista por diferentes aspectos e a sua manutenção importa aos brancos, criadores da ideologia de branquitude suprema universal. É uma relação de poder imposta. A autora trata da violência do racismo como uma experiência atemporal, da opressão vivida por toda sua ancestralidade e que influencia as experiências do negro até hoje. Como psicóloga, Kilomba questiona a irracionalidade do racismo “dizendo o indizível” e analisa a violência no espaço da academia que ela classifica como essencialmente branco supremacista. “No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como objeto ‘ruim’, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade” (Kilomba, 2019, p. 37). O racismo é uma questão da sociedade, portanto, a autora considera que a branquitude crítica se compromete ao enfretamento do racismo e reconhece a necessidade de romper o ideário de supremacia branca.

Segundo Gonzalez, ao racismo se somam o sexismo e a opressão de classe. A mulher negra e pobre que entrecruza estas categorias deve ser entendida como alvo de um projeto de sociedade, situando-a na base da pirâmide social. Nesse contexto, é considerável a importância do movimento feminista com seus debates sobre o capitalismo patriarcal e da influência que teve para o feminismo negro norte-americano, como: “A Luta dos sessenta... Sem a Irmandade Negra, não haveria existido irmandade das Mulheres (*Sister Hood*); sem Poder Negro (*Black Power*) e Orgulho Negro (*Black Pride*), não haveria existido Poder Gay e Orgulho Gay” (Gonzalez, 2020, p. 38). Neste sentido, novas temáticas passam a ter importância nestas discussões:

Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou todo um debate público em que surgiu a tematização de questões totalmente novas – sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. – que se revelaram articuladas às relações tradicionais de dominação/submissão (Gonzalez, 2020, p. 38).

A autora percebe a participação nos movimentos de mulheres por três diferentes vertentes: popular, político-partidária e feminista. Através dos movimentos populares vem a participação das mulheres ameríndias e amefricanas<sup>12</sup>. Facilmente comparada à situação brasileira de muitas mulheres negras situadas no mercado de trabalho informal, chefes de

---

<sup>12</sup> O termo "Ameríndias" refere-se aos povos indígenas das Américas, aos habitantes originários do continente antes da chegada dos europeus e seus descendentes. O termo "amefricanas" foi criado pela intelectual e ativista Lélia Gonzalez e se concentra na identidade e experiências das mulheres negras no contexto da América, reconhecendo a sua herança africana e a sua luta contra o colonialismo.

família buscam no movimento um coletivo de força para suas reivindicações. A autora criticou os limites de um feminismo que não encarava a hierarquia racial do sistema patriarcal na América Latina analisando o fracasso do feminismo por não contemplar os anseios de mulheres não-brancas, portanto, racista. “Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro” (Akotirene, 2019, p. 14).

É pública e notória a perseguição preconceituosa contra o homem negro. Na pretensa guerra às drogas, o jovem negro favelado tem sua vida ceifada pelo sistema racista classista, inclusive pelo monopólio da força legitimado pelo Estado. Entretanto, a autora reflete sobre a hierarquia dentro do próprio movimento negro no qual a mulher negra tem suas questões menos consideradas que as do homem negro, em uma clássica demonstração da opressão por gênero.

As experiências de mulheres negras importam e, por essa razão, Euclides (2024) escreve sua autoetnografia de mulher negra docente a partir de sua experiência e reflete sobre as bases do feminismo negro na *práxis*.

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Seguindo nessa linha de pensamento para elaborar sobre uma autoetnografia negra feminista, podemos recorrer a Collins (2016) quando nos afiança que são as mulheres negras que produzem as ideias para compor o que se convencionou chamar de feminismo negro. E o fazem a partir de seu ponto de vista e de suas experiências, que são de diversas ordens e subjetividades, as quais vão desde classe, região, idade e orientação sexual, sem excluir um olhar universal em sua análise (Euclides; Silva, 2024, p. 127).

Em 1975, houve um encontro histórico do movimento de mulheres latinas no Rio de Janeiro com a participação de estadunidenses que denunciavam a exploração econômico-racial sexual das mulheres latinas. “Seu conteúdo não é muito diferente do Manifesto da Mulher Negra Peruana no Dia Internacional da Mulher em 1987, assinado por duas organizações do MN deste país: Linha de Ação Feminina do Instituto Afro-peruano e Grupo de Mulheres do Movimento Negro ‘Francisco Congo’” (Gonzalez, 2020, p. 47).

A realidade pautada na submissão, no preconceito de sexo, raça e classe contra as mulheres afro-latino-americanas as aproximam nos movimentos e lutas. As mulheres amefricanas e ameríndias vivem a dura discriminação racial, sexual e de classe, constituindo, na sua maioria, o proletariado afro-latino-americano (Gonzalez, 2020). No Brasil, especificamente, a realidade não é diferente, uma vez que a mulher afrobrasileira está na base da pirâmide social muitas vezes sem emprego formal e sem a formação que lhe garanta um trabalho valorizado e de prestígio social. Renegadas aos trabalhos domésticos e do cuidado, as

mulheres negras vêm sendo desvalorizadas, exploradas em favor da mulher branca e do homem branco a quem serve. Este contexto social se mantém através da manutenção do racismo, do patriarcado e do capitalismo.

A sociedade brasileira ainda vive sob o domínio de uma mentalidade construída na “Casa Grande”<sup>13</sup> que é patriarcal, machista, escravista e racista. Carla Akotirene (2019) define racismo como uma tecnologia que surge a partir de um projeto de colonização e que se sustenta contemporaneamente pelas relações de poder, estruturas políticas e econômicas das quais o(a) negro(a) é expropriado(a) dos meios e modos de produção, do acesso à educação, à publicação científica e intelectual, dentre outras várias formas de opressão e exclusão.

Não podemos dissociar o racismo do capitalismo e do patriarcado, estruturas de poder postas desde a colonização quando houve o sequestro da humanidade da população africana, o que o define como tecnologia de Estado para manutenção da hierarquia social. Neste sentido, podemos considerar a academia a extensão da “Casa Grande” (Akotirene, 2019). Um dos efeitos históricos do racismo no Brasil é a condição precária de trabalho assalariado em que o negro se deparou durante a industrialização brasileira, período que marcou este lugar de subalternidade na sociedade desde então, pois os negros foram preteridos em prol da mão-de-obra branca imigrante. Goto (2023) afirma que:

[...] contra os indivíduos deste grupo, pesam, ao menos, duas formas de injustiça, isto é, a decorrente do preconceito racial e da ideologia de que o negro é um ser inferiorizado, do desdém com a cultura e modo de vida negros, simplesmente por conta da cor da pele. E também a injustiça de ordem política e econômica, como consequências desse ponto de partida mais baixo na escala ocupacional, numa sociedade em que a raça é ponto determinante da divisão de classes, o que resulta na maioria da população de cor ocupando posições mais baixas e menos remuneradas, diminuindo, consideravelmente, a probabilidade de mobilidade social, mesmo em uma sociedade considerada liberal e democrática (Goto, 2013, p. 291, grifo nosso).

Neste sentido, a injustiça contra os negros na sociedade de classes é de ordem redistributiva e de reconhecimento. Da mesma maneira, Neusa Souza Santos (1983) reflete seu entendimento de que ainda vivemos resquícios de uma sociedade escravocrata na qual brancura é sinônimo de êxito e aceitação, impondo inferioridade, docilidade e utilidade ao negro. Assim, no sistema vigente de classes, o negro pós-abolição é marginalizado socialmente enquanto o branco assume papéis sociais respeitáveis. Hasenbalg (2005, p. 116) afirma que “o racismo e o preconceito, como epifenômeno de relações econômicas, são inerentes e necessários à preservação do capitalismo”. O autor lembra que os negros não são monoliticamente classe

---

<sup>13</sup> Referência à elite brasileira na obra “Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal” de Gilberto Freyre (2003).

trabalhadora, pois por muito tempo estiveram na retaguarda do capitalismo industrial nas Américas colonizadas, passando a ser parceiros, arrendatários ou moradores de áreas agrícolas mais atrasadas. “Apesar de suas diferentes formas, o racismo (através do tempo e espaço) caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas” (Hasenbalg, 2005, p. 124).

Discutimos sobre as bases teóricas do racismo, cujo demarcador é a raça, o que vem antes, o que marca o sujeito, a forma como é visto socialmente e como este racismo é hierarquizado em forma de projeto social, estruturando a exploração de seus corpos, violência e aniquilação de suas vidas por gerações. Um olhar interseccional sobre a desigualdade racial aponta a necessidade de compreender a complexidade do fenômeno das injustiças sociais diferenciais que atingem diferentemente a população negra. O sexismo, enquanto práticas diversas de opressão, exploração, violência e subalternização das mulheres na sociedade patriarcal, em determinados contextos, é operado relacionado ao racismo, potencializando os efeitos perversos da injustiça social para determinados grupos em detrimento de outros.

Nancy Fraser (2006) aponta que há uma divisão entre trabalho “produtivo” remunerado e trabalho “reprodutivo” e doméstico não remunerado. No primeiro tipo, o trabalho remunerado de ocupações mais altas e mais bem valorizado ainda tem predominância masculina, enquanto o trabalho reprodutivo e doméstico fica exclusivo às mulheres. “O resultado é uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especificamente marcados pelo gênero” (Fraser, 2006, p. 234).

No Brasil, embora a desigualdade no mercado de trabalho em termos de vagas, carreiras e salários seja desfavorável às mulheres, em relação aos homens, quando adicionada a variável raça, mulheres negras estão no topo das vagas menos prestigiosas e pior remuneradas. Se conjugarmos gênero com a racialização imposta, teremos um grau de preconceito duplamente potencializado.

Nossa sociedade repete um ciclo desfavorável às mulheres negras historicamente desprivilegiadas, principalmente àquelas privadas de acesso aos bens necessários mais primários como saúde e educação. Nesta dissertação, propomos uma abordagem interseccional, buscando agregar forças na luta contra a injustiça social. Os temas de relacionalidade, poder, desigualdade social, contexto social, complexidade e justiça social surgem na interseccionalidade como uma forma de investigação crítica e prática.

Neste ínterim, a falaciosa neutralidade científica como lente cognitiva, analítica e existencial entra em embate com as teorias advindas das experiências de grupos segregados como de mulheres negras, indígenas, ciganas, travestis e transexuais. Há um conflito, pois, se por um lado

a Ciência elege a neutralidade como fundamental, do outro, a realidade experiencial de grupos segregados resiste e tensiona no campo da não neutralidade, fazendo Ciência. Pensar interseccionalmente é pensar o desmonte das estruturas sociais, epistêmicas e institucionais.

A exclusão feminina nas ciências pelos homens tem sido bastante documentada. Uma parte da literatura destaca a questão sociocultural na formação educacional e relações familiares, marcando o papel das meninas e dos meninos nesses espaços, ou seja, a divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico se diferencia, mantendo o privilégio masculino (Gomes, 2020; Olinto, 2011). Assim, a academia é um reflexo da ciência no mundo, é um lugar hegemônico da cisheteronormatividade, do masculino, do poder epistêmico, constituindo um lugar marcado onde não tem espaço para a diversidade, tampouco para a mulher, negra, indígena, transexuais e PcD.

Nesse contexto, as PAA para ingresso na universidade são fundamentais no sentido de redistribuição e reconhecimento. O acesso é negado ou limitado para esse público, sobretudo na pós-graduação, quando o processo seletivo requer outras habilidades e capacidades, inclusive econômica para sua permanência. A chamada “história compensatória” (Citeli, 2000) focaliza as mulheres bem-sucedidas nas ciências e recupera biografias de mulheres famosas. Já no final da década de 1980 e na década de 1990 do século XX, muitos autores com afinidades aos estudos sociais das ciências publicaram artigos, livros e coletâneas sobre mulheres nas ciências<sup>14</sup> (Citeli, 2000).

Analisando as carreiras, Gilda Olinto (2011) afirma que o que define padrões diferentes entre as carreiras femininas e masculinas é o fenômeno em que as mulheres fazem escolhas distintas às dos homens, o que denomina “Segregação horizontal”. Nessa dimensão, “a segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero” (Olinto, 2011, p. 69). As carreiras das mulheres prevalecem nas áreas de Saúde e Humanidades, enquanto áreas de Exatas e Engenharias têm

---

<sup>14</sup> Entre tantos, merecem destaque: *Science as social knowledge* e *Can there be a feminist science?; The outer circle: women in the scientific community; Gender and scientific authority*; e um número inteiro da revista *Osiris*, reproduzindo doze artigos apresentados num seminário ocorrido em 1995 na Universidade de Minnesota para discutir o tema *The women, gender, and science question: what do research on women and science and research on gender and science have to do with each other?* (Mulheres, gênero e questões da ciência: o que as pesquisas sobre mulher e ciência e sobre gênero e ciência têm a ver uma com a outra?). Também não se pode deixar de mencionar os trabalhos de Donna Haraway, especialmente o mais conhecido deles – *Primate visions: gender, race, and nature in the world of modern science* – que, embora seja uma obra sobre a Primatologia no século XX, aborda com deliciosa ironia a construção de muitas carreiras femininas, especialmente na terceira parte do livro, no subtítulo “*Women’s place is in the jungle*” (O lugar da mulher é na selva). Recentemente, Londa Schiebinger, professora de História da Ciência na Universidade da Pensilvânia, publicou *Has feminism changed science?* Apresentando dados atualizados sobre mulheres nas ciências (Citeli, 2000, p. 51).

maior prestígio e reverterem os maiores ganhos e salários para os homens. Assim, as carreiras onde prevalecem os homens são mais valorizadas.

Outro fator para esta análise em relação ao mercado de trabalho é o fato de que as mulheres obtêm ganhos e salários menores que os homens, o que torna esta relação social ainda mais desequilibrada. Olinto (2011) denomina de “Segregação vertical” quando homens e mulheres estão no mesmo nível, nas mesmas condições, inclusive social, na mesma carreira, mas quem avança, notoriamente, são os homens. Nesse contexto, a passos tímidos e permitidos gradualmente pelo sistema, as mulheres vão galgando seu espaço no mercado com dificuldades estruturais. Inclusive, há uma paridade entre homens e mulheres no desempenho escolar.

A desvalorização feminina no mercado de trabalho é um projeto com mecanismos construídos pela sociedade patriarcal de dominação e manutenção de poder dos homens. Essas colocações consideram a mulher de maneira universal, o que não é a realidade da mulher negra, situada na base da pirâmide social, que além da opressão pelo fato de ser mulher, ainda enfrenta o racismo, o que torna mais vulnerável seu acesso ao mercado de trabalho.

Na questão de produtividade acadêmica há uma diferença entre os sexos. No início da carreira, as mulheres têm desvantagem, mas se desenvolvem mais em outro momento da carreira, segundo a autora. “As mulheres passam a mostrar mais vigor profissional que os homens em fase posterior, quando a carreira dos homens tende a se estabilizar e a delas adquire mais fôlego e tende a crescer” (Olinto, 2011, p. 70).

A autora cita um exemplo do fenômeno do “teto de vidro”<sup>15</sup> que “(...) diz respeito à necessidade que as cientistas têm de apresentar mais credenciais para obter o mesmo benefício, seja este uma promoção, uma bolsa de pesquisa ou outro tipo de vantagem acadêmica” (Olinto, 2011, p. 70). Por uma questão tão somente de gênero, a mulher permanece subjugada, convivendo em “teto de vidro ou paredes de fogo” (Moschkovich, 2013) onde não será liberado a elas o código de acesso, afinal são mulheres. As bolsas de produtividade de valor mais substancial e de maior patamar da hierarquia também se constituem em credencial entre os sexos para disputa entre os pares. É notório o fato de serem os homens os privilegiados na distribuição de bolsas e, por vez, há diferença marcante nas áreas, sendo mais privilegiadas as

---

<sup>15</sup> “Teto de vidro ou paredes de fogo? Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP”. Moschkovich (2013) compara, metaforicamente, “teto de vidro” às dificuldades estruturais encontradas por mulheres no meio acadêmico. Simbolicamente, a mulher vê as possibilidades, tem a liberdade sem limites, mas percebe que é intransponível, pois não é ultrapassável, é transparente, mas fechado. Vindo do original “*Fire Wall*”, usado nos meios tecnológicos quando precisa de uma senha para acessar, uma linguagem para entrar no sistema, uma barreira para os não iniciados, ou seja, é preciso decodificar os códigos simbólicos para permanecer ou desenvolver.

de Exatas, Engenharias e Computação das quais prevalecem os homens (Gomes, 2020; Olinto, 2011). Desse modo, torna-se cíclica a manutenção do patriarcado.

Analisando a interseccionalidade de gênero e raça nas ciências, a mulher negra tem pouca representatividade, uma vez que ocorre uma deslegitimação da sua capacidade intelectual. Assim, não falamos da mesma situação de mulheres na ciência. Corpos negros são lidos como corpos sem mentes. Dialogando com homens e mulheres negras em espaços de construção de saberes, fica notória a invalidação da sua capacidade intelectual, a opressão exercida por questões de poder como hierarquia institucional, de gênero, raça e classe. Kilomba (2019) reflete sobre tais categorias de análise, especificamente sobre gênero e raça, em que a mulher negra é tida como o outro do outro do outro.

Em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, as mulheres são parte da sociedade em posição subalterna (Said, 2019). Elas são vistas como incapaz de sua historicidade e cuja função é de não resistência no projeto político-econômico. Assim, o agenciamento da mulher requer a transformação do mundo em reforma moral e social para que ela ocupe seu lugar como sujeito histórico. Por isso, a emancipação feminina passa pela luta por inclusão, questão política que depende da superação da sociedade patriarcal e racista com perspectivas de acesso igualitário sob os conceitos de liberdade de gênero, organização de classes e lutas hegemônicas. Apesar do trabalho do cuidado exercido por mulheres negras ao longo da história, seu lugar permanece na base da pirâmide, sustentando boa parte da sociedade.

Para além da dimensão da presença e da representatividade nos espaços acadêmicos, a ciência de matriz colonial estabeleceu parâmetros de racionalidade e objetividade em prol da dominação cognitiva por parte dos grupos hegemônicos. Assim, a validação acadêmica e epistêmica é garantida a grupos seletos e questionada nos demais grupos populacionais historicamente discriminados como negros e indígenas. Collins (2022) defende que a resistência epistêmica tem se posicionado na academia contra as “comunidades interpretativas específicas”, ou seja, grupos dominantes neste cenário que decidem quem ganha e quem perde autoridade no campo epistêmico.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa está relacionado às políticas afirmativas para ingresso na Universidade Federal de Viçosa, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado do Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Também foi escopo deste trabalho analisar questões relacionadas ao acesso e à permanência dos(as) estudantes cotistas e suas produções de conhecimento.

A metodologia de pesquisa usada é baseada em abordagem interseccional de natureza qualitativa, apresentando arcabouço teórico pesquisado e análise das entrevistas. Como mencionado, esse projeto está vinculado a um projeto maior, fomentado pela Capes, com o título “Presenças negras em programas de pós-graduações: emergências e agências na Ciência brasileira”, cujo dado quantitativo foi coletado pela então pós-doutoranda no Projeto Alteridades, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Carolina Costa dos Anjos. A referida professora coletou os dados em três universidades federais, além da UFV, UFBA e UnB, com início em 2023 e término em maio de 2024, com continuidade mantida pela pós-doutoranda Prof<sup>a</sup> Dra. Carolina Rocha. O projeto maior tem previsão de encerramento em 2026.

O mapeamento dos cotistas, *a priori*, foi realizado para entendermos quantos são nos respectivos centros a partir de informações da secretaria de pós-graduação, da leitura de editais e resoluções. Além disso, analisamos possíveis inconsistências entre dados oficiais da instituição e dados coletados a partir de um formulário previamente enviado aos estudantes cotistas pelo endereço eletrônico institucional de cada um deles. Responderam a esse formulário 21 (vinte e um) estudantes cotistas da pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, somando os estudantes do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Nossa amostra, então, se constitui de estudantes que se identificam como cotistas, uma vez que solicitaram a reserva de vaga.

Ao serem questionados sobre o acesso, se cotista ou ampla concorrência, 5 (cinco) estudantes não responderam à questão. Entretanto, nem todos saem do processo seletivo como cotistas, mas como candidato da ampla concorrência. Neste caso, de 21 (vinte e um) estudantes, apenas 8 (oito) afirmaram ter ingressado pelas cotas, enquanto 5 (cinco) afirmaram ter ingressado por ampla concorrência. Os demais 3 (três) estudantes não participaram da pesquisa por estarem em programas de mestrado profissional.

Na lista de estudantes cotistas levantada junto à UFV em “Dados da Pró-Reitoria” constam 17 (dezesete) nomes diferentes, sendo apenas 3 (três) em comum com os nomes de estudantes cotistas que responderam ao questionário enviado por endereço eletrônico.

Interpretamos que há mais estudantes cotistas além dos que responderam ao questionário e, ainda, que há uma inconsistência na identificação dos estudantes cotistas da pós-graduação. Dito de outra forma, estudantes PPIQ solicitam reserva de vagas, mas são admitidos por ampla concorrência. A hipótese é a de que o critério usado de maneira autônoma da instituição até então é a nota final no processo seletivo para ingresso na pós-graduação. Caso essa nota seja suficiente para a aprovação, o nome do estudante é transferido para o *status* de ampla concorrência. A partir da renovação da lei de cotas em 2023, esse manejo passou a ser usado, o que nos remete a aspectos de meritocracia e não de direito. Concluimos, então, que o número de nomes de estudantes cotistas apresentados pela Pró-Reitoria de Pós-graduação (PRPG) é superior ao de formulários respondidos nos *e-mails* de estudantes enviados, o que é compreendido como fator de voluntariedade desses.

A seguir, esboçamos a tabela 1 com o perfil geral dos estudantes dos Centros de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências da Saúde que constam na lista da Universidade Pró-Reitoria de Pós-graduação como estudantes que reservaram vagas pelas cotas raciais. Na primeira coluna do quadro consta o programa de pós-graduação em que o estudante está matriculado. Na segunda coluna está exposto o número de estudantes cotistas raciais no referido programa bem como o gênero. Na terceira coluna situamos o período em que o(a) estudante ingressou nos anos de 2022 ou 2023, constando como 1 o primeiro semestre letivo e 2 o segundo semestre letivo do ano. Os dados enviados pela Pró-Reitoria de Ensino podem ser resumidos assim:

Tabela 1: Perfil de estudantes do Centro de Ciências Agrárias.

<b>Programa de Pós-graduação</b>	<b>Número de estudantes cotistas e Gênero</b>	<b>Período de ingresso</b>
Agroecologia	1 Masc.	2023/1
Agronomia	1 Fem.	2022/2
Bioquímica Aplicada	1 Fem.	2023/1
	1 Masc.	2023/2
Engenharia Agrícola	1 Fem. (em comum com a outra lista).	2023/2
	1 Fem.	2023/2
	1 Fem.	2023/1
Entomologia	1 Fem.	2022/2
	1 Masc.	2023/1
Extensão Rural	1 Fem. (em comum com a outra lista).	2023/2
	1 Masc. (em comum com a outra lista).	2023/1
Genética e Melhoramento	1 Fem.	2022/2
	1 Fem.	2022/2
	1 Masc.	2022/2
Medicina Veterinária	1 Fem.	2022/2

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na tabela 2, podemos visualizar, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), os estudantes que ingressaram por políticas de cotas e que responderam ao questionário:

Tabela 2: Respostas de estudantes do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

<b>Programa de Pós-graduação</b>	<b>Número de estudantes cotistas e Gênero</b>		<b>Período de ingresso</b>
Microbiologia Agrícola	1 Masc.	AC	2022/1
	1 Masc.	Sem resposta	2023/1
	1 Fem.	Sem resposta	2023/2
Ciências da Saúde	1 Fem.	AC	2022/1
	1 Fem.	AA	2022/1
	1 Masc.	Sem resposta	2023/1
Bioquímica Aplicada	1 Fem.	Sem resposta	2023/2
Entomologia	1 Masc.	Sem resposta	2023/2
Botânica	1 Masc.	AA	2022/1
	1 Fem.	AC	2023/1
	1 Fem.	AC	2023/1

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Temos 8 (oito) estudantes cotistas respondentes ao questionário no CCA, sendo 4 (quatro) estudantes do gênero masculino e 4 (quatro) estudantes do gênero feminino.

No CCB, temos 12 (doze) estudantes, sendo 5 (cinco) do gênero masculino e 7 (sete) do gênero feminino. Eliminamos da contagem duas estudantes deste centro por fazerem parte de programa de mestrado profissional, uma vez que, neste trabalho, nos atemos aos programas acadêmicos. Assim, analisamos as respostas de 5 (cinco) estudantes do gênero feminino.

Do total de 12 (doze) estudantes cotistas no CCB, apenas 3 (três) estudantes afirmaram ter tido acesso à UFV por AA, 4 (quatro) estudantes asseguraram ter tido acesso à UFV pela ampla concorrência e 5 (cinco) deles não responderam à questão. Percebemos que há uma inconsistência quanto às informações fornecidas pela Pró-Reitoria de Ensino da UFV com as respostas, via formulário, dos estudantes cotistas que ingressaram pela AA.

A intenção foi entrevistar todos aqueles que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa. Neste sentido, fizemos o convite para participar da entrevista a todos os estudantes cotistas que constam na lista da Pró-Reitoria e aos estudantes que responderam ao questionário. São 8 (oito) os estudantes cotistas negros(as) que declararam ter ingressado por AA. No entanto, o número de estudantes cotistas constante na lista da Pró-Reitoria era maior, totalizando 12 (doze) estudantes. Deste total de 20 (vinte) estudantes, apenas 5 (cinco) estudantes se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa.

A entrevista é semiestruturada, não padronizada, cabendo uma ampliação do debate para questões que possam surgir. As perguntas do questionário são dissertativas, possibilitando a

expressão da subjetividade sobre presenças negras, acesso e permanência de estudantes mestrandos(as) e doutorandos(as) cotistas do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

O roteiro de entrevista consta no Apêndice B produzido coletivamente entre nós, pós-graduandas e a pós-doutoranda do projeto maior, sob a supervisão das professoras orientadoras/supervisoras. Realizei duas entrevistas presencialmente no *campus* da UFV e as três demais entrevistas foram realizadas remotamente pelo aplicativo de reunião *Google Meet*. Foi solicitado ao(à) estudante cotista entrevistado(a) que fosse autorizada a gravação de sua entrevista para que fosse feita a transcrição na íntegra.

A investigação perpassa por vários aspectos da trajetória acadêmica e pessoal dos(as) estudantes cotistas. Na primeira parte do roteiro de entrevista trazemos questões sobre dados pessoais do(a) estudante como estado civil, residência, rotina, meios de subsistência, saúde física e mental, socialização e lazer, participação em movimentos sociais ou coletivos. Esta etapa constitui de 9 (nove) perguntas para embasar a abordagem inicial. Na segunda parte do roteiro de entrevista, intitulado “Pós-graduação: projetos e agenda de pesquisa” constam 21 perguntas para conduzir a investigação sobre o perfil do(a) estudante cotista, a saber: se é o(a) primeiro(a) da família a estar na pós-graduação, sua recepção na UFV, sua trajetória como estudante, tentativas em processos seletivos, relacionamento interpessoal na equipe de trabalho, tipo de pesquisa, dinâmica de orientação, se participa de grupo de estudo ou pesquisa em questões de gênero e raça, se tem publicações na temática, experiências com racismo, discriminação racial ou de gênero, sobre representatividade na academia, dentre outras. O estudante apresentou maior liberdade para expor aspectos da sua trajetória pessoal, especialmente diante de questões não contempladas inicialmente, bem como em relação a outras que surgiram diante de situações imprevistas.

A interpretação dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo na qual se busca entender as características que estão implícitas nos excertos coletados, em um movimento duplo de entender ao mesmo tempo os significados explícitos das mensagens, como um mero receptor, e interpretar a fundo as causas daqueles discursos, em suas diferentes configurações, seja oral, escrita e/ou imagética. Conforme Bardin (2011), os dados serão analisados em três fases: (i) pré-análise, (ii) exploração do material e (iii) inferências e interpretação. Dessa forma, a partir das entrevistas, os participantes discutiram questões que dizem respeito ao seu acesso, à sua permanência e à produção do conhecimento enquanto estudantes cotistas.

Ancoramos nossa análise das entrevistas na perspectiva interseccional, incluindo as categorias gênero, raça e classe, além de outras que surgiram como: a naturalidade do

entrevistado(a), o intercâmbio universitário e a maternidade atípica, casos específicos dos sujeitos dessa pesquisa. Neste sentido, nos importa a análise interseccional das narrativas trazidas pelos estudantes cotistas.

A partir das entrevistas, os elementos das categorias de análise não são analisados separadamente, mas de maneira interseccional, entendendo a dinâmica social e institucional a que estão inseridos. Interseccionalidade é um conceito amplo que envolve a compreensão das desigualdades como efeito de relações de poder que afetam as pessoas diferentemente a partir dos lugares que ocupam em relação aos cruzamentos de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, idade, competência associada às práxis sociais na busca por justiça para grupos segregados. Portanto, existe uma dimensão prática, de ação pela justiça social e uma dimensão teórica de crítica social (Collins, 2022).

#### 4. OS(AS) ESTUDANTES COTISTAS ENTREVISTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFV

Nesta seção, apresentamos cinco estudantes pós-graduandos(as) vinculados(as) ao Centro de Ciências Agrárias e ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, com base em um roteiro de entrevistas semiestruturado (ver Apêndice B).

Uma estudante, doutoranda, foi entrevistada em dezembro de 2023. Esse processo precisou ser adiantado para ela, pois, apesar de estar em fase final do curso, considerava a possibilidade de desistir, em razão de dificuldades pessoais e familiares. Essa entrevista foi conduzida pela pós-doutoranda do “Projeto Alteridades”, Dra. Ana Carolina Costa dos Anjos. Em 2024, nos dias 24 e 27 de junho e 05 de agosto, entrevistei os demais participantes: duas estudantes do sexo feminino, mestrandas e dois estudantes do sexo masculino, ambos doutorandos. Dos programas de pós-graduação investigados, tivemos a participação de quatro estudantes do Centro de Ciências Agrárias e apenas um estudante do Centro de Ciências Biológicas.

O programa de pós-graduação na área da Saúde da referida universidade é único, “Mestrado Profissional em Ciências da Saúde”, motivo pelo qual não solicitamos a participação de estudantes que o compõem, pois tratamos aqui apenas dos programas *stricto sensu*, mestrado acadêmico e doutorado. Tivemos quatro estudantes participantes dos programas de pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias. Destes, três responderam aos nossos formulários (enviados a todos os estudantes de pós-graduação dos referidos Centros de Ciências) para participarem das entrevistas como estudantes cotistas, porém, apenas duas estudantes do programa de mestrado do CCB constam na lista de estudantes cotistas informada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, conforme explicitado na metodologia de pesquisa deste trabalho. No Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, tivemos a participação de um único estudante, que, na ocasião da entrevista, estava concluindo seu período de “doutorado sanduíche” na Holanda.

Optamos por não identificar nominalmente os estudantes, a fim de preservar suas identidades. Da mesma forma, optamos por omitir o programa de pós-graduação em que o(a) estudante cotista está inserido(a), informando apenas o Centro de Ciências ao qual está vinculado(a). Em diálogo com leituras sobre a diáspora africana em grupo de estudo do “Projeto Alteridades”, elaboramos uma analogia que busca expressar a agência dos(as) estudantes cotistas na pós-graduação, inspirada na perspectiva do pássaro mítico da cultura africana, “Sankofa”, cuja origem é explicada a seguir:

O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan ‘se wo were fi na wosan kofa a yenki’ que pode ser traduzido por ‘não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu’. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental. Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou idéias filosóficas. Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar (Revistas USP – Histórico do periódico, 1983).

Sankofa é um símbolo Adinkra que representa a ideia de voltar ao passado para aprender com a ancestralidade, com perspectiva de emancipação no futuro. Trata-se de um símbolo de resistência para os afrodescendentes. No Brasil, tem se tornado cada vez mais reconhecido e utilizado, principalmente na luta por equidade racial. Neste sentido, sugerimos o uso de codinomes aos(as) entrevistados(as), que prontamente concordaram em adotar nomes de pássaros, tendo cada um escolhido o seu. Essa iniciativa nos permitiu constatar a importância da subjetividade para as pessoas, pois todos(as) apresentaram justificativas imediatas para suas escolhas, vinculadas ao seu *self*, o “Eu”. A proposta de usar codinomes de pássaro veio da ideia de libertação. “Tornamo-nos Sankofa, um pássaro que se movimenta para frente, ao passo que mantém sua cabeça voltada para trás, num elo inquebrantável com a nossa história e a nossa linhagem, biológica e/ ou simbólica, a um só tempo comunitária e cósmica” (Petit, 2015, p. 72). Os(as) estudantes entrevistados(as) gostaram da proposta pela subjetividade na escolha de nomes de pássaros brasileiros e cosmopolitas.

A primeira estudante apresentada será a “Coruja”. A entrevista ocorreu no dia 05 de agosto de 2024, às 15h35min, com duração de uma hora e trinta e três minutos, realizada por meio de reunião online no *Google Meet*. A entrevistada é estudante cotista da pós-graduação em um programa de mestrado do CCA. Ingressou no segundo semestre de 2022 e foi recentemente aprovada para o doutorado. Afirmou ser a primeira pessoa da família a entrar na pós-graduação e destacou como objetivo principal ser aprovada em concurso público. Atrás de seu apartamento há uma mata, e à noite ela costuma ouvir o canto de uma coruja — embora ainda não a tenha visto. Esse foi o motivo relatado por ela para a escolha do codinome, que representa:

Símbolo de sabedoria e conhecimento, a coruja é a ave soberana da noite. Para muitos povos a coruja significa ainda mistério e inteligência. Ela tem a capacidade de enxergar através da escuridão, conseguindo ver o que os outros não veem. A coruja simboliza a reflexão, o conhecimento racional e intuitivo (Enciclopédia Significados).

Nasceu e foi criada em Ibitaré, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, onde vivia com os pais e uma irmã. É estudante oriunda de escola pública, com destaque reconhecido na Educação Básica. Foi aprovada em duas instituições de ensino superior da rede privada e também na UFV, para o curso de Medicina Veterinária como cotista e afirma que o curso sempre foi sua primeira escolha. Formou-se em janeiro de 2020 e chegou a atuar em algumas clínicas veterinárias. No entanto, devido à pandemia e ao fato de estar morando com os pais, não deu continuidade à experiência profissional. Mantém um relacionamento desde a graduação, há sete anos, com um estudante que atualmente cursa doutorado. Ele está na Argentina e trabalha em regime híbrido para uma instituição localizada em São Paulo. Atualmente, ela tem vinte e sete anos e reflete:

Foi um momento muito difícil mesmo, passar por uma recente formação, pela pandemia, com o medo todo que a gente estava também. Mas aí eu me inscrevi em alguns processos seletivos, e aí tem um que eu passei, que era para o seletivo do Espírito Santo, e o salário era muito bom! E eu fui para lá, fui na cara e na coragem mesmo, fui para o Espírito Santo, morei lá um ano, trabalhei com inspeção de grandes avícolas (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024).

Após o término do contrato, a estudante “Coruja” retornou à casa dos pais e começou a se preparar para um concurso público no Ministério da Agricultura e Pecuária. No entanto, como o governo federal da época não lançava novos editais, ela tomou outra iniciativa: ingressar no mestrado.

Essa entrevista, diferentemente das demais, teve uma carga de emoção considerável, talvez por abordar uma relação de profunda referência afetiva: a relação entre mãe e filha, que será relatada mais adiante. Em vários momentos da entrevista, a estudante “Coruja” se emocionou, falou com voz baixa e embargada, e chegou a rir enquanto chorava. Confesso que me senti privilegiada por ter sido depositária do que considero uma verdadeira catarse da estudante, um mergulho em temas difíceis, memórias dolorosas, e, ao mesmo tempo, um momento de abertura e entrega que também me comoveu profundamente. Outro ponto de destaque foi a relação da estudante com seu professor orientador, marcada por uma ambiguidade de sentimentos. Apesar das dificuldades, ela nutre a esperança de ser reconhecida por ele.

Outra mestranda do CCA escolheu, de imediato, o codinome “Beija-flor”, ao receber a proposta. Sobre sua representação:

Para os Ameríndios, o beija-flor simboliza a beleza, a harmonia, a verdade e a força. Os índios hopis, do Arizona, por sua vez, consideram o beija-flor um herói que salva

a humanidade da fome, visto que intervém com o deus da germinação e do crescimento. Os astecas acreditavam que as almas dos guerreiros que morriam retornavam à terra com a forma de beija-flor ou de borboleta. O amor puro, a cura e a sorte, por sua vez, são simbologias pertencentes ao beija-flor no Xamanismo (Dicionário de símbolos - Significado dos símbolos e simbologias).

A estudante “Beija-flor” ingressou no primeiro semestre de 2023 no programa de mestrado do CCA, por meio da reserva de vagas para cotas. Sua entrevista ocorreu presencialmente, em sala da UFV, no dia 27 de junho de 2024, às 16h, com duração de quarenta e nove minutos.

Ela nasceu em Ceilândia, cidade localizada na região administrativa de Brasília. Segundo ela, “é a cidade que mais tem nordestinos”. Seus pais são oriundos do Piauí e atualmente residem em Sobradinho, também na região administrativa de Brasília. “Tanto que quando eu cheguei aqui, ninguém sabia identificar de onde eu era, porque eu falo uai e oxi. Meus pais são nordestinos, então eu pego muito o sotaque deles” (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024). A estudante em questão é a segunda pessoa da família a conquistar esse espaço, o primeiro foi um tio. Ela tem 23 anos e é solteira. Atualmente, mora com outras duas estudantes em uma casa que fica mais afastada da universidade.

A estudante “Beija-flor” acredita que poderia estar desenvolvendo algum trabalho na sua área de formação, além da pesquisa para melhoramento da qualidade do milho, que julga ser demorada pela natureza dos experimentos, mas não vê essa possibilidade em Viçosa. Dentre 20 estudantes, ela foi a primeira a responder o e-mail aceitando participar da entrevista; confessou ter se sentido valorizada e, ao final, disse ter gostado.

Ao fazer a proposta da escolha do codinome a outro estudante, doutorando do CCA, ele sorriu e disse: “Nossa, escolher, nunca me fizeram essa pergunta!” Ao propor ser o nome de um pássaro na perspectiva do *Sankofa*, ele respondeu: “O pássaro Anu”. Pesquisando sobre este pássaro em específico, descobri algumas famílias diferentes de anu, com características um pouco diferenciadas, como o anu-preto ou anum, o anu-branco ou anu-do-campo, anu-coroca ou anu-da-serra, dentre outras variadas formas de identificação, mas todos carregam consigo lendas e superstições. O anu-preto é o mais misterioso, envolto na crendice de que possui uma conexão entre a vida terrena e a vida espiritual. O anu-branco, na verdade, é amarelado e com algumas penas pretas, principalmente no longo rabo, característica comum a todos. Esse pássaro apresenta uma plumagem na cabeça que lembra um cocar. Já o anu-coroca é preto, com o dorso azulado. O grande destaque é que são pássaros sociais, andam em bando e seu canto melodioso os mantém unidos (Jardim Botânico do IB). Além disso, são associados a algumas superstições, como pode ser observado na sequência:

É possível por outro lado que se prenda ao fato dos cuculídeos no Brasil serem pássaros motivadores de várias superstições. Tem uma mesma silhueta corporal, semelhante à do cuco europeu (*Cuculus canorus*), ave que deu nome ao grupo, [...]. Nos Estados Unidos há a seguinte sentença meteorológica popular: “*Cuco cantando todo dia, ano frio anuncia*.” Será que o colonizador branco, trazendo as superstições sobre o cuco europeu, ao ver o cuco americano (anu, etc.) lhe transferiu tais crendices? Com o tempo outras faces foram se agregando. É corrente em São João del-Rei a crença espiritualista que a chegada de um grupo de anus diante de uma casa indica ali a presença de *eguns* (almas penadas) (Folclore dos pássaros).

O estudante “Anu”, doutorando do programa do CCA, ingressou em 2022, no primeiro semestre, por ação afirmativa. Foi entrevistado presencialmente, em sala do Departamento de Ciências Sociais da UFV, no dia 24 de junho de 2024, às 14h23min. A entrevista teve duração de quarenta e um minutos.

Nasceu em Belo Horizonte, onde morou até os dois anos de idade. Depois, a família mudou-se para Varginha, sul de Minas, onde morou até os doze anos, retornando então para Belo Horizonte, onde permaneceu até o ano de 2013. A família, por parte materna, é de Curvelo, no centro de Minas; e por parte paterna, de Ribeirão das Neves, região metropolitana da capital mineira.

A primeira graduação do estudante “Anu” foi em Belo Horizonte, na PUC Minas, em Geografia. Depois, trabalhou por três anos como professor de Geografia na rede estadual de ensino em Belo Horizonte. Formou-se em Agronomia na UFV, sua segunda graduação, cursou o mestrado no CCA e, agora, está no doutorado. Ele sempre morou sozinho em Viçosa, na zona rural. Segundo ele:

Quando eu estava terminando a graduação, eu já estava fazendo uma especialização, porque eu já era formado em Geografia, então eu consegui conciliar com a graduação. Aí terminei a especialização, já entrei no mestrado. Terminei o mestrado e já ingressei no doutorado (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

Outra estudante a ser apresentada é “Arara-azul”. Ela ingressou na graduação em Zootecnia em 2010, no Pará, e na pós-graduação, no programa de mestrado no CCA, na UFV, em 2014. Em 2021, ingressou em outro programa de mestrado no CCA. Nesse intervalo de tempo, de 2016 a 2018, trabalhou como professora substituta na universidade federal, no *campus* de Paragominas, no Pará. Sua entrevista foi realizada em 18 de dezembro de 2023, com duração de duas horas e trinta e três minutos. Nasceu em Bajuru, no interior do Pará, tem duas filhas, a mais velha tem cinco anos de idade, a segunda tem dois meses. O companheiro é natural de Viçosa, trabalha de dia e faz graduação à noite. Moram de aluguel em bairro na periferia da cidade, contam também com a bolsa de estudo dela para subsistência da família. A mãe da

estudante, viúva, também está morando com eles, veio do Pará para apoiá-los desde o nascimento da segunda filha. Em sua entrevista, ela destacou:

Sou do interior do Pará, eu nasci num município que na época era 5.000 habitantes e, assim, ninguém ouviu falar... se for olhar no mapa, Bujaru, ninguém sabe, e sou filha e neta de uma agricultora porque minha avó fazia farinha no Pará, a gente faz muito...[...] eu plantava mandioca para vender na feira, e assim eu vi a minha vida, a vida da minha família mudar um pouquinho com essas transformações, então, assim, hoje o que eu pesquiso me relembro, me remete um pouquinho do que era a minha vida e da minha família, que é essa...(Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

A estudante “Arara-azul” teve a experiência do plantio e beneficiamento da mandioca, negócio familiar que envolve gerações de mulheres: a avó, a mãe e ela. Sua pesquisa perpassa essa perspectiva de negócio familiar no setor de integração avícola, o que, de certa forma, dialoga com sua trajetória. Nesse contexto, a produção do conhecimento envolvendo mulheres no setor agrário é reflexo de vivências da estudante no interior do Pará.

“Arara-azul” é nossa única entrevistada que é mãe, os(as) demais são solteiros(as), sem filhos(as). Trata-se, portanto, de uma experiência singular: a de uma doutoranda que também é mãe. Sua primeira filha tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que demanda ainda mais atenção da família, especialmente da mãe, que nunca deixou de acompanhá-la às terapias com psicóloga, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional e equoterapia, realizadas diariamente, mesmo após o nascimento da segunda filha. Em determinado momento, houve um impasse: ela pensou em desistir do programa de doutorado, mas, após uma conversa com sua orientadora, decidiu continuar. Destacamos que a única mulher negra, mãe atípica, nortista, de origem rural tenha sido a mais inclinada a desistir do curso, o que evidencia marcadores da diferença que atravessam sua presença nesse espaço eurocêntrico.

No contexto da UFV, a área de agrárias tem seu histórico elitista, machista e racista desde sua criação. Embora tenha completado dez anos da política de cotas, a representatividade negra na pós-graduação é mínima, conforme observado nas entrevistas.

A estudante “Arara-azul” justificou sua escolha pelo pássaro que esteve por muito tempo em extinção, primeiramente, por ser uma ave típica do Brasil e também por representar, de certa forma, o que foi sua vivência na pós-graduação:

[...] me remeteu à extinção das mães, mães atípicas ainda mais, em um contexto bem desafiador para que a gente permaneça na pós-graduação. Então, me sinto representada pela arara-azul, no sentido de que estamos extintas de ambientes como na pós-graduação, um provocador para uma reflexão maior” (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

No sentido de sua escolha, ela convida a uma reflexão sobre a presença de mulheres mães na pós-graduação, escassa e desafiadora. Ainda sobre o pássaro, sabe-se que:

A arara-azul é uma ave psittaciforme da família *Psittacidae*. Conhecida também como arara-azul-grande, arara-preta (Mato Grosso), arara-uma ('uma' significa 'negro' em tupi) e arara-hiacinta. Em 1988 a população total da espécie foi estimada em apenas 2500 indivíduos. Encontra-se ameaçada de extinção devido à destruição de seus habitats e ao comércio ilegal. Neste ano de 2014 a arara-azul-grande subiu uma posição na lista vermelha da IUCN, agora sendo classificada como 'vulnerável' (VU). Devido ao combate ao comércio ilegal e à criação de reservas ecológicas, o número de indivíduos dessa espécie cresceu um pouco para, aproximadamente, 4000 em 2010. Há ainda programas de conservação no Pantanal para plantio de Manduvi, e distribuição de ninhos artificiais que podem estar contribuindo para o aumento populacional deste Psitacídeo (Wikiaves).

O último estudante a ser apresentado é "Pardal", doutorando do Programa do CCB, que ingressou em 2021, no segundo semestre. É natural do interior de São Paulo, mas morou por muito tempo em Minas Gerais. Fez sua graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde se formou em Biologia, em 2015. A entrevista ocorreu em 24 de junho de 2024, com duração de uma hora e cinco minutos, remotamente, pelo *Google Meet*. Na ocasião da entrevista, o estudante estava fazendo doutorado sanduíche no período de agosto de 2023 a julho de 2024. Sua família mora no interior de São Paulo. Trabalhou com consultorias ambientais. Quando concluiu a graduação, não retornou para São Paulo; trabalhou na rede pública de ensino em Uberlândia, no Ensino Básico, como professor de Biologia e Ciências, até que decidiu que queria voltar a estudar.

O estudante "Pardal" justificou sua escolha pelo pássaro, justamente pela característica de estar em todas as partes do mundo: "Pássaro cosmopolita, não especialista, que está na resistência sobrevivendo em diversos lugares, situações e ocasiões" (Estudante "Pardal", doutorando no CCB, 2024).

O pardal (*Passer domesticus*) tem sua origem no Oriente Médio, entretanto este pássaro começou a se dispersar pela Europa e Ásia, chegando na América por volta de 1850. Sua chegada ao Brasil foi por volta de 1903 (segundo registros históricos), quando o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, autorizou a soltura deste pássaro exótico proveniente de Portugal. Hoje, estas aves são encontradas em quase todos os países do mundo, o que as caracteriza como uma espécie cosmopolita (Wikiaves).

As apresentações são sínteses das entrevistas, sendo melhor debatidas nos capítulos seguintes, classificados como: Acesso, Permanência e Produção do conhecimento. Essas três categorias foram eleitas por corresponderem aos objetivos específicos deste trabalho de pesquisa.

Este capítulo se divide em três partes. O subcapítulo “Acesso dos(as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV” traz informações que perpassam a dimensão socioeconômica dos(as) estudantes: tentativas de ingresso, chegada na pós-graduação, impactos e impressões, além da representatividade no contexto familiar. Compreendemos as políticas afirmativas de cotas para ingresso na graduação e na pós-graduação como um avanço social. No entanto, para que esse direito seja de fato acessado por seus destinatários, ele passa por um processo que envolve o acesso à informação sobre a política, a identificação com os critérios e o êxito na seleção. O subcapítulo “Permanência dos(as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV” aborda a permanência material e simbólica desses(as) estudantes. São exploradas questões relativas à rotina e atividades domésticas, moradia, deslocamentos, desafios enfrentados na pós-graduação; acesso à saúde física e mental, atividades de lazer e esportes, socialização, vivências de discriminação racial ou de gênero, além das estratégias de subsistência na universidade. Por fim, o subcapítulo “Produção do conhecimento dos(as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV” trata do cotidiano na atividade de pesquisa: agendas e projetos desenvolvidos, temáticas abordadas, aspectos inovadores, inclusão de questões raciais e de gênero, bem como a representatividade negra na instituição.

#### **4.1 Acesso dos (as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV**

Nesta seção, discutimos o acesso à pós-graduação dos(as) estudantes cotistas entrevistados(as), os impactos relacionados à chegada e suas impressões. Buscamos investigar como se deu o acesso após a solicitação de reserva de vagas e a aprovação no processo seletivo, como foram recebidos na UFV, como perceberam o ambiente acadêmico e demais aspectos relacionados à inserção na pós-graduação.

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, um dos objetivos específicos da pesquisa é investigar o acesso de estudantes cotistas do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa. Para tanto, foram exploradas questões sobre tentativas de ingresso, chegada à pós-graduação, impactos, impressões e representatividade na família.

Trazemos a interseccionalidade como lente de análise para essa intersecção que há entre as categorias raça, gênero, classe e regionalidade nas experiências analisadas nesta dissertação. A perspectiva prática da interseccionalidade tem a preocupação com justiça e transformação social (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022). As práxis são ideias e ações que formulam a interseccionalidade, a partir de movimentos coletivos, com objetivos de ordem prática na vida

das pessoas, sobretudo da mulher negra em ação política, como o combate à desigualdade social, na luta por justiça social, que inclui o direito e estratégias de sobrevivência, com atenção às questões existenciais de vida e morte (Collins; Bilge, 2021; Collins, 2022).

O termo interseccionalidade se impõe como teoria social crítica em construção, de vir a ser, a partir da agência de mulheres negras. “De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica” (Akotirene, 2019, p. 23). Há uma estreita relação entre interseccionalidade e identidade, em que a interseccionalidade valoriza a riqueza das múltiplas identidades que cada indivíduo possui em sua singularidade (Collins; Bielge, 2021). Assim, passamos a analisar as falas dos(as) entrevistados(as), por um ângulo interseccional, considerando sua singularidade.

O estudante “Pardal” concluiu a graduação em Biologia na UFU. Depois de dois anos de afastamento da academia, retornou a Viçosa em 2017. Pretendia fazer mestrado em Agroecologia e teve acesso à UFV por meio da segunda graduação em Engenharia Florestal. Coursou apenas um período e fez o processo seletivo para a pós-graduação. Contou que trabalhou com Agroecologia junto a pequenos agricultores da agricultura familiar e, atualmente, está no doutorado, no CCB, trabalhando com Ecologia Vegetal. Ele relatou:

[...] quando eu cheguei de volta, assim, foi meio que um choque, né? E também entendendo que, ainda assim, a pós-graduação, apesar de ter tido mudanças, é um lugar elitizado. Então, assim, quando eu cheguei para fazer o mestrado, ainda mais que eu estava numa área que é uma área agrônômica, então, a grande maioria das pessoas ali eram homens, brancos e héteros. Então, foi um choque de realidade (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

Analisando o impacto da chegada à pós-graduação para o estudante “Pardal”, observamos que ele o interpretou sabiamente a partir de uma perspectiva interseccional. O espaço social, definido como elitizado e composto por “homens, brancos e héteros”, remete às questões de classe, gênero, raça e sexualidade, nesta ordem por ele elencadas, que definem o perfil do estudante de pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias na UFV. A área agrônômica evidencia a classe social dos estudantes que têm interesse em manter negócios, muitas vezes de ordem familiar, o que redobra o interesse desse público específico, “elitizado”, como define “Pardal”. O fato de ser a maioria dos estudantes homens brancos e heterossexuais não surpreende, pois, desde a fundação da UFV, as Ciências Agrárias servem a esse público e a negócios agrários, com visibilidade no cenário nacional. Estamos falando de um lugar elitizado na pós-graduação da instituição, fortemente marcado pelas desigualdades em relação

aos demais Centros de Ciências da UFV, e até mesmo entre áreas dentro do próprio centro, em termos de recursos e investimentos.

Ademais, a cultura rural tradicional tem forte relação com o modelo heteronormativo de masculinidade, que pode ser observada nas letras de músicas sertanejas, na exaltação do homem forte provedor. Essa manifestação artística reflete comportamentos, na academia, inclusive, mantendo o perfil do estudante de Agrárias o estereótipo do homem branco rico e bem formado. O estudante “Pardal” destacou os olhares, julgamentos e preconceitos velados das outras pessoas com a sua chegada na pós-graduação:

[...] Ainda mais que eu estava afastado, eu me inseri naquele espaço. Você sente olhares, você sente julgamento, você sente preconceitos. E aí, muitas vezes, isso está no nosso interior, de ter que fazer duas vezes mais para ser reconhecido, tanto quanto aquela pessoa que está fazendo duas vezes menos, muitas vezes e acentua quando em uma sociedade construída a partir de uma ideia de inferiorização da população negra (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

Ele entrou em um programa de mestrado no CCA e depois trocou para outro, em outro Centro de Ciências, inclusive, no CCB. No primeiro, percebeu a homogeneidade da turma elitizada, sobretudo por se tratar de área agrônômica, com prevalência de gênero, raça e classe bem marcada. Entendemos o “choque de realidade” a que o estudante “Pardal” se refere como um estranhamento do ambiente da pós-graduação, ainda elitizado, apesar das cotas para ingresso. Ele não se manteve nesse programa, trocou para outro, com a mesma orientadora. Neste caso a intersecção entre classe e raça é bastante marcante, pois, historicamente, é um lugar de homens brancos de classe média e alta. Almeida (2021) declara ser o racismo de ordem racionalizada, normal para uma sociedade que tem incutido no inconsciente a diferença, baseada nas relações de poder, em sua organização política, econômica e jurídica.

Outro ponto de destaque na fala de “Pardal” é sobre o reconhecimento: “fazer mais para ser notado”, o qual traz a conotação de alguém que acredita estar devendo algo a outrem, necessitando se esforçar mais em todos os aspectos para ser incluído. Essa lógica se acentua em uma sociedade construída a partir de uma ideia de inferiorização da população negra.

A estudante “Coruja” já vivia em Viçosa há cinco anos, onde cursou sua graduação na UFV. Como permaneceu na mesma instituição, as principais dificuldades no ingresso na pós-graduação foram o exame de proficiência em língua inglesa e a imprevisibilidade quanto à bolsa de estudos. Essa situação evidencia a intersecção entre raça e classe, pois estudar inglês ainda é visto como prática associada à cultura branca, com certo poder aquisitivo para custear tal formação. Dependendo da bolsa de estudo pode não ser algo exclusivo ao estudante negro, mas é

uma questão de classe. Ela destacou a autonomia na pós-graduação, pois diferentemente da graduação, quando o estudante precisa cursar disciplinas mais genéricas, na pós-graduação há o foco na temática escolhida. Apesar de lhe agradar a autonomia que percebe na pós-graduação em termos de direcionamento de área específica na pesquisa, a língua inglesa é por ela vista como impacto na chegada e a bolsa de estudo é condição para sua permanência. Ou seja, sua autonomia, na prática é relativa. A estudante “Coruja” discorreu sobre seus impactos:

Mas, assim, uma coisa que me impactou muito... e que me impacta até hoje é a questão do idioma. O inglês, ele pega para mim. É algo realmente que me impactou muito, muito mesmo! [...]. Então, assim, é algo muito importante, mas é algo que para mim é desafiador, muito desafiador. O inglês é muito desafiador! Eu tenho um certo bloqueio, sabe, que eu tenho que trabalhar muito. [...]. Esse ano mesmo teve um evento que eu achei incrível! Eu estou até pensando aqui, eu acho que não teve um professor que falou português nele. Estou pensando seriamente que eu acho que não teve um que falou em português (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Notamos que algumas palavras são repetidas, seguidamente ou não. Em um trecho dessa fala, a estudante repetiu três vezes o verbo “impactar” e o adjetivo “desafiador”. Além disso, usou o termo “bloqueio” para designar sua relação com a língua inglesa. O verbo impactar aqui foi usado no sentido de “Provocar emoção e impressão: abalar, comover, emocionar, impressionar, sensibilizar, afetar, tocar, mover, surpreender, enternecer, suscetibilizar, assombrar” (Dicionário *online* de Sinônimos<sup>16</sup>); um verbo que expressa a forte carga de emoção e impressão diante o desafio de vencer as barreiras da língua inglesa. Bárbara Carine (2023), em "Querido estudante negro", traz a seguinte reflexão:

Você sabe que só vi inglês na escola. Sabia de nada ou quase nada quando cheguei na graduação. Grande parte dos textos do mestrado são em inglês, consigo ler já, só não falo bem. Segui firme e forte com meu dicionário na mão, tentava captar as mensagens gerais dos textos para levar para as discussões em sala de aula. [...] precisamos de outros idiomas para a leitura de textos que não necessariamente falam com a gente (Carine, 2023, p. 118).

A autora descreve as dificuldades de um estudante de pós-graduação para dominar o segundo idioma, a língua inglesa, com a bagagem educacional insuficiente oferecida na escola pública, sobretudo nessa disciplina, o que pode levar, em muitos casos, à evasão por não conseguir aprovação no exame de proficiência. A ênfase em dizer, repetindo sua afirmação “Eu estou até pensando aqui, [...] estou pensando seriamente [...]” reforça a importância do segundo idioma para poder participar ativamente, compreendendo o teor de uma palestra realizada por

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/impactar/> Acesso em: 12 abr. 2024.

professores estrangeiros, na língua inglesa, considerada universal. Reforça ainda sua conscientização sobre essa importância. Como a educação pública deixa essa lacuna, ao não conseguir efetivamente contribuir para a formação nessa área, o estudante com melhor condição financeira pode cursar inglês em instituições privadas, enquanto o estudante de classe baixa não tem acesso a essa possibilidade.

A obrigatoriedade de uma língua estrangeira torna-se, assim, uma barreira simbólica e material para aqueles que não tiveram acesso a uma formação complementar à escola, além de outros bens e serviços educacionais e culturais que contribuiriam para sua formação. Venturini e Silva (2021) afirmam que o exame de proficiência em um segundo idioma (no caso do mestrado) e dois outros idiomas (no caso do doutorado) constitui um desafio para os (as) estudantes que não tiveram acesso em sua formação. Nesse sentido, consideramos a questão um lastro social, pois muitos(as) outros(as) estudantes passam por tal obstáculo.

Quanto à decisão de continuar seus estudos, candidatando-se a uma vaga no programa de mestrado e diante a um cenário pandêmico, em que a estudante “Coruja” não se sentia segura para trabalhar fora, ela decidiu:

Então, o que eu pensei foi: eu vou fazer um mestrado, porque eu vou conseguir aprofundar mais na área que eu já sei que eu gosto, que eu quero, que é inspeção. E, ao mesmo tempo, eu vou conseguir conciliar, de certa forma, com os estudos que eu quero. Então, assim eu fiz, me inscrevi para o mestrado na UFV, e aí passei, então eu voltei pra Viçosa (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024).

A estudante “Beija-flor” falou um pouco sobre sua chegada: na casa que deveria ser seu lar, foi recebida com críticas e ironia por ser filha de pais com origem nordestina:

Sou filha de pais nordestinos. Aí quando eu cheguei aqui foi até uma coisa que foi motivo de brincadeira, uma fala infeliz, na verdade, porque zoaram a minha mãe pelo fato dela ter me deixado com uma compra do mês, por exemplo. Isso foi motivo de chacota, não sei por que. Por exemplo, aí sua mãe é nordestina, então ela já prioriza só a sua alimentação. Tipo, nordestino passa fome, vem esse ditado infeliz aí... E aí eu sempre priorizei muito a minha alimentação. Os meus pais sempre me alimentaram muito bem e o fundamental para eles é manter a gente comendo bem, além da saúde, porque isso gera saúde, né? Tudo é consequência (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

Aqui, podemos perceber uma discriminação regional, a xenofobia. Os pais da estudante “Beija-flor” são do Piauí. O preconceito contra pessoas nordestinas, como relatado por ela, manifestou-se por meio de uma ironia relacionada à prática de estocar alimentos, como se isso fosse sinônimo de fome. Historicamente, o nordeste brasileiro é castigado por longos períodos de seca, o que alimenta o imaginário social da pobreza, criado, reproduzido e legitimado pelo

colonialismo interno e seus dispositivos. O que Beija-flor identificou como “Uma fala infeliz” trata-se, na verdade, de expressão de preconceito racial e discriminação.

Considerando que a estudante é uma mulher negra, de baixa renda, de origem nordestina e sofreu assédio por colegas de classe média dentro da casa, temos uma intersecção de relações de poder que potencializa o preconceito e a discriminação. A regionalidade no Brasil é fonte recorrente de discriminação, sendo o Nordeste uma região à qual se atribui não somente pobreza da população, mas também a ignorância e o fracasso escolar. Por outro lado, o Sudeste é frequentemente associado à riqueza, à inovação e às melhores universidades. Minas Gerais, por exemplo, concentra o maior número de universidades públicas federais, totalizando onze (Venturini; Silva, 2021). A entrevistada é uma mulher negra e nordestina, portanto estes lugares sociais são simultaneamente acionados nas relações de poder que a oprimem.

A estudante “Beija-flor” demonstrou ter consciência do racismo e das diferentes formas em que se manifesta:

Uma das primeiras falas que eu escutei assim que eu cheguei aqui, bem racista, inclusive, que pessoas que vêm, assim, dos países africanos, ou então tinham estudado fora daqui, não conseguiam ter o mesmo desempenho. Geralmente são o quê? Pessoas nordestinas que realmente estudaram nas universidades federais lá do Nordeste e do norte, ou que não conseguiriam atingir o mesmo desempenho, ou então as pessoas dos países africanos (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

A estudante “Beija-flor” fez uma comparação entre o racismo dirigido a pessoas oriundas de países africanos que vêm estudar no Brasil e o preconceito sofrido por estudantes de origem nordestina ou nortista que migram para o sudeste com o mesmo objetivo. Segundo ela, todos são colocados em um mesmo lugar: o do descrédito e da inferioridade.

Agora, vamos falar sobre a estudante “Arara-azul”. Ela ingressou no programa de mestrado do CCA em 2014. Após concluir o curso, retornou ao Pará e atuou como professora no ensino superior por dois anos, de 2016 a 2018. Em 2020/2021 estava de volta à cidade de Viçosa, concorrendo novamente a uma vaga em programa de mestrado, porém em outro departamento. A escolha da Universidade Federal de Viçosa para fazer pós-graduação passou por uma experiência anterior, fez um curso de férias e gostou da estrutura da instituição. Ela falou que os comentários que ouviu foram desmotivadores, que são muito concorridas as vagas para pós-graduação no programa pretendido e que depende de influência com orientadores, ter contatos, enfim, capital que ela não considerava ter. É uma longa distância de sua cidade natal, Bajuru, no interior do Pará, até a instituição, em Minas Gerais. A sua disposição em mudar de região para participar de um programa de mestrado foi surpreendente, considerando o

distanciamento da família e o fato de ter feito esse deslocamento sozinha, ainda solteira. Ela relatou:

[...] quando tentei a seleção de 2020 para 2021, eu fui na cara e na coragem, sem conversar com ninguém antes e fiz a prova. Apresentei um projeto e deu certo, aí quando eu tentei, eu vi que realmente estava com condições e era uma aluna que não era assim, eu não me sentia, eu me sentia abaixo da média, mas eu estava na média! Isso foi muito bom até para minha autoestima, para eu continuar (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

Nessa perspectiva de emancipação, a estudante “Arara-azul” alçou voo alto ao tomar a decisão de cursar o mestrado tão distante de casa, sem apoio algum, contando com seu desejo e determinação para participar do processo seletivo. Ela relatou ter enfrentado baixa autoestima durante esse processo, mas o resultado positivo a motivou a continuar. Hoje, é doutoranda.

O estudante “Anu” compartilhou suas impressões ao chegar à pós-graduação. Relatou que não sentiu tanto impacto, pois já havia cursado o mestrado anteriormente. Segundo ele, a regra para a pós-graduação é mais rígida quanto à qualidade e produtividade, diferentemente da graduação, que, em sua opinião, também é exigente, mas um pouco menos.

A estudante “Coruja” contou que seu acesso à graduação foi dificultado pelo pai, devido às implicações de a filha sair de casa. Destacamos a importância de seu relato nesse sentido, pois, se ela não tivesse conseguido superar as barreiras que a impediam de pensar em estudar Medicina Veterinária em outra cidade, hoje ela não seria nossa entrevistada do mestrado, já com sua vaga garantida no programa de doutorado. Sobre isso, ela compartilhou:

Quando eu passei na Universidade Federal, eu cheguei para o pai e falei: “pai, eu passei na Universidade Federal de Viçosa”. Ele falou para mim: “você não vai!” De primeiro, ele não ia deixar eu vir não, para poder não ficar longe deles. Foi depois, né, de muita conversa, eu vim. Mas, assim, não teve uma comemoração. “Olha, minha filha passou na Universidade Federal”, [...] ele falava com muito orgulho para os amigos dele, só que eu acho que essa questão de me manter aqui, né, também é muito problema de liberalização também das coisas (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A estudante “Coruja” deu ênfase à dificuldade enfrentada por seu pai em mantê-la em outra cidade, além da questão da separação da família, considerando o convívio próximo entre eles. Mais uma vez, deparamo-nos com a questão de classe social: a princípio, havia uma impossibilidade hipotética de sair de casa para estudar em Viçosa. Considerando que ela já estava matriculada na rede privada, em Belo Horizonte, com o benefício de uma bolsa integral e a possibilidade de continuar morando com os pais, é compreensível o receio da família em não conseguir arcar com todas as suas necessidades. Surgiu, assim, o temor em consentir sua

partida. Podemos refletir, ainda, sobre o fato de que, para muitas mulheres, sair de casa não é algo bem aceito socialmente. O sexismo do pai é explícito quando ela afirma: “ele não ia deixar eu vir”. Mulheres que decidem estudar longe de suas famílias são frequentemente vistas como alguém em ruptura com os laços familiares. Na concepção patriarcal da sociedade, espera-se que as mulheres permaneçam próximas da família, ideia que se soma àquilo que a entrevistada chama de “liberalização das coisas”, por morar sozinha, longe dos olhos dos pais. Todo esse conflito está associado às questões de gênero e classe social, dadas as dificuldades para manter as despesas em uma cidade universitária. Assim, o cruzamento entre gênero e classe se soma à dimensão racial no processo de entrada da estudante “Coruja” na pós-graduação.

A estudante “Beija-flor” contou que tentou o processo seletivo para mestrado na UnB ao mesmo tempo em que tentou na UFV, sendo aprovada em ambas:

Só que a UFV, ela tem uma influência e um nome muito forte nas Agrárias. Então, se é para sofrer e ter esse nome no meu currículo, eu estou disposta. Espero que valha a pena. [...]. Na pós-graduação, a gente vem com a expectativa muito grande. Como eu sempre quis fazer mestrado na UFV, então, para mim, eu já venho com a expectativa lá em cima, tipo, aí, realmente é super influente na nossa área, Agrárias. Então, vai ser mil e uma maravilha (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A fala da estudante “Beija-flor” reflete o favoritismo pela Universidade Federal de Viçosa, em âmbito nacional, quando se trata em formação e pesquisa na área de Agrárias, tradição que tem gerado resultados, segunda ela.

Vale recordar como se deu o surgimento da Universidade Federal de Viçosa. De acordo com Silva e Borges (2008), o presidente Arthur da Silva Bernardes e o secretário de Agricultura Clodomiro Augusto de Oliveira promoveram a criação da Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV), atual Universidade Federal de Viçosa, por meio do Decreto Lei nº 761 de 6 de setembro de 1920. Segundo Castro e Alves (2017), o contexto era de reforma das políticas econômica e agrária no país, tendo a “Escola de Viçosa” o compromisso na formação pelo desenvolvimento da força produtiva rural diversificada.

A valorização do saber técnico e a oferta dos diferentes níveis de formação tornaram-se presentes: o nível elementar, voltado à formação do operário ou capataz rural (trabalhadores rurais); médio, que formaria o administrador ou técnico agrícola (destinado aos pequenos proprietários); e o nível superior, que titulava o Engenheiro Agrônomo e o Médico Veterinário (“filhos de fazendeiros”, grandes proprietários de terra). A proposta constituía-se, portanto, não apenas em um projeto pedagógico, mas em um projeto político para o país. O objetivo era modernizar a lavoura com técnicas inovadoras, baseadas no modelo americano.

Nesse sentido, a ESAV incluiu todos os segmentos da população agrícola interessados em desenvolver o progresso nas terras mineiras. No início, a escola oferecia os cursos em quinze departamentos de ensino: Agronomia, Zootecnia, Horticultura e Permacultura, Fitopatologia e Entomologia Econômica, Solos e Adubos, Silvicultura, Química, Engenharia Rural, Anatomia, Microbiologia e Parasitologia, Fisiologia, Clínica Veterinária, Cirurgia Veterinária, Matemática, Contabilidade Agrícola e Economia e Legislação Rurais (Silva; Borges, 2008). “As prioridades das pesquisas eram dirigidas para o fomento da produção agrícola, definidas em função e na dependência das relações internacionais estabelecidas, uma marca da intencionalidade política que permeava a produção científica da escola” (Castro; Alves, 2017, n.p.).

Os cursos na área de Agrárias tinham, portanto, um público essencialmente masculino e que perdurou assim por décadas, até a criação do curso de graduação denominado Economia Doméstica, em 1948, quando o público feminino começou a se fazer presente. Todavia, nos cursos das Agrárias, ainda persiste a hegemonia de estudantes do sexo masculino e de classe social privilegiada. Ambos os desafios experienciados pela estudante “Coruja” demonstram sua vulnerabilidade, uma questão de classe social. A moradia é aspecto fundamental para sua permanência, e a dependência da bolsa de estudo para necessidades básicas de permanência material confirmam o status de classe. Da mesma forma, os(as) estudantes que têm melhores condições financeiras tiveram acesso a uma formação mais concreta no segundo idioma, não constituindo dificuldade ou impacto significativo para esse grupo. Temos aqui uma questão que se intersecciona classe social e raça, pois é a população negra que ocupa a base da pirâmide social desde o período da escravidão e, historicamente, não teve acesso à educação nas mesmas condições que os estudantes brancos de classe média. Para Fischmann (2020),

Não houve estratégia para incluir essa população como trabalhadores, nem mesmo condições as mais básicas para sobreviver com dignidade na nova situação de vida. De fato, os afrodescendentes foram deixados completamente por conta própria, em nome de ‘respeito à liberdade’, ficando disponíveis para um novo tipo de escravização, dada pela fome, miséria, falta de moradia, falta de escola e serviços públicos de saúde, entre outras violações de direitos básicos (Fischmann, 2020, p. 330).

Nesse sentido, historicamente, a população negra, pertencente à classe mais pobre da sociedade, permanece, ainda nos dias atuais, com pouco ou nenhum acesso a bens sociais básicos, como a educação.

A estudante “Beija-flor” fez um relato forte da xenofobia que sofreu ao chegar em Viçosa, atingindo tanto seu direito à dignidade quanto sua capacidade intelectual. Ela deixou Brasília para cursar o mestrado em sua área por considerar a UFV uma referência nas Ciências

Agrárias, mas foi recebida com discriminação e hostilidade pelas colegas da casa. Já a estudante “Coruja” não relatou nenhum episódio semelhante; pelo contrário, afirmou conviver bem com as estudantes com quem morou por um período. A estudante identificada como “nordestina”, embora tenha outra naturalidade por ter nascido na região metropolitana do Distrito Federal, é lida como nordestina devido às suas origens familiares. Segundo ela, esse preconceito foi explícito, chegando até mesmo a partir de servidores da UFV, o que nos leva a refletir sobre a presença do racismo institucional. Ou seja, além das dificuldades materiais compartilhados, já que ambas, “Coruja” e “Beija-flor”, dependem da bolsa de estudo para garantir sua permanência, a estudante “Beija-flor” se depara, na pós-graduação, com a frustração da sua expectativa inicial de que tudo seria “uma maravilha”. Aliás, todos(as) os(as) estudantes entrevistados(as) pontuaram contar com a bolsa para sua subsistência em Viçosa. A estudante doutoranda “Arara-azul” também enfrentou preconceito relacionado às suas origens, assim como “Beija-flor”, desde sua chegada, como veremos adiante, no capítulo sobre a permanência dos(as) estudantes.

O estudante “Anu” deixou seu cargo efetivo como professor de Geografia em Belo Horizonte, na rede estadual mineira, para cursar Agronomia na UFV. Ele contou que sua família não o apoiou nessa decisão, sem imaginar que ele estava alçando voos muito mais altos. Em detrimento da segurança do emprego estável, o estudante arriscou uma nova graduação, contando com o apoio da família para a sua permanência:

No começo, antes que eu vim para cá, eu juntei um dinheiro. Eu tinha um dinheiro guardado nos primeiros anos e já cheguei aqui procurando bolsa de iniciação científica. A bolsa ainda era aquela de 400 reais. Tive até ajuda da minha família também, para eu poder largar, porque eu estava com emprego lá e vim para cá. Não consegui transferir, porque eu tinha acabado de passar no concurso. Tive que abrir mão do cargo lá (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

A pesquisa desse entrevistado, desde o final da sua graduação, tem como foco as diversas utilidades da planta *cannabis*<sup>17</sup>, em relação à qual começaram a surgir resistências de origem moral, além da falta de estrutura institucional para o desenvolvimento do estudo. Para viabilizar sua pesquisa, ele precisou criar uma empresa *start-up* para viabilizar sua pesquisa, conforme relata: “Na graduação, eu propus isso para a universidade e aí a coisa foi caminhando, mas ainda não tem uma estrutura dentro da universidade, porque só rola muita briga interna de

---

<sup>17</sup> *Cannabis* é um gênero de angiospermas que inclui três variedades diferentes: *Cannabis sativa*, *Cannabis indica* e *Cannabis ruderalis*. Fonte: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cannabis#:~:text=Cannabis%20%C3%A9%20um%20g%C3%AAnero%20de,e%20do%20Sul%20da%20C3%81sia> Acesso em: 27 ago. 2024.

ego dentro da universidade, sabe?” (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024). Quando o estudante menciona “briga interna de ego”, refere-se às inúmeras dificuldades que enfrentou para lidar com o interesse de alguns professores em se apropriar de sua pesquisa, inclusive tentando persuadi-lo a desistir da temática. O objetivo, segundo ele, seria transferir o projeto para outro estudante, branco e sem qualquer envolvimento prévio com o tema, como será discutido no capítulo sobre a produção do conhecimento.

Diferentemente, a estudante “Arara-azul”, ainda durante o mestrado no CCA, foi orientada de que poderia fazer uma mudança de nível dentro do departamento, migrando para o programa de doutorado. Sobre essa questão, ela destacou:

[...] quando a minha orientadora falou assim: “você pode fazer essa questão da mudança de nível” que eu também não sabia que existia. E eu, quando eu tentei, apresentei o projeto, fiz a entrevista, prova e tal. Na pós-graduação, como eu te contei, vim primeiro no mestrado, porque eu achava que eu não tinha condições de passar no doutorado, e depois eu descobri que eu tinha. Aí eu fiz um processo de mudança de nível que aí eu vim me afirmar que, realmente, eu tinha condições de ser uma aluna na média e eu tinha uma baixa autoestima que assim: “ah não vou conseguir, porque é muito difícil”, porque realmente as pessoas colocavam a seleção como muito difícil (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

Observamos que a baixa autoestima está sempre presente nos processos seletivos enfrentados pela estudante para a pós-graduação, tanto no ingresso para o segundo mestrado quanto no processo de mudança de nível, ao progredir para o doutorado. Quando ela afirma que está “na média”, refere-se a uma média alta, considerando o coeficiente de um programa com conceito cinco no MEC, no qual os estudantes atingem média acima de nove, grupo no qual ela se inclui. Vale destacar que a baixa autoestima decorre de uma visão negativa que o indivíduo tem de si, percebendo-se como inadequado, não merecedor de coisas boas e incapaz de alcançar seus objetivos, acreditando que suas falhas são insuperáveis e que suas qualidades são insignificantes. Ter dificuldade em perceber o seu valor pode afetar a saúde emocional e a qualidade de vida do indivíduo. No caso da estudante “Arara-azul”, notamos pouca confiança no acesso à pós-graduação, especialmente em razão de sua baixa autoestima. Ângela Davis (2016) afirma que a autoestima é influenciada pelas relações sociais, ou seja, pela forma como os indivíduos são tratados e percebidos pela sociedade em que vivem. Para a autora, a autoestima é a base fundamental para a formação de uma consciência crítica e para a resistência frente às injustiças e desigualdades. Ela defende, ainda, que a luta contra o racismo deve incluir também a promoção da autoestima e do empoderamento dos indivíduos negros, para que possam resistir aos efeitos danosos do racismo em suas vidas.

Notamos uma convergência inicial na percepção sobre a universidade nos relatos da estudante “Beija-flor”, que veio da UnB para a UFV após concluir a graduação, em busca de uma instituição de referência, e da estudante “Arara-azul”, que se declarou “encantada” com a estrutura da UFV, conhecida ainda antes de ingressar. A primeira estudante se frustrou ao chegar, pois foi mal recebida. A segunda apostou na UFV em dois processos seletivos para mestrado, sendo promovida posteriormente ao doutorado, conforme as normas internas da UFV.

O estudante “Anu” assumiu riscos de empreendedor antes mesmo de sua chegada, pois além de já ter uma graduação, licenciatura em Geografia, tinha sido nomeado professor na rede estadual, ou seja, deixou um cargo público para investir em um sonho antigo, nutrido desde sua adolescência: pesquisar a *cannabis* como planta e estudar suas múltiplas utilidades. A UFV foi a universidade que considerou estratégica para sua pesquisa, embora tenha precisado investir na criação de uma empresa para que sua pesquisa fosse legalmente liberada.

A estudante “Coruja” deixou a faculdade particular com bolsa na sua cidade para se graduar no mesmo curso na UFV. Analisando essas trajetórias dos estudantes, podemos concluir que há uma preferência pela instituição na área de Agrárias e alta expectativa com a qualidade da formação.

O estudante “Pardal” relatou ser a primeira pessoa da sua família a alcançar o título de doutor. Ao comparar as histórias de suas famílias materna e paterna, ele percebe diferenças na formação, ou na ausência dela, de seus avós, tios(as) e primos(as), marcadas pela racialização estrutural que atravessa a sociedade brasileira:

As pessoas da parte branca da família, que é por parte de mãe, muitas das pessoas fizeram faculdade pública. E algumas delas fizeram mestrado. E, por parte do meu pai, nenhuma fez faculdade pública. Então, assim, isso já marca também e demarca essa divisão racial que existe, assim, esse histórico que existe. E é muito interessante porque, por exemplo, da parte do meu pai, minha avó era analfabeta e eram pessoas negras, sabe? E por parte de mãe, apesar de as pessoas não terem muito estudo, ainda assim teve acesso à escola, né? Então, isso demarca também a realidade, escancara a realidade da sociedade brasileira até hoje, assim, né? (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

O depoimento do estudante “Pardal” evidencia a desigualdade de oportunidades e, conseqüentemente, de acesso à educação a partir do marcador da raça. A educação brasileira é, historicamente, elitista. Com o advento do PAA para ingresso nas universidades e institutos federais de ensino, esse cenário começou a se transformar, ainda que por meio de mudanças modestas, porém concretas e necessárias. Ser analfabeto, sobretudo em um mundo globalizado e informatizado, é uma condição alienante. Segundo Martín-Baró (2017) trauma psicossocial é a materialização das relações sociais desumanizadoras. Essas relações têm um viés advindo da

estratificação social, para além das classes sociais, mas considerando cortes de gênero, raça, sexualidade, idade e outras dimensões da vida social. O trauma remete ao dano; o trauma psicossocial situa-se nessa disparidade das relações sociais, marcadas por desumanização e alienação. Compreendemos, nesse contexto, que o fato de a avó negra do estudante ser analfabeta, enquanto sua avó branca não o é, reflete o dano causado pelas desigualdades sociais e raciais que historicamente recaem sobre a mulher negra de classe baixa, constituindo, assim, um caso evidente de trauma psicossocial. Fica evidente que o estudante “Pardal” tem noção do avanço que faz em ser doutorando em universidade pública, considerando sua ancestralidade, principalmente.

#### **4.2 Permanência dos(as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV**

Entendemos a permanência como um somatório de fatores e aspectos, recursos materiais e simbólicos que possibilitam ou não a continuidade do estudante na graduação ou pós-graduação. No caso da nossa pesquisa, investigamos a permanência especificamente no âmbito da pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde com os(as) cinco estudantes cotistas entrevistados(as) que vieram de outras cidades para estudar na UFV: uma estudante de origem nordestina, uma estudante do Distrito Federal, um estudante e uma estudante mineiros e um estudante paulista, o que fez o deslocamento maior, indo concluir seu doutoramento na Europa.

A seguir, elencamos alguns aspectos da ação afirmativa da UFV, lembrando que são PAA para estudantes da graduação, não sendo os(as) estudantes de pós-graduação contemplados(as) em todas as modalidades de benefícios, não tendo direito à moradia nas Unidades Habitacionais da UFV e ao Auxílio-Creche. No entanto, comprovada sua vulnerabilidade social e atendendo ao número de Auxílio Alimentação disponível na instituição, o estudante de pós-graduação, independente do seu acesso, se por cotas ou ampla concorrência, tem direito a concorrer a esse benefício, que pode ser integral ou parcialmente subsidiado pela UFV. A Bolsa Permanência foi criada para atender estudantes indígenas e quilombolas, especificamente. Destacamos que as PAA para a graduação são subsidiadas em grande parte pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que não tem destinação para a pós-graduação. Contudo, consideramos fundamentais as PAA para a graduação, condição *sine qua non* para evitar a evasão dos estudantes, o que inviabilizaria seu acesso à pós-graduação. Os estudantes da pós-graduação têm acesso irrestrito à Divisão de Saúde (DIS), à Divisão

Psicossocial (DVP), aos eventos culturais abertos e em prédios da instituição, como o “Espaço Cultural Fernando Sabino”<sup>18</sup>.

Os restaurantes universitários da UFV oferecem café da manhã, almoço e jantar de segunda-feira a domingo. O subsídio de 100% alcança 2.527 alunos, enquanto o de 79,49% beneficia 610 estudantes. Para os(as) estudantes da graduação que não recebem Bolsa Alimentação, o valor de refeição (almoço e jantar) está R\$5,40, e para os(as) estudantes da pós-graduação da UFV sem o auxílio, o valor é maior, R\$9,00 (Tabela 3)<sup>19</sup>.

Tabela 3: Valores das refeições no RU de acordo com o subsídio.

Refeição	Estudantes sem bolsa (50,67% de subsídio)	Estudantes com bolsa (100% de subsídio)	Estudantes com bolsa (79,49% de subsídio)	Pós-graduandos (17,85% de subsídio)	Servidores*	Visitantes
<b>Café da manhã</b>	R\$ 1,07	Gratuita	R\$ 0,45	R\$ 1,79	R\$ 2,18	R\$ 5,50
<b>Almoço/ Jantar</b>	R\$ 5,40	Gratuita	R\$ 2,25	R\$ 9,00	R\$ 10,94	R\$ 13,00

O subsídio de 100% e 79,49% é concedido mediante solicitação após avaliação socioeconômica.

Fonte: Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/assistencia-estudantil/> Acesso em: 15 mar.2024.

Os(as) estudantes de pós-graduação estão incluídos(as) nos serviços da DIS e DVP da Universidade Federal de Viçosa. A Divisão Psicossocial atua na promoção do bem-estar, qualidade de vida e saúde mental da comunidade universitária. Para isso, conta com profissionais de psicologia, psiquiatria e serviço social em atendimentos individuais e grupais, bem como no desenvolvimento de ações institucionais de promoção de saúde mental<sup>20</sup>.

A UFV possui um setor chamado Divisão de Esporte e Lazer (DLZ). Essa Divisão é um órgão da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, responsável pelo planejamento, administração, coordenação e desenvolvimento de ações, programas, campanhas e projetos, incentivando e promovendo a prática de atividades físicas, esportivas competitivas e recreativas, de saúde e de lazer, relacionadas com a comunidade universitária. Possui também a responsabilidade de administrar as instalações esportivas da instituição. Sua atuação está voltada para a melhoria da qualidade de vida dos discentes, servidores técnico-administrativos e docentes da UFV<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/assistencia-estudantil/> Acesso em: 10 jan. 2024.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/esporte/> Acesso em: 22 fev. 2024.

Um dos principais e mais tradicionais trabalhos desenvolvidos através da DLZ é a Liga Universitária Viçosense de Esportes (LUVE). Ela é responsável pelas atividades esportivas em caráter competitivo que envolvem a UFV. Atualmente, a instituição conta com mais de trezentos atletas, cinquenta membros das comissões técnicas e dez diretores, todos estudantes de graduação e pós-graduação<sup>22</sup>. Associação Atlética Acadêmica (AAA): as Atléticas são um movimento de base estudantil que tem como um de seus principais objetivos promover a integração dos estudantes por meio de atividades esportivas. Hoje, na UFV, existem nove atléticas além da LUVE.<sup>23</sup>

A universidade oferece algumas opções de atividades culturais voltadas para estudantes da graduação. Trata-se também de uma forma de promover uma vida estudantil mais saudável e menos estressante. Algumas dessas atividades possibilitam ao estudante o recebimento da bolsa alimentação.

No que se refere às bolsas permanência, com a renovação da Lei de Cotas, os estudantes quilombolas passaram a ser beneficiários de um programa criado pelo Ministério da Educação em 2013, por meio da Portaria nº 389/2013, posteriormente alterada pela Portaria nº 1.999<sup>24</sup>, de 10 de novembro de 2023. O programa é destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos presenciais de graduação de instituições federais de ensino superior. Seu objetivo é minimizar as desigualdades sociais e étnico-raciais, além de contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes indígenas e quilombolas matriculados nos cursos presenciais da Universidade Federal de Viçosa. Almeja, ainda, viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade, reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil e promover a democratização do acesso ao ensino superior. O referido recurso é pago diretamente ao(à) estudante de graduação por meio de um cartão de benefício<sup>25</sup>. Vale ressaltar que, atualmente, a pós-graduação está incluída nesse benefício. As políticas de acesso e permanência para pós-graduação ainda são insuficientes, mas começaram a ser implementadas. A revisão da Lei de Cotas (Lei 14.723/2023) inclui a pós-graduação e está em vigor desde 2024.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/esporte/> Acesso em: 14 fev. 2024.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.primeiroano.ufv.br/esporte/> Acesso em: 23 fev. 2024.

<sup>24</sup> O Ministério da Educação publicou, no Diário Oficial de 14 de novembro, uma Portaria que altera a Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, e modifica o Anexo I, responsável pela criação do Programa de Bolsa Permanência.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.servicodebolsa.ufv.br/documentos-normativos/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

A falta de políticas direcionadas para os(as) estudantes da pós-graduação constituem em obstáculo à permanência desse(as) estudantes no curso. Os obstáculos são ainda maiores para cotistas, com agravos para as mulheres mães. A estudante “Arara-azul”, na ocasião da entrevista, estava no último semestre do doutorado, sendo que pouco antes pensou em desistir, por considerar que não conseguiria concluir sua pesquisa em tempo hábil, dadas suas dificuldades em conciliar com as necessidades da família, marido, filha PcD e grávida da segunda filha. A seguir, alguns relatos que vão ao encontro dessas pontuações:

[...] já ia sair, porque não tinha condições de eu permanecer no doutorado e grávida, como fazer trabalho. Minha pesquisa tem que ser um trabalho que eu tenho aqui nas roças com as mulheres, então é um trabalho que exige um pouco mais de mim da parte física e o deslocamento. [...] tive alguns problemas, tanto para realizar o projeto, isso me desestimulou e agora, para o ano de 2023 com a gravidez, me deixou um pouco mais sensível, tanto aí que eu pensei... (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

[...] Só que aí, no começo, a gente acha ainda as coisas mais ou menos lindas. Só que aí, na realidade, pode cair sua ficha, entendeu? Além das disciplinas, a cobrança dos professores, orientadores, principalmente. Aí, vem a realidade de faltar material no laboratório. Tem essas coisas, sabe? É muito complicado! E aí, a expectativa que a gente chegou lá em cima de ter o contato com várias coisas, ter material disponível, assistência de orientação, de colega, de técnico disponível, fica na expectativa só. Aí, depois a realidade chega e é difícil. Aí é quando você começa a cogitar de desistir por ali mesmo (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Ah, sim, com certeza! Já cheguei a pensar nisso, sim, mas sempre tentando manter e não realmente concretizar isso. Mas, assim, já cheguei a pensar, né? Porque eu acho que é inevitável não pensar nisso, né? Porque toda essa realidade, essa frustração muitas vezes, esse sem saber para onde vai, o que fazer, eu acho que leva a esse pensamento, sim! (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

A estudante “Beija-flor” falou que sim, que já pensou em desistir da pós-graduação. “Por todos esses motivos. É muito difícil!” (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024). Ela se refere às estruturas postas na pós-graduação, como a conclusão de disciplinas em tempo hábil, a exigência de professores e orientadores e, sobretudo, a escassez ou falta de recursos materiais nos laboratórios, o que muitas vezes ela precisa comprar com recursos próprios para fazer os experimentos, como um simples par de luvas, por exemplo. Ela concluiu que a frustração é proporcional à expectativa. O estudante “Pardal” e as estudantes “Arara-azul” e “Beija-flor” encontraram motivos para querer desistir em algum momento do processo de formação na pós-graduação. Apesar de todos os impasses, o estudante “Anu” e a estudante “Coruja” afirmaram nunca ter pensado em desistir, como mostram os relatos a seguir:

Quando a gente não conseguiu as autorizações que eu precisava para começar a pesquisa, ele virou e falou assim: “não, então você muda de área”. Foi a primeira vez que ele falou que era para eu desistir. Você muda de área e vai trabalhar com a minha

linha de pesquisa aqui, que eu já tenho há anos, você vai fazer isso aqui. Eu falei: “não, vou buscar uma outra alternativa”. [...]. Aí eu criei uma empresa, arrumei um advogado [...], pedi na justiça. Então, se não fosse eu ter criado essa empresa, eu nem sei se existiria essa linha de pesquisa que eu tenho hoje. [...]. Foi algo muito disruptivo, eu acho, assim, que realmente rompeu barreiras mesmo! (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

Eu tenho muito em mente que, começando o doutorado e passando no concurso, porque eu vou passar antes de terminar esse doutorado, eu tenho certeza disso, que eu estou correndo atrás disso, que eu vou entrar com um processo na justiça, para poder conseguir conciliar os dois, porque eu já vou ter entrado no doutorado e eu não vou abrir mão do meu cargo público também. Mas, desistir eu não pensei, acredita? (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

O estudante “Anu” precisou criar uma alternativa viável para conseguir permanecer com sua pesquisa, mas jamais pensou em desistir. Assim que conseguiu começar sua pesquisa, outras universidades o procuraram para fazer pesquisas parecidas. A estudante “Coruja”, nas falas grifadas, mostra sua coragem e determinação em alcançar seus objetivos, pensa positivamente nas conquistas que pode ter e determina que seja muito em breve, durante o doutorado ainda, o que me remete às suas falas de independência.

Observamos nas narrativas dos estudantes um propósito definido, como a do estudante “Anu” em pesquisar *cannabis* e da estudante “Coruja” em ser concursada na sua área de preferência que é inspeção de produção.

A estudante “Arara-azul” contou um caso específico relacionado à sua permanência, envolvendo a coordenação do programa: ela recebeu um documento no qual se comprometia a defender sua tese dentro do prazo, com a imposição de realizar a qualificação de sua pesquisa tão logo retornasse da licença-maternidade, o que a surpreendeu:

[...] eu precisei, por exemplo, agora assinar uma coisa que eu achei até um pouco assim invasivo nessa questão da licença-maternidade. Por exemplo, eu tive bebê em outubro né, então a minha licença-maternidade vai até fevereiro. Como eu tenho a parte da qualificação, eu tenho que qualificar agora, no início de fevereiro que é para eu fazer (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

O programa de doutorado ao qual está inserida a estudante “Arara-azul” demonstra-se rígido, com alto grau de exigência para manutenção do *status quo*, um curso de tradição com conceito cinco na CAPES. A estudante estava de licença maternidade e não foi respeitado seu direito, pois ela precisou trabalhar na sua pesquisa no período do puerpério, afirmando que não conseguiu ter resguardo. A licença-maternidade para pós-graduandas, conquista recente no Brasil, ainda é desafiada na prática dos programas de pós-graduação, mantendo-se os mesmos níveis de cobrança para as mulheres mães ou até aumentando-as, explicitando as assimetrias de gênero na academia. Nessa direção, Santos (2024) destaca que:

Por meio de um deslocamento que envolve circunstâncias de tempo, espaço, pessoa e instituição, estou designando de vassalagem acadêmica as relações pessoais de sujeição política e existencial que se dão no interior de universidades brasileiras entre sujeitos – estudantes, técnicos (as), pesquisadores (as) e professores (as) – em posições sociais pretensamente simétricas, mas que na prática resultam assimétricas porque evidenciam dependência, lealdade e fidelidade, sem desprezar aspectos da condição social (Santos, 2024, p. 142).

A estudante “Arara-azul” é uma mulher negra, pobre, nortista, periférica e mãe de duas crianças, sendo que uma delas apresenta neurodiversidade. A estudante depende da bolsa de estudo, fato conhecido por sua orientadora. Ou seja, é lida como alguém diferente dos demais, em todos os aspectos, inclusive. Os estudantes que corroboram com essa pressão narrada são homens brancos, cisheteronormativos, de classe social privilegiada. Dito de outra forma, atores que mantêm o contexto colonial na academia. Santos (2024), em seu artigo “Vassalagem acadêmica e alteridades”, usa a metáfora do período medieval para posicionar o lugar dos atores no meio acadêmico, quem é suserano, quem é vassalo: “Aos amigos do rei, tudo; aos inimigos do rei, a lei!”. Como no feudalismo, a pessoa que se recusa à relação de dependência, de lealdade e de fidelidade a um suserano, tem que se afastar e sair do território. Ela sofrerá diversos tipos de boicote e perseguição” (Santos, 2024, p. 144).

Refletimos nesse caso específico da estudante “Arara-azul” o quanto o sexismo, o racismo, a xenofobia e a condição hierárquica imperam nas relações entre seus pares e na orientação. Embora sua orientadora seja vista como alguém que a compreende por ser mulher mãe, por outro lado, exerce sua hierarquia sobre a estudante no sentido de cobrança de prazos, até porque também sofre hierarquia de coordenadores(as) que exigem a manutenção da qualidade do curso, no caso, a exigência dos prazos de conclusão das etapas do doutorado.

Analisando a sua condição de estudante mãe, compreendemos seu posicionamento e entendemos como sexismo a postura de fazê-la se comprometer com o prazo em documento formal da instituição. O sexismo está na diferença de tratamento entre estudantes mães e estudantes pais, assim como ocorre na carreira acadêmica (Gomes, 2020). Vemos na sua permanência um constante desafio: enfrentar o peso da adversidade contra a diversidade, no sentido de desconstruir o sistema de privilégio do homem branco de classe média com sua presença de mulher negra nordestina, mãe atípica, de classe baixa, que pode ser entendida como às margens do sistema. Podemos notar a maneira de pensar a Ciência por mulheres cientistas do pós-colonialismo, ainda que desaprovadas no meio, criticadas, resistem fazendo ciência. Segundo Collins (2022), a leitura interseccional das mulheres contra o colonialismo, o

patriarcado e o capitalismo fazem a intersecção entre a agência que se coloca resistente à movimentação dessa estrutura posta.

A estudante “Arara-azul” esteve, ao longo de toda a sua vida, situada nessa fronteira. Segundo seus relatos, viveu uma infância camponesa no Pará, em uma família de baixa renda, com difícil acesso à educação. Enfrentou baixa autoestima ao tentar ingressar na universidade, especialmente no programa de doutorado. Tendo superado diversas barreiras por meio de seu agenciamento, enfrentou uma pressão tão intensa por parte do programa e de colegas que chegou a cogitar a possibilidade de não conseguir continuar. Hipoteticamente, podemos considerar que um estudante do sexo masculino não enfrentaria retaliações, provocações ou sequer a exigência de assinar um termo de comprometimento caso decidisse não desistir do curso por conta de um filho recém-nascido. A produção/reprodução não reconhecida socialmente é um debate que vem sendo fomentado em termos feministas universais, assim como a divisão sexual do trabalho (Gomes, 2020).

Se analisarmos a condição da mulher acadêmica que é mãe, e em particular da mulher negra mãe, observamos um perfil ainda mais vulnerável. Qual é a rede de apoio disponível para essa mulher? E, historicamente, quem serve a quem? No caso específico, a mãe da estudante “Arara-azul” fez um deslocamento do Pará para Minas Gerais para apoiar a filha pouco antes do nascimento de sua segunda filha. Segunda ela, seria impossível pagar por uma empregada doméstica para auxiliar também nos serviços da casa, além dos cuidados com a recém-nascida. Ela mantém como prioridade as terapias da filha PcD, além da pesquisa de campo, o que lhe demanda tempo e esforço físico.

As singularidades de cada entrevistado(a) apontam as diferenças nas assimetrias materiais e simbólicas de permanência. A bolsa de estudo é a maior expectativa dos(as) estudantes cotistas para de fato possibilitar sua permanência na pós-graduação. A estudante “Coruja” contou que sempre recebeu incentivo dos pais para estudar, que morou sozinha por cinco anos em Viçosa durante a graduação. De toda forma, fica dependendo da bolsa de estudos para conseguir se manter na pós-graduação em Viçosa, estudando, exclusivamente. A estudante falou do desafio da imprevisibilidade e baixo valor da bolsa:

Então, no momento, só os estudos. Como eu recebo a bolsa, só os estudos, só que esse é o último mês da bolsa. E aí eu já passei para o doutorado. Eu não vejo o doutorado como uma única saída. Claro que é algo que eu quero, mas eu sinto falta de algo fixo. Esse processo de não receber bolsa, não ter uma previsão de bolsa, isso está acabando comigo. Isso está me destruindo emocionalmente (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Vale lembrar que a condição material interfere no processo de permanência do(a) estudante em um programa de pós-graduação. No caso da estudante “Coruja”, fica evidente que a questão da bolsa de estudo é algo que a mobiliza, emocionalmente, inclusive, conforme os trechos grifados de sua fala. Quando a estudante afirma que “... pelo custo de vida de hoje, não dá para sonhar muito”, ela está expressando que o valor recebido pela bolsa é insuficiente para cobrir todas as suas necessidades, indo além dos custos com moradia e alimentação. Trata-se de refletir sobre as condições objetivas que possibilitam a permanência nesse espaço acadêmico. Apenas o desejo de estar ali não é suficiente. Ela pontuou também:

[...]. Eu tenho vontade de casar, eu tenho vontade de comprar as minhas coisas, eu tenho vontade de fazer planos que, com essa incerteza, não dá para poder fazer. [...] ainda bem que teve esse reajuste das bolsas, mas, mesmo assim, não é tanta coisa, não é um valor muito alto. Então, assim... pelo custo de vida de hoje, não dá para poder sonhar muito (risos com choro). (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Essa fala da estudante “Coruja” comprova que suas necessidades superam o que a bolsa de estudo pode proporcionar. Necessidades materiais e simbólicas são mais facilmente atendidas por aqueles que se encontram melhor situados no espaço social.

Bebida é água  
Comida é pasto  
Você tem sede de quê?  
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida  
A gente quer comida, diversão e arte  
A gente não quer só comida  
A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida  
A gente quer bebida, diversão, balé  
A gente não quer só comida  
A gente quer a vida como a vida quer

A gente não quer só comer  
A gente quer comer e quer fazer amor  
A gente não quer só comer  
A gente quer prazer pra aliviar a dor

A gente não quer só dinheiro  
A gente quer dinheiro e felicidade  
A gente não quer só dinheiro  
A gente quer inteiro e não pela metade

Desejo, necessidade, vontade  
Necessidade, desejo  
Necessidade, vontade  
Necessidade, desejo, é  
Necessidade, vontade, é

Necessidade, desejo, é  
Necessidade, vontade, é  
Necessidade  
("Comida", canção de Titãs, 1997).

Citamos a canção “Comida” da banda Titãs (1997) para ilustrar que as necessidades de um indivíduo perpassam e ultrapassam as necessidades básicas, como bebida e comida, frequentemente comparadas à água e ao pasto. Ao final da canção, há um jogo de palavras, alternando na última estrofe os termos “desejo, necessidade, vontade” em seus versos, em uma genuína constatação de que o ser humano não vive para apenas sobreviver. Segundo Huston (2010), a ficção é toda construção social: o nome, o país, a religião, a moeda, a genealogia, a memória, o tabu, o céu, o inferno, o eu (ego), tudo. Enfim, as ficções que nos fabricam, somos “uma espécie fabuladora”. Para a autora, “[...] nosso cérebro ruma histórias e acredita nelas, fazendo com que a nossa passagem pela Terra não seja meramente uma existência, mas uma vida, ou seja, que ela nos pareça seguir uma trajetória, corresponder a um destino, ter um Sentido” (Huston, 2010, p. 59).

Nesse sentido, a estudante “Coruja” entende que não deve ser somente uma estudante que ingressa no doutorado logo após concluir o mestrado, sem garantir as demais necessidades que a bolsa não tem como suprir. Ela demonstrou em seu relato preocupação com trabalho e renda:

Então, assim... O que eu estou pensando em fazer é... Eu acho que eu aguento até o resto do ano só, para poder ver se eu vou conseguir bolsa ou não. E aí, nesse meio tempo, eu vou fazendo as disciplinas obrigatórias e sobrevivendo com o básico, porque eu tenho o apoio do meu noivo. E eu sei que algumas coisas ou outras eu também consigo apoio da minha mãe. Mas, ter 27 anos e não ter independência financeira... Gente, não sei, não é algo fácil de lidar! Eu penso em tentar um emprego que eu consiga conciliar nesse meio tempo. (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A estudante “Coruja” enfatizou a dificuldade em permanecer na pós-graduação sem a bolsa de estudos, contando atualmente com o apoio do noivo e da mãe, especialmente após a perda do pai no ano anterior. Ao afirmar ser difícil admitir que, aos 27 anos, ainda não possui independência financeira, revela como as necessidades básicas de sobrevivência com dignidade permeiam seu pensamento. A realidade que conhece não contempla a possibilidade de chegar a essa idade dedicando-se exclusivamente à formação acadêmica, fato que a surpreende e incomoda. Nesse mesmo contexto, expressou preocupação com sua subsistência e estabilidade ao ingressar no doutorado no próximo semestre, como demonstra em seu depoimento: “Eu vou acabar com quanto? Com 33 anos, com 31 anos.... Tudo bem. Tem toda uma vida pela frente,

né? Tirando os comentários de positividade tóxica que eu não estou muito afim de escutar ultimamente” (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024). Ela mencionou, ainda, que seu objetivo profissional principal não passa pela docência, mas não descarta a possibilidade:

Para ser bem sincera mesmo, o meu objetivo principal no momento é trabalhar de concurso. Eu quero ser concursada. Eu quero um emprego que eu falo assim: “olha, eu estou aqui e é meu e com um salário decente”, porque a gente sabe que são anos na universidade e não ver retorno disso não é algo que eu quero para minha vida (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Fica nítido, em sua fala, que sua preocupação é com a estabilidade profissional e financeira que lhe assegure a sobrevivência, razão pela qual manifesta interesse em ser concursada, além da necessidade de se sentir valorizada “com um salário decente”. Ela mencionou o investimento de tempo exigido pela dedicação exclusiva aos estudos e a necessidade de conciliar esse período do doutorado, que se inicia, com o trabalho remunerado:

É que é um tempo que assim, é importante, esse título é importante. Eu falo que ele é muito interessante, porque ele nos permite o crescimento no ambiente profissional. Ele nos permite e isso é indiscutível. Só que ser pesquisador no Brasil hoje é algo cansativo, é algo que a pessoa tem que estar com a vida muito ganha, ela tem que ter apoio familiar muito bom, uma vida muito ganha de não se preocupar com o valor que ela recebe ou ela tem que amar muito aquilo. Eu gosto, mas isso não é meu objetivo principal. Não é o amor por isto (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

O relato da estudante “Coruja” é impactante, pois traz uma questão amplamente discutida pela mídia: a redução do número de pesquisadores em razão das dificuldades de financiamento, marcado por restrições e baixos investimentos. Sua experiência escancara a realidade brasileira, principalmente no que se refere aos estudantes cotistas, que dependem da bolsa de estudos para sua permanência nos programas de pós-graduação. Sua fala nos convida à reflexão sobre um contexto excludente, que perpetua a desigualdade de oportunidades. O objetivo das políticas de ações afirmativas, como a reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública e cotas raciais, é justamente diminuir esta defasagem de oportunidade de acesso às universidades públicas e institutos federais de educação. No entanto, se as condições materiais de permanência desses estudantes se mantêm insuficientes, podemos considerar uma lacuna que retrocede ao elitismo universitário, sobretudo na pós-graduação. A estudante “Coruja” vê a pós-graduação como complemento para seu “crescimento no ambiente de trabalho”, não como objetivo principal.

Na Europa, a pós-graduação tem um regime de permanência diferente, segundo o estudante “Pardal”:

E, assim, é interessante que a pós-graduação aqui, ela não é vista como no Brasil, como estudante, como bolsista. A pós-graduação aqui é um trabalho. Então, estudante é mestrando, mestranda. PHD<sup>26</sup> é trabalhador, é empregado da universidade. Tanto é que meu visto é de trabalhador, não é de estudante. Aqui, PHD é como um trabalhador na universidade, e recebe um salário, tem férias. [...]. Então, é um trabalho muito diferente do que a gente vive aí. [...] o salário não é equiparado ao que as pessoas daqui recebem e ganham, né? Então, assim, aí acaba que, queira ou não queira, fazer alguma coisa por fora para também ver se consegue um dinheiro extra, assim, né? Que essa é a realidade de todas as pessoas que estão em doutorado sanduíche, tenta fazer coisas por fora para receber um pouco a mais, tentar ter uma condição de vida um pouco melhor, assim, financeiramente falando (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

A estudante “Beija-flor” falou sobre a política de bolsa de estudo e outros benefícios, destacando que, na pós-graduação, quem recebe a bolsa não tem direito a outros benefícios, como alimentação. É um ou outro. Ao comparar essa realidade com a vivenciada durante a graduação na UnB, evidenciou diferenças marcantes nas políticas de permanência:

Lá na UnB, eu tinha toda a assistência, eu conseguia morar dentro da casa universitária, com já os móveis da universidade, conseguia comer café, almoço e janta, pelo meu auxílio e mais o auxílio socioeconômico que era, na época, R\$400,00. Eu tinha direito a todos esses, entendeu? E aí, eu digo que a UnB era uma mãe, realmente era uma mãe, porque aqui não, aqui é: “toma aí e se vira!” (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Na UFV, a política de permanência é normatizada pela Portaria nº 1999 de 2023, conforme já mencionado. É importante destacar que o(a) estudante precisa dispor de recursos próprios até a liberação do benefício, situação que ocorre não apenas em relação à moradia, mas também em relação à Bolsa Alimentação e à Bolsa de Estudos, conforme os relatos dos(as) estudantes entrevistados(as) nesta pesquisa. Além disso, segunda a estudante “Beija-flor”, ao receber a bolsa de estudos, o(a) pós-graduando(a) perde o direito à bolsa alimentação. A questão da subsistência também foi mencionada por outros participantes: o estudante “Anu” relatou as dificuldades enfrentadas para se manter em Viçosa, enquanto o estudante “Pardal” abordou sua experiência tanto em Viçosa quanto na Holanda:

Eu tenho bolsa, tanto no mestrado quanto no doutorado. Eu recebo a bolsa do CNPq e faço trabalhos por fora. Então, eu trabalho como agrônomo, faço laudo agrônomo, eu presto consultoria, porque só a bolsa acaba, tipo...fica muito a conta de pagar tudo, aluguel, e sempre tem uma despesa extra. Nem sempre a gente consegue recurso para tudo que a gente tem que fazer na pesquisa. Às vezes, a gente acaba tirando um pouco

---

<sup>26</sup> Um PhD é o mais alto grau acadêmico concedido em muitos campos de estudo e geralmente é concluído no período de três a seis anos em tempo integral, dependendo do campo de estudo e do país onde é realizado. É mais comum que os doutores sejam chamados de PhD's fora do Brasil. É um modo de indicar que você é um cientista e intelectual ligado ao mundo acadêmico.

do próprio bolso para poder fazer alguma coisa, né? E eu também tenho *start-up* (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

A bolsa que a gente recebe aqui para fazer o doutorado sanduíche é uma bolsa que é em euro, não é o meu salário da UFV de doutorando. Então, como doutorando eu recebo 3.100 reais, só que esse salário é congelado e quando eu venho para cá eu estou recebendo 1.300 euros. Então, assim, eu paro de receber o real e começo a receber o euro. Então, quem hoje faz doutorado aqui e é contratado da universidade recebe quase o dobro que eu recebo nos anos iniciais, né? Então, assim, para uma qualidade de vida e tudo mais, obviamente que esses 1.300 ainda é inferior, né? Com certeza, assim, ainda mais com essa crise imobiliária (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

A estudante “Beija-flor” explica que sua bolsa de estudo advém de um acordo judicial feito pela rede de supermercados *Carrefour* com instituições federais e entidades negras por um crime cometido por dois homens brancos, seguranças do supermercado na zona norte do Rio Grande do Sul. O valor da bolsa é maior do que as bolsas normalmente pagas pelas fomentadoras de pesquisa, como o CNPq e a CAPES. O caso ocorreu no dia 20 de novembro de 2020, quando João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos, foi brutalmente espancado por dois seguranças terceirizados em um supermercado da rede francesa *Carrefour*, na zona norte gaúcha<sup>27</sup>. Em 2021, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o *Carrefour*, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS), a Defensoria Pública da União (DPU) e as entidades Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes e Centro Santo Dias de Direitos Humanos. Além da indenização destinada aos familiares da vítima, o acordo prevê a realização de reparações sociais por parte do *Carrefour*, com a destinação de recursos financeiros a políticas públicas voltadas ao enfrentamento do racismo estrutural. O trecho a seguir menciona essa questão:

O *Carrefour* assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no valor de R\$ 115 milhões [...]. Conforme a Defensoria Pública, com o acordo, caberá ao *Carrefour* a adoção e execução de um Plano Antirracista a partir do estabelecimento de ações que vão desde protocolos de segurança, relações de trabalho, canal de denúncias, treinamentos para dirigentes e trabalhadores em relação a atos de discriminação, compromissos em relação à cadeia ou rede de fornecedores, até a reparação de danos morais coletivos. O valor acordado terá como destino iniciativas como a oferta de bolsas de educação formal (R\$ 74 milhões), contribuição para projeto museológico, campanhas educativas e projetos sociais de combate ao racismo (R\$16 milhões), além de projetos de inclusão social (R\$ 10 milhões), entre outras (2021, texto digital, grifos nossos).

<sup>27</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/>. Acesso em: 30 maio 2024.

Assim, vemos uma nova política de conduta antirracista da Justiça Brasileira em favor da própria população negra, cotidianamente oprimida nas ruas, lojas, universidades, etc.

Perguntei à estudante “Beija-flor” o que ela poderia fazer em Viçosa, já que dispõe de tempo livre enquanto aguarda o andamento de seus experimentos e demonstrou interesse em trabalhar. Sobre isso, ela respondeu:

Não, aqui não, dentro da área não. Só se fosse empresa mesmo dentro da universidade. Tudo é muito voltado para universidade. Por exemplo, as oportunidades de emprego que a maioria dos colegas, pessoas da graduação eu vejo fazendo, é o quê? Trabalhando com o *iFood*, ou ficando num bar até duas horas da manhã servindo as pessoas (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

O estudante “Pardal” relatou as estratégias adotadas para garantir sua permanência na UFV durante o mestrado, período em que precisou buscar diversas formas de subsistência sem o apoio da família. Ele contou apenas com a bolsa de estudos, que, à época, já se encontrava defasada em relação à inflação acumulada:

E aí, quando eu cheguei, eu tinha um dinheiro que eu tinha guardado, meu, assim, né? Então, foi uma coisa que me deu sustento e eu trabalhei também como monitor no Museu de Solos da UFV e também participei de alguns outros projetos como estagiário, né? Então, nesse meio tempo, eu fui dando o meu jeito ali também de sobreviver, né? E aí, depois, quando entrei no mestrado, aí eu já recebia a minha bolsa, então, já me virava, né? E aí, naquela época, ainda era R\$1.500, não era nem R\$2.100, igual aumentou agora, aí morava na Viçosa, que era um pouco mais barato, né? Então, aí, enfim, dava o meu jeito lá de tocar a vida (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

A bolsa recebida em euros é um diferencial apontado pelo estudante “Pardal”:

Inicialmente, tinha uma bolsa de 1.300, e aí depois, eu acho que em fevereiro deste ano, adicionaram a cidade que eu estou como uma cidade mais cara. Então, teve um adicional de 400 euros nisso. Então, desde fevereiro, ao invés de 1.300, a gente que mora aqui, brasileiro, de doutorado sanduíche, recebe 1.700 (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

Para a estudante “Arara-azul”, além das dificuldades em conciliar as múltiplas responsabilidades familiares, a questão financeira também impacta diretamente sua trajetória como pesquisadora. Ela relatou que, embora o marido tenha um emprego formal, ainda precisa realizar trabalhos extras. Da mesma forma, ela também se vê inserida nessa necessidade, mesmo estando vinculada à pós-graduação: “A bolsa aumentou, mas nunca com uma família não dá, né! [...] por mais que a CAPES tenha mudado, algumas regras ali para permitir trabalho, sempre a gente precisou ralar um pouco por fora, é uma coisa que ninguém fica [...]” (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso). Além dela, os estudantes “Anu” e “Pardal”

também relataram a mesma realidade: sempre que surge uma oportunidade, realizam algum trabalho extra, o que contribui significativamente para a renda mensal. Situação oposta é vivida pelas estudantes “Coruja” e “Beija-flor”, que, por se dedicarem exclusivamente à pós-graduação, não têm nenhuma fonte de renda complementar. Há um consenso entre todos os estudantes entrevistados de que, de fato, o trabalho não é bem visto pela maioria dos orientadores. O relato da estudante “Arara-azul” sobre a flexibilização recente da CAPES (2023)<sup>28</sup>, que permite a estudantes da pós-graduação obterem renda formal, seja por meio de vínculo regido pela Confederação de Leis Trabalhistas (CLT) ou por serviço público, apenas reafirma uma realidade já vivida por muitos(as) estudantes da pós-graduação: a necessidade de complementar a renda para garantir sua própria sobrevivência e, muitas vezes, a de suas famílias.

Além das questões financeiras, a experiência de desigualdade no acesso e na permanência na universidade também se manifesta em outra dimensão fundamental: a moradia. Sobre esse aspecto, a estudante “Beija-flor” destacou:

A minha dificuldade, atualmente, é dividir casa com outras pessoas. Isso veio desde 2019. Mas a realidade da outra universidade era diferente. Minha república era diferente da daqui. Porque, realmente, eram selecionadas pessoas de baixa renda, assim, que tinham realmente, até fala que é o “atestado de pobreza”, vamos dizer. Tinha que ter o atestado de que a gente realmente tinha necessidade, que morava realmente longe, não tinha a renda *per capita* suficiente para morar. Aí eram pessoas, realmente, do mesmo padrão, na realidade como a minha. E aí a gente conseguia estabelecer uma vivência melhor, organizar melhor. Aqui não, aqui são pessoas que vieram tão diferentes, além da realidade diferente das minhas origens e das origens dessas pessoas (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Ela pontuou que, ao chegar em Viçosa, passou a morar em uma casa com outras estudantes que não a acolheram, adotando comportamentos excludentes e, por vezes, hostis. A estudante associa essa rejeição às diferenças de classes sociais e à forma como cada uma foi criada por seus pais, conforme pode ser observado a seguir:

[...] tem a questão que muitas vêm mais acomodadas e não conseguem se adaptar com outras pessoas, trazem os costumes de casa, ok, que a gente tem a liberdade de trazer os nossos costumes, mas dificulta muito, assim. Se você está entrando em uma casa, você tem que se adaptar à realidade de outras pessoas. Tem gente que tem renda mais alta, é acostumado a ter alguém fazendo as coisas para ele sempre. A minha realidade é outra. Eu sempre fui lá e fiz, porque tinha que fazer acontecer (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

---

<sup>28</sup> Portaria CAPES nº 187, de 28 de setembro de 2023. Altera a Portaria nº 133, de 10 de julho de 2023.

A expressão “fazer acontecer”, utilizada pela estudante “Beija-flor”, evidencia o quanto, em seu caso, o esforço está diretamente associado à necessidade e à realização pessoal e acadêmica. No episódio envolvendo suas colegas de moradia, ela percebeu que esse esforço não era igualmente exigido delas, revelando um marcado distanciamento econômico, social e racial. Na graduação, ela tinha um espaço no alojamento universitário, mas não tem alojamento para pós-graduação, conforme destacou:

Aqui a gente tem que pegar a bolsa da gente e arranjar um lugar para a gente morar. E além dessa bolsa, a gente tem a questão também do RU, que a gente também não tem oportunidade. É R\$9,00, independente, a gente tem que tirar dessa bolsa que a gente recebe. Pagar o aluguel, pagar a nossa alimentação em casa, pagar a alimentação no RU, questões de higiene e limpeza, coisas, tudo vem da nossa bolsa. [...]. Mas quando você vê, por exemplo, meu aluguel junto com as despesas, água, luz, internet, mesmo eu dividindo com outras pessoas, chega a ser R\$700,00. (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

Podemos notar que a estudante “Beija-flor” passou a ser responsável por si e por todas as suas necessidades desde que começou a receber bolsa de estudos no mestrado e que, quando saiu de casa para morar em Brasília, na graduação, contou com os benefícios da UnB para sua subsistência. Ela faz deslocamentos mais longos para as atividades da pós-graduação, porque precisou mudar-se para um bairro distante, cerca de cinquenta minutos a pé, mas conseguiu uma bicicleta e gasta vinte minutos para fazer esse percurso. Ela falou de sua nova versão, em função dos deslocamentos que faz de casa de bicicleta até a universidade e da oportunidade de praticar natação e musculação. O estudante “Pardal”, por sua vez, teve facilidade para se deslocar do apartamento alugado no centro da cidade enquanto morava em Viçosa e, da mesma forma, na Holanda; sempre fazia uso de bicicleta para ir à universidade.

Vale destacar que Viçosa é uma cidade pequena e, justamente por ser uma cidade universitária, há uma verticalização arquitetônica e inflação imobiliária, com muitos edifícios de apartamentos de espaços reduzidos para acomodar estudantes vindos de todas as partes do país e até estrangeiros. Apesar de pequenos, os apartamentos no centro da cidade, próximos à UFV, são de alto custo, tanto nos valores praticados para locação quanto nas taxas de condomínio desses edifícios, uma exploração imobiliária pública é notória. Segundo os(as) estudantes entrevistados(as), o valor de aluguel de uma casa afastada do centro tem um custo médio de mil e quinhentos reais; já no centro de Viçosa, esse valor chega a dobrar. As taxas cobradas nos condomínios administrados por imobiliárias variam, dependendo dos serviços oferecidos, do número de condôminos e até mesmo da localização: os edifícios mais próximos

da instituição têm taxas ainda mais altas, não menos de quinhentos reais, podendo chegar ao valor de um salário mínimo, aproximadamente.

Nesse sentido, três dos cinco estudantes disseram que moram afastados do centro. Quando o estudante “Pardal” disse que morou na Violeira, bairro rural de Viçosa, e o estudante “Anu” disse morar em um sítio, estão falando de um valor mais justo pago por locações de casas na zona rural de Viçosa, o que é uma opção para os únicos estudantes entrevistados do sexo masculino. Uma estudante mulher dificilmente se sentiria segura morando com colegas na zona rural, supomos. A estudante “Coruja” afirmou que trabalha mais de casa, não tendo mais necessidade de ir até a UFV. Da mesma forma, a estudante “Arara-azul” tem feito reuniões online com sua orientadora. Sabemos que ela mora na periferia, sem veículo próprio, o que certamente dificulta seu deslocamento para as pesquisas de campo na zona rural de Viçosa, Coimbra, Visconde do Rio Branco e Ubá, cidades da zona da mata mineira e próximas a Viçosa, onde desenvolve sua pesquisa de campo.

Ademais, muitos são os aspectos da permanência material, sobretudo quando há necessidade de tratamento de saúde física e mental. Longe de casa e da família, a vulnerabilidade se instala. Há normatização sobre atribuições, objetivos e beneficiários(as)/usuários(as) da Divisão de Saúde e da Divisão Psicossocial da instituição, incluindo os(as) estudantes da pós-graduação<sup>29</sup>. Questionei os(as) estudantes sobre seu acesso à saúde física e mental na cidade. O estudante “Pardal” respondeu que faz terapia desde o final de 2020, mas, antes disso, já havia feito algumas sessões em serviços da própria UFV. A estudante “Coruja” destacou que também já utilizou esse serviço na universidade, mas na graduação, conforme trazem os relatos a seguir:

Quando estava em Viçosa, eu cheguei a procurar o atendimento de terapia da UFV. Fiz algumas sessões e depois continuei fazendo particular, assim. Então, hoje eu ainda continuo fazendo terapia particular, que eu acho que é muito importante cuidar da saúde mental. Eu não sei, falo de onde eu venho. A questão da pós-graduação é um lugar que, muitas vezes, é muito tóxico. É muito! Assim, têm relações, muitas vezes baseadas em ego. Então, é um lugar muito tóxico e eu acho que a gente precisa cuidar da nossa mente, senão a gente adoce mesmo! Às vezes, a gente dá uns parafusos na cabeça por muitas vezes ser inserido em muitas coisas, fazer muitas coisas, a vida

---

<sup>29</sup> Conselho Universitário - CONSU Nº 05/2024 CAPÍTULO V DA DIVISÃO DE SAÚDE - Art. 75. A DSA, órgão vinculado à DIS, é responsável pela coordenação, implementação e acompanhamento das atividades relacionadas com a assistência à saúde da comunidade universitária, no âmbito da promoção e educação em saúde, tratamento e prevenção de doenças. CAPÍTULO VI - DA DIVISÃO PSICOSSOCIAL - Art. 90. A DVP, órgão vinculado à DIS, é responsável pela promoção da saúde mental em prol do bem-estar e da qualidade de vida da comunidade universitária, configurando-se no centro de referência em saúde mental da UFV. Parágrafo único. A abordagem psicossocial da DVP refere-se à adoção de ações interdisciplinares e intersetoriais de base comunitária, voltadas para prevenção, promoção e tratamento em nível primário e secundário de atenção em saúde mental. Seção III Dos Usuários Art. 89. São usuários da DSA: I - estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação, regularmente matriculados da UFV; e II - os servidores da UFV (Viçosa, s/d, texto digital).

pessoal, muitas vezes passando por problemas. Foi o momento meu de despertar que eu precisava procurar um serviço de saúde mental (Estudante “Parda”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

Eu acho que saúde mental eu já procurei mais na graduação. Eu lembro que eu fui uma vez num psicólogo, na divisão psicossocial, e eu também que fui ao psiquiatra uma vez para pedir um remédio. [...] o psiquiatra, eu acho que ele foi bom e foi certo, ajudou bastante. Em relação a essa questão psicológica, foram só essas duas experiências aqui na cidade (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024).

A estudante “Coruja” apresenta alguma dificuldade articular nos joelhos e também se preocupa em realizar exames de rotina necessários, além de buscar serviços odontológicos e de saúde mental. Reconhece a importância da “Divisão de Saúde” da UFV, assim como da “Divisão Psicossocial”, especialmente para os(as) estudantes de baixa renda, pois considerar acessíveis as taxas de exames oferecidos, além da celeridade nos atendimentos. Apesar de elogiar os profissionais de saúde que a atenderam, relatou descaso em relação ao atendimento das médicas de clínica geral. Utiliza os mesmos serviços que precisa também na Policlínica da cidade, como alternativa. Sua narrativa de ter sido mal atendida por médicas brancas nos leva a pensar se teria sido um caso de discriminação de mulheres brancas contra uma mulher negra, revelando uma hierarquia entre o sujeito detentor de um suposto saber e a paciente, sendo ela uma mulher negra. Ela não relatou o mesmo tipo de conduta por parte de médicos e dentistas que já a atenderam no mesmo espaço; ao contrário, elogiou-os. As estruturas do racismo interferem no conceito de saúde, que perpassa por aspectos de bem-estar físico, mental, social, espiritual, indo além da mera ausência de doença (Akotirene, 2019).

O estudante “Anu”, diferentemente, afirmou não sentir tanta necessidade de procurar os serviços de saúde física, embora tenha acesso a um convênio de saúde privado. Ressaltou, no entanto, que é assíduo à psicoterapia desde criança e reforça essa necessidade durante a pós-graduação. A estudante “Arara-azul” também comentou essa questão, conforme os relatos a seguir:

Eu não faço muito uso disso, graças a Deus, assim, tirando uma gripe ou outra, eu nunca precisei muito fazer o uso desse serviço de saúde aqui na cidade, muito intenso, assim, não, sabe? [...] Sempre fiz acompanhamento com psicólogo. Isso desde criança e aqui eu continuei fazendo porque eu acho que na UFV não tem um ambiente muito saudável, não! Mentalmente falando, não é um ambiente saudável. A pós-graduação, menos ainda, né? Então, assim, acho que se a gente não procurar cuidar disso um pouco, fica difícil continuar tem hora [...] (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

[...] vejo também que essa dificuldade que eu tive com a minha filha com relação ao diagnóstico do autismo me fez assim, criar muitas forças para conseguir terminar essas disciplinas que eu agora, 2023.1 eu tive disciplinas ainda a cumprir, então assim, foi

muito, eu me cobrei muito, foi um processo muito chato. Eu tive que fazer terapia, fui lá para Divisão Psicossocial que eu realmente precisei de ajuda e para terminar as disciplinas para dar conta das terapias da minha menina e para criar forças para continuar e com a gestação ainda, então tive, aí tive que criar mais forças ainda para continuar (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

Apesar de ter comentado sua procura por ajuda psicológica em determinado período, a estudante “Arara-azul” parece se envolver mais com as questões relacionadas à saúde da filha, como as terapias. Ela aguarda há muito tempo uma vaga na APAE e, após se unir a outras mães de crianças com deficiência, passou a se mobilizar na Câmara Municipal. Inclusive, conseguiram consultas no CAPS Infantil. Pelos seus relatos, são muitos os atravessamentos para quem necessita da saúde pública, sucateada e insuficiente, mesmo para o atendimento a crianças. Como ela disse, trata-se de um atravessamento que interfere na sua concentração e foco, atrasando, de certa forma, sua produção acadêmica. Por sua vez, o estudante “Anu” afirmou não considerar o ambiente da pós-graduação saudável, conforme os relatos que fez, principalmente sobre sua relação com o primeiro orientador, pelas tentativas de lhe tirar a temática de sua pesquisa inovadora; pelo racismo que sofreu por parte de pessoas em diferentes posições e, inclusive, pela falta de alguns materiais no laboratório, que tem que custear pessoalmente na sua pesquisa, o que lhe parece um descaso.

A estudante “Beija-flor” disse que, na Divisão de Saúde da UFV, conseguiu ser atendida todas as vezes que solicitou e que já procurou a Divisão Psicossocial da universidade. No entanto, após o primeiro contato, a psicóloga não conseguiu dar continuidade ao atendimento e fez encaminhamentos, indicando alguns colegas de profissão para que ela fizesse psicoterapia particular. “[...] para eu procurar e pagar minha terapia. Foi isso que eu ouvi, o retorno que eu recebi. E aí eu fiz isso, né, porque é muito difícil estar aqui!” (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024). Perguntei se ela consegue algum apoio financeiro da família para pagar esses custos: “Financeiro, não, a gente tem que custear com a nossa bolsa mesmo. “Tem que dar, fazer acontecer” (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024). Enquanto a estudante “Beija-flor” reclamou do sistema de saúde municipal, a estudante “Coruja” criticou o atual sistema de marcação de consultas na Divisão de Saúde da UFV. No primeiro caso, considerando a enorme distância da família, a estudante não se sente segura em situações que exijam assistência à saúde, o que lhe causa preocupação. No segundo, já há uma demanda de assistência à sua saúde física. Os relatos apresentados a seguir abordam esses aspectos:

Aqui em Viçosa tinha a via da Divisão de Saúde. Isso é excelente! Aí eu veio a greve, o quê? Nesses dois anos, é a época que eu vim cursar. Mas, assim, da prefeitura da cidade, você já viu, o hospital fecha final de semana. Se você passar mal, você morre,

porque também não tem quantidade de ambulância suficiente. Me falaram que na cidade só tem três ambulâncias. [...] E isso, para mim, é o cúmulo, absurdo um hospital fechar final de semana! (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Na graduação, a gente tinha que madrugar para poder chegar lá e conseguir consulta. Então, a gente tinha que acordar às quatro horas, chegar lá cinco horas para poder conseguir a consulta de um dia. Além da distribuição de fichas. Tudo bem. Aí, depois, eles começaram com marcação por telefone [...]. Então, assim, era muito difícil de conseguir [...]. Piorou muito, piorou muito! Não tem condição! (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Outro aspecto da permanência, ainda que simbólico, são os afetos, os colegas e os amigos com quem se pode contar, bem como as atividades que proporcionam satisfação, como o esporte e o lazer dos estudantes da pós-graduação.

A estudante “Coruja” respondeu positivamente à pergunta sobre socialização. Disse que tem amigas com quem conversa e sai, e que, inclusive, é até difícil administrar tantas amizades. Quanto ao esporte, afirmou que só praticou durante a graduação. Recentemente, chegou a se inscrever para aulas de defesa pessoal em um projeto na UFV, mas ainda não foi chamada. Em seu relato sobre esporte e lazer, a estudante “Coruja” afirma ter alergias, ao cloro e ao próprio suor, além de “alergia emocional”. Em função disso, sua prática esportiva e de dança, que fazia antes de iniciar o mestrado, tornou-se mais restrita. Mesmo nos eventos sociais oferecidos pela instituição, ela não participa com frequência.

Sobre esse tema, a estudante “Beija-flor” e o estudante “Pardal” relataram:

É que nem eu falo, eu falo brincando, gente. Mas não é de se brincar isso. Se eu não for para academia, eu vou me jogar na janela. Eu falo brincando, mas mesmo assim, tem aquele fundo de, se eu não for, minha cabeça vai ficar maluca. É o momento que eu consigo, sei lá, só trabalhar o corpo e esvaziar a mente porque é muito difícil estar pensando o tempo inteiro. Se é ruim não pensar, imagina pensar muito. Mente vazia é difícil. E aí aqui eu aprendi a nadar, a perder o medo de realmente andar de bicicleta no meio desse trânsito absurdo ali do centro, essas coisas e também a voz ativa nas coisas, acho que isso me ajuda bastante (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Eu sempre fui uma pessoa que gostei muito de fazer esporte, então, assim, eu sempre sou uma pessoa ativa. Desde sempre e depois, uns dois anos para trás, eu estava em Viçosa, sempre fiz esporte, aí eu pratiquei corrida há muito tempo, depois estava praticando triatlo, e aí, sempre, assim, esporte, eu nunca parei de fazer na minha vida, sempre fiz muito. Eu acho que tem uma ligação muito grande com essa questão do esporte e saúde mental, então, eu consigo me organizar internamente se eu estou praticando esporte, se eu estou mantendo um hábito de vida saudável, assim, comendo saudável, que é uma coisa que eu sempre prezo (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

Nos relatos acima, tanto “Beija-flor” quanto “Pardal” validam a atividade física e o esporte como fundamentais para a manutenção de aspectos de saúde mental, al, destacando a

importância de hábitos saudáveis e do equilíbrio entre corpo, mente e espírito. Percebe-se organização e constância por parte do estudante “Pardal”, que é triatleta. Diferentemente de ambos, a estudante “Arara-azul” confessa que não consegue sequer ter momentos de lazer em família. Aos domingos, o marido consegue sair com a filha de cinco anos para passear e brincar no campus universitário. Ela aproveitava este tempo para executar alguma tarefa da casa e, agora, cuida da recém-nascida. Cabe aqui uma reflexão sobre a importância da divisão sexual do trabalho e do cuidado para que mulheres consigam dispor de algum tempo "livre" para as próprias demandas. Sobre isso, Gomes (2020) pontua:

Ao propor uma reengenharia do tempo, Darcy (2003) entende que, diante o fato do mundo privado e o mundo do trabalho serem igualmente consumidores de tempo e de extrema necessidade para manutenção da vida, é preciso uma reestruturação por parte das políticas que permitam homens e mulheres dividirem seu tempo igualmente em relação a esses dois âmbitos, tanto em flexibilidade de horários, quanto em políticas de incentivo a creches e a licença-paternidade são indispensáveis para que a qualidade de vida das pessoas e o tempo de lazer sejam também considerados importantes (Gomes, 2020, p. 67).

Para as estudantes que são mulheres e mães, conciliar os cuidados com a família, a rotina doméstica, a pesquisa e os estudos exige esforços adicionais, como mostra o depoimento da estudante “Arara-azul”:

[...] minha maior dificuldade hoje é eu concentrar, por exemplo, tenho pouquíssimo tempo para sentar no computador e fazer um fichamento, fazer as leituras que eu tenho que fazer e aí quando começo a concentrar acontece alguma coisa para eu ter que resolver aqui em casa [...] Hoje é a maternidade! Mais pela questão do trabalho, mas em outros tempos se você fizesse essa mesma pergunta, por exemplo, mestrado, eu ia te dizer que era porque eu era uma pessoa negra [...] hoje eu tô num programa que tem mais pessoas negras. Mas no meu mestrado que eu era a única negra e era ainda mulher, né, então era mais fragilzinho [...] (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

A fala da estudante “Arara-azul” ratifica a importância do cuidado que, quando não compartilhado, interpela as trajetórias profissionais e acadêmicas de mulheres. A maternidade, em muitos casos, pode retardar o processo emancipatório de mulheres, seja no seu processo de formação, seja no âmbito do trabalho, caso não tenha uma rede de apoio familiar ou terceirizada, como creches. A disponibilidade de tempo é diretamente relacionada à saúde mental ou, nas palavras de “Beija-flor”, à felicidade:

O meu principal desafio, eu digo, meu inimigo é o tempo. O meu maior inimigo tem sido o tempo, porque, para mim, aguardar as etapas para análise, isso é difícil, ter que estar aqui, falando isso. Então, eu acho que eu estou criando também a expectativa de que quando eu finalizar, tudo vai voltar, assim, a magia, né? Quando eu terminar esse estudo, vai voltar, a felicidade vai voltar, junto com o título do mestrado porque,

assim, é a minha vontade de terminar logo, de entregar logo, passar por essas etapas e não ter que estar dependendo dessa orientação, desse ambiente, de ter que entregar resultados. Então, isso é a etapa mais difícil. O tempo [...] (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

A fala da estudante “Beija-flor” nos pareceu carregada de angústia, de querer estar em outro lugar, em outra situação, mas também permeada por uma expectativa positiva de um futuro breve, da volta da “magia”, sem tanta pressão e opressão, já com o título do mestrado, algo que ela considera importante para sua formação. A produtividade esperada nos programas de pós-graduação, geralmente avaliada em termos quantitativos, contrasta com a busca por reconhecimento pessoal, enquanto as relações interpessoais são, com frequência, isentas de afetividade e solidariedade.

Atualmente, depois de vencer o desafio mais complexo, o de viabilizar sua inovadora pesquisa com *cannabis* na universidade, a preocupação do estudante “Anu”, assim como do estudante “Pardal”, é saber como será sua inserção no mercado de trabalho após o doutorado. Já a estudante “Coruja”, como vimos na seção em que se discutiram questões de trabalho e renda, enfrenta uma preocupação ainda mais desafiadora: ser aprovada em um concurso público ainda durante o doutorado. Além disso, ela aponta a busca por reconhecimento como seu terceiro desafio, conforme revela no relato a seguir:

Dois que eu já falei, né, que é a questão do idioma, esse é um grande desafio e a questão da bolsa. E o terceiro é algo que eu estou trabalhando muito em mim e que envolve muitas coisas. Eu não digo só questões raciais, não, sabe? Eu acho que isto vai muito além disto. Mas é... Eu espero muito o reconhecimento do meu orientador, sabe? De reconhecer que eu sou boa, de verbalizar. Talvez ele reconheça, mas não verbaliza. Eu preciso trabalhar muito nisso, porque eu preciso dessa validação, às vezes, uma validação que nem mesmo eu me dou. Eu tenho que trabalhar muito na vida! Uma validação que nem mesmo eu me dou... Só que eu quero uma validação de que eu sou boa. Eu quero uma validação dele, verbal, de que eu sou boa (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A estudante “Coruja” usa o recurso da repetição para enfatizar sua necessidade de validação por parte do seu professor orientador, reconhecendo que nem ela mesma se vê como uma boa estudante. Inicia dizendo: “Eu preciso trabalhar muito nisso [...]. Eu tenho que trabalhar muito na vida!”, o que mostra o quanto esta questão é basilar para ela. E repete a frase reconhecendo que é uma valorização pessoal, da autoimagem, que depende do outro, no caso, um orientador branco. Ela continuou afirmando que ele nunca fez qualquer comentário sobre seu progresso na pesquisa, tampouco elogiou seu desenvolvimento. Sabemos que as cobranças existem, independente se é estudante negro(a) ou não negro(a), mas, por vezes, essa alta exigência pode estar relacionada às expectativas criadas para pessoas negras, na qual pouco

esperam da capacidade intelectual. Em seguida, ela procura isentar seu orientador de qualquer intenção de desvalorizá-la, mas ainda mantém a expectativa de ser reconhecida individualmente por ele. Concluímos que, talvez, ela não tenha ferramentas para inferir que o não reconhecimento é totalmente atravessado pela questão racial. O relato a seguir ilustra essa discussão:

Não, ele não manda para ninguém mesmo! Eu ouvi ele fazer um elogio uma vez esse ano que eu fiquei chocada, inclusive, que foi na defesa de uma amiga, de uma colega nossa. E aí, outro dia, eu ajudei uma outra, em dezembro, boa de serviço dessa vez. E aí, eu e o meu pós-doc., a gente ajudou a escrever um outro resumo. E aí, a gente mandou. E assim, eu fiquei feliz, porque foi realmente um trabalho das três. [...]. E aí, eu recebi um “ficou bom” [...] Nossa, aquela mensagem ali, eu falei: “meu Deus! Ele falou que ficou bom”, porque realmente é raro, e realmente, assim... (Risos). [...] E eu fiquei, nossa, eu fiquei muito feliz com isso! No mais, eu gostaria de um reconhecimento individual, olha você fez um bom trabalho (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Dessa forma, torna-se explícita a necessidade de reconhecimento por parte da estudante “Coruja” como uma dimensão fundamental de sua dignidade. Ao afirmar que precisa que seu orientador diga que ela é boa, revela o quanto sua validação pessoal ainda depende do outro, mesmo reconhecendo que nem ela se vê como gostaria de ser vista por ele.

A dimensão material do reconhecimento também foi mencionada pelo estudante “Pardal”, como se observa na sequência:

Eu acho que um dos grandes desafios é relacionado ao reconhecimento do que a gente faz, de ser reconhecido como um trabalho e ser remunerado como um trabalho e ser valorizado como um trabalho. E quando você sai desse ambiente, o que você faz com tudo isso que você investiu de tempo? Por isso que tem uma grande fuga de cérebros, né? Então, acho que o grande desafio é ponderar com isso tudo, além de as relações mesmo que existem na pós-graduação, de egos inflados, de assédios morais, enfim, que acontecem, que a gente precisa lidar no dia a dia com tudo isso, assim, né? (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

Enquanto para a estudante “Coruja” o domínio de um segundo idioma representa um impacto na chegada à pós-graduação e configura seu segundo desafio, essa barreira foi ainda mais desafiadora para o estudante “Pardal” durante seu período de estudos na Europa:

Aqui é tudo em inglês, tudo que eu faço é em inglês, então, enfim, é um desafio também, porque apesar [...] É isso, o nosso ensino não é muito inglês, o que a gente teve [...]. Assim, o nosso inglês é mais básico, então é um desafio. Então, nesses últimos tempos estive estudando inglês, desde mais ou menos da época do mestrado, eu já comecei a estudar mais aprofundado o inglês, comecei a me dedicar mais a isso, porque eu também trabalhei em um projeto que era uma parceria internacional, então já tive contato com a língua estrangeira, então, enfim, já estava me preparando para esse momento aqui agora do doutorado sanduíche, né? (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

Agora, passamos a analisar os dados sobre discriminação racial relatada pelos estudantes entrevistados da pós-graduação. Todos afirmaram ter vivenciado situações de discriminação racial. Algumas dessas experiências se manifestaram de forma mais explícita, como ofensas verbais e demonstrações diretas de racismo, a exemplo do que ocorreu com o estudante “Pardal” durante sua estadia na Holanda:

Esse tempo atrás aqui, um professor conversando aqui, enfim, falou para mim: “ah, você é natural do Brasil? Você é 100% do Brasil?” Eu não tinha entendido a pergunta dele, até ele concluir falando que ele é 100% holandês, que o sangue dele só vem das pessoas holandesas, que ele é 100% europeu e tudo mais. Então, assim, isso é uma demonstração muito clara do racismo escancarado (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

O estudante “Pardal” relatou que tenta considerar a possibilidade de que atos racistas não sejam sempre intencionais, uma vez que estão no inconsciente das pessoas. No caso específico de discriminação sofrida por parte de um professor, no entanto, ele reconhece que se tratou de racismo. Inicialmente, o professor o enxergava como um estrangeiro latino e, posteriormente, como um afro-brasileiro, mencionando suas origens. No relato da narrativa racista, o professor holandês dá ênfase à sua origem pura: “100% europeu”, revelando uma visão de superioridade que rebaixa o estudante por ser latino e de descendência africana. Esse episódio se conecta a outros relatos semelhantes. O estudante “Pardal” vivenciou a xenofobia por ser brasileiro, enquanto as estudantes “Beija-flor” e “Arara-azul” enfrentaram preconceito por serem nordestinas — o que, nesse contexto, pode ser interpretado como uma forma de xenofobia interna, marcada pelo “ódio ao nordestino como estrangeiro”. A estudante “Coruja”, por sua vez, denunciou a negação do racismo no meio acadêmico e o que ela chamou de “racismo indireto”, como se observa em seu relato a seguir:

Eu acho que minha visão sobre o nosso contexto racial é que, assim, embora a gente tenha um país muito miscigenado, as pessoas não vão falar que elas são racistas. E a gente vai parar para pensar, né? Desde que a lei Áurea foi assinada, a gente tem pouquíssimo tempo. Então, assim, é mais comum... Claro, a gente encontra hoje na internet um grande meio de vinculação de notícias de pessoas sofrendo racismo direto, mas indireto, é só colocar o pé para fora da rua, sabe? Racismo indireto é o que mais tem, é o tempo todo, em qualquer ambiente que você encontra, em qualquer situação, em qualquer meio social, não só no meio acadêmico, mas como a gente está focado no meio acadêmico (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Grifamos sua fala “Racismo indireto é o que mais tem, é o tempo todo [...]”, porque entendemos que a opressão vivida por pessoas negras é traumatizante. Nesse caso em

específico, a estudante “Coruja” traz a experiência de casa, com a mãe, branca de cabelos crespos, espelhando-se nas irmãs de cabelos lisos, se vê diferente, como a outra, como incompatível, criando um sentimento de auto-ódio em relação aos seus cabelos. Assim, a filha negra é constantemente atacada com a não aceitação de seu cabelo considerado “ruim”.

Em seus estudos, Kilomba (2019) discorre sobre experiências da entrevistada Alicia, especialmente sobre a autoridade com que as pessoas se sentiam no direito de tocar seus cabelos, o que lhe causava a sensação de invasão. Ao ser vista como “diferente”, surge a questão: *diferente de quem?* E, com ela, uma reflexão mais profunda sobre o poder: com que autorização uma “raça” se impõe e domina sobre outra?” O racismo, estruturado em relações hierárquicas de poder, impõe a ideia de que a pessoa não branca é o(a) “Outro(a)”. No caso abordado, mesmo pedindo ajuda à mãe diante dessa invasão corporal, Alicia não era ouvida. Para a mãe branca, aquela situação não era entendida como opressão e sofrimento para a filha:

Uma coreografia que descreve a branquitude tanto como central quanto como ausente [...] Alicia, infelizmente, percebe que sua mãe branca não se identifica com sua filha negra, mas com seu ambiente branco [...] A “mulher negra” diz que algo importa e a mulher branca responde “Isso não importa!”. Essa divisão espelha como ambas não conseguem escapar das relações coloniais (Kilomba, 2019, p. 122).

No relato a seguir, a entrevistada “Coruja” compartilhou o que considera ter sido seu letramento racial, construído a partir da sociabilidade familiar. Em seguida, o estudante “Pardal” também apresentou reflexões sobre esse tema:

Então, assim, meu pai era negão, não retinto, mas era um mineiro, de pele um pouco mais escura que a minha. E ele sempre ensinou muita gente a não abaixar a cabeça. Era o que? A não se diminuir em relação aos outros, ele também não tinha um letramento racial, mas ele sabia que, como a gente era, isso impactava. Então, eu acho que é um pouco difícil a gente falar que não, eu não, eu não queria, seria muito difícil dizer que o meio não tem racismo porque racismo indireto é o tempo inteiro. O tempo inteiro, sabe? (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Muitas vezes esse racismo é velado, porque, assim, vão colocar justificativas inúmeras, mas não vão falar especificamente que é por causa da cor da sua pele. Então, vão te colocar justificativas que é o quê? Ah, é a roupa que você usa. Ah, é a barba que você tem. Ah, é a tatuagem que você tem. Ah, é o brinco que você usa, é o seu cabelo. Mas nunca vão falar que é por causa da cor da sua pele. E no fundo, no fundo, no fundo, é único e exclusivamente a cor da pele, porque outras pessoas que têm essas mesmas características e são pessoas brancas, elas não estão passando por esses questionamentos, por esses pensamentos, por essas reflexões, por essa credibilidade do conhecimento, se é válido ou não. Então, assim, é uma situação muitas vezes complicada. E aí eu acho que aí também é um dos pontos que entra uma saúde mental. Tipo assim, como você não vai buscar uma ajuda de saúde mental se você está num ambiente como esse? Não tem como! (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

As questões raciais e de gênero não aparecem nos programas das disciplinas do mestrado, mas se manifestam no cotidiano acadêmico, ora de maneira sutil, ora de modo escancarado. O relato da estudante “Beija-flor” dialoga diretamente com essa problemática:

Quem mais produz resultados, mais artigos, mais trabalho, são realmente essas pessoas. Como se preto e nordestino fosse burro. E aí eu sinto também que lá, no lugar de fala, a gente não consegue ter essa... Tipo, você não é pesquisador. Não é reconhecido. E mulher, então, quer dizer, que burra só sai fazendo isso. É como se a gente não tivesse potencial de, sei lá, rodar uma estatística. A gente não é também ensinada a isso, voltada para isso. É sempre: “aí, fulaninho, homem, vai fazer”. Entendeu? Essas coisas. Ok, que eu prefira, não que eu não consiga, mas eu prefiro que um homem vá lá e levante um saco de milho para mim. Mas não significa que eu não tenha a mesma inteligência que ele tem, o mesmo desempenho que ele possa ter. Ele pode ter a força bruta dele para fazer as coisas, eu posso ter a minha intelectual também (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Essa fala revela um racismo escancarado, na ideia de suposta incapacidade de pessoas negras e nordestinas. Em “Intelectuais negras”, bell hooks<sup>30</sup> (1995) fala do dilema das mulheres negras que se aventuram pelo mundo ocidentalizado da intelectualidade. O não reconhecimento e a falta de validação de suas produções revelam a segregação do meio acadêmico, marcado pelo sexismo e racismo, e majoritariamente composto por homens brancos.

A estudante “Beija-flor” comentou uma situação em que sofreu discriminação de gênero por parte de uma de suas professoras, além de mencionar um episódio envolvendo uma colega que também teve sua autoria em um trabalho ignorada:

[...] Eles sempre passam realmente coisas para os homens. Quando se a mulher não soubesse fazer as coisas. Não reconhece. Por exemplo, lá nesse laboratório que eu estou, tem uma menina que só ela consegue trabalhar com a microbiologia. E ela sentadinha fazendo as coisas dela... Mas aí na hora de publicar artigo, não quer pôr o nome dela, que ela ajudou, essas coisas. Escancarado! Ela ajuda em tudo! Mas ela falou que não quiseram colocar o nome dela, botaram o nome de outras pessoas. No meu simpósio, eu que escrevi o resumo inteiro. Fiz o estudo junto com os meninos e quem pegou o primeiro autor foi outra pessoa, um rapaz. Ok, era negro. Mas não foi ele que fez! A gente estava junto nesse estudo. Eu acabei como terceiro autor. É! Só porque, literalmente, a influência dessa professora, em tudo. Mas aí ela sempre monta os meninos para assumir os pôsteres, os resumos, sempre os meninos, as meninas nunca! (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Entendemos que se trata de uma situação marcada por privilégios de sexo, raça e classe social, em que alguns estudantes são socialmente valorizados em detrimento de outros,

---

<sup>30</sup> O nome de registro de nascimento de bell hooks é Gloria Jean Watkins. Por enfrentamento político e a afirmação de um lugar de sujeito na teoria, em choque com a norma acadêmica estadunidense, ela atribuiu para si um novo nome registrado sempre em letras minúsculas. Decidi seguir a posição da teórica estadunidense registrando o nome bell hooks em minúsculo no corpo do texto, mas registrá-lo também em maiúsculo de acordo com a Norma Brasileira de Referência - NBR no sistema autor/data e nas referências finais para escritores e escritoras. (Santos, 2024, p.144).

desmerecidos por múltiplos fatores: por serem mulheres, negras, nordestinas, cotistas e bolsistas.

Cabe uma reflexão sobre a cumplicidade entre pessoas do gênero masculino, nesse caso, entre professor e estudante. Embora o estudante seja negro, foi privilegiado em detrimento da estudante negra que, de fato, havia produzido o trabalho. Essa lógica hierárquica se evidencia nas narrativas das entrevistadas: os estudantes do gênero masculino são maioria nos programas de pós-graduação dos centros de Ciências Agrárias e Biológicas, sendo frequentemente os preferidos por professores e professoras para participar de projetos, além de receberem maior apoio. Nos relatos sobre a supressão de autoria em trabalhos acadêmicos, chama atenção não apenas o número de casos, mas, sobretudo, a gravidade dessas situações, pois envolvem assédio dentro da hierarquia institucional, ou seja, na relação entre professor(a) orientador(a) e estudante, além de revelarem práticas marcadas por sexismo e racismo. Nesse sentido, concordamos com a reflexão proposta por Akotirene (2019):

Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda, segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro. A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisar quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (Akotirene, 2019, p. 27).

Na história de acesso à UFV, vimos que o curso de graduação em Economia Doméstica foi criado em 1948, ou seja, 22 anos após a prevalência de um público exclusivamente masculino, agrário, elitista, dentro da normatividade das desigualdades da época. Era pouco comum as mulheres saírem de casa, sobretudo de cidades do interior, para estudar em outra cidade. Na perspectiva de atender ao público masculino que servia e ensinava na instituição, o referido curso de graduação atenderia às suas esposas e filhas. Portanto, o ingresso de mulheres na UFV se deu, a partir de então, na área de Agrárias, de maneira ainda tímida, como constatamos nesta pesquisa.

A expressão “lugar de fala”, sistematizada pela filósofa Djamila Ribeiro, pode ser mal compreendida, pois trata de identidade política e não de política de identidade de cor (Ribeiro, 2017). O lugar de fala é, simbolicamente, o lugar de quem está disposto a enfrentar as políticas de silenciamento discursivo na sociedade hegemônica e possibilitar o protagonismo das mulheres, das populações negras e indígenas, LGBT e PcD (Akotirene, 2019). A autora

considera urgente a necessidade de rompimento com o silenciamento institucional, com as desigualdades, com a naturalização das mortes de negros, com a não representatividade na sociedade. Ter direito à voz é ter direito à humanidade. A voz, quando não é silenciada, é hierarquizada pelo discurso autorizado de quem pode falar. A autora propõe um novo pacto de humanidade, colocando a necessidade histórica de fala e de escuta das populações ditas minoritárias. Não se pode falar em pluralidades e em humanidades em um contexto de violência do silenciamento, e o não questionamento dessa ausência também constitui ideologia. A voz que desumaniza precisa ser apagada; é necessário romper o silêncio e contribuir, no lugar de ouvinte, com as reivindicações advindas de profundas marcas de uma opressão histórica, desestabilizar a norma hegemônica porque a linguagem é poder.

A construção secular do racismo, tendo a escravidão como base social do país por quatro séculos, ainda perpetua as desigualdades geradas por esta condição a que negros(as) africanos(as) foram submetidos. Tomando Lélia Gonzalez como referência no país, a autora reflete sobre o feminismo negro no Brasil ser um movimento não sectário, mas de combate a uma divisão que já está posta, no sentido de interseccionalidade, prevalecendo o racismo, o sexismo e opressão de classe. A mulher negra e pobre, que entrecruza essas categorias, deve ser entendida como alvo de um projeto de sociedade, situando-a na base da pirâmide social. As falas das estudantes “Arara-azul” e “Beija-flor” explicitaram o sexismo existente na UFV:

Geralmente é homem branco que fala, eu via muito isso nas minhas aulas, né, a gente falava, mas se eu falasse alguma coisa errada, o que o professor não achava que era coerente com aquela teoria...[...] e eu sempre tentei ser uma aluna mais participativa para me reafirmar, porque eu, como eu já tinha todas essas questões de ser mãe de... enfim, de tanta coisa e eu tinha que estar ali em cima da média, né, que tinha ponto de participação, então tipo que eu tinha que falar sempre nas aulas. E aí nessa aula eu vi que eu não tinha tanta palavra assim, porque o professor sempre direcionava assim né, aí falava o nome do de um colega meu para ele falar e às vezes ele nem sabia tantas coisas, mas era ele que falava. Pelo menos a gente acha que é mimimi, mas isso rola e a gente se sente assim, desconfortável (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

[...] o costume é pegar nas mãos dos meninos e vamos fazer, as meninas que se virem. A mão dos meninos é sempre amparada, as meninas que se virem (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A estudante “Coruja” falou da sua formação moral recebida de seu pai, baseada no princípio de não manter o espírito de submissão ao qual o povo negro historicamente foi destinado, de não aceitar o inaceitável. Ao abordar uma situação de discriminação de gênero, ela afirmou:

Ah, eu sinto! Eu sinto, sabe? [...]. Em relação ao orientador, eu sinto muito desde o começo do mestrado que em algumas reuniões que eu estou presente e tem outro estudante do sexo masculino presente, eu sou sempre ignorada, sabe? Sempre em uma postura de olhar muito para um, se falo alguma coisa, não tem importância. Eu sinto que tem olhares diferentes, eu sinto que tem atenções diferentes. [...] eles também entendem que a gente tem sempre que abaixar a cabeça. A gente tem sempre que aceitar tudo (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Ao analisar sua resposta sobre discriminação racial, observamos que a estudante “Coruja” associou a opressão do professor orientador, identificado como “machista”, à opressão vivida com a mãe, que ela considera “racista”. Ela iniciou relatando que percebe atitudes machistas no cotidiano da sala de aula, embora o professor, aparentemente, não tolere comportamentos racistas, o que, segundo ela, não impede que possa ter algum deslize. A estudante segue refletindo que até mesmo uma pessoa negra pode reproduzir o racismo, considerando-se, inclusive, racista em certos aspectos, em razão da criação recebida de sua mãe branca, que, por exemplo, considera o próprio cabelo “ruim”:

[...] Eu estou falando isso, porque às vezes a gente tem uma visão de que uma pessoa, por ela ser negra, ela não tem características racistas. E tem! Eu tenho características racistas, porque eu tive todo um ambiente familiar que realmente não me letrou, minha mãe é uma pessoa branca. Então, infelizmente, até hoje, a gente tem que brigar muito lá em casa para poder fazer ela parar de falar que cabelo crespo é cabelo ruim. Porque ela também tem cabelo crespo e ela fica falando que é cabelo ruim, já que as irmãs dela todas têm cabelo liso (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A ideia de inferioridade negra constitui, de fato, uma forma de racismo. Lucas Veiga (2019) fala sobre o auto-ódio desenvolvido por negros(as) como resultado das referências negativas construídas historicamente sobre si e sobre sua ancestralidade:

A partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio. Daí por diante, o sujeito vai controlar, observar, vigiar este corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar. A amargura, desespero ou revolta resultantes da diferença em relação ao branco vão traduzir-se em ódio ao corpo negro (Veiga, 2019, p. 246).

Esse é o caso da mãe da estudante “Coruja”, que possui pele clara e cabelos crespos, um fenótipo que não condiz com a branquitude. A situação é agravada pelo fato de ter irmãs brancas, de cabelos lisos, o que contribui para a negação ou não aceitação de si, afetando diretamente a filha, uma mulher negra que se identifica como tal e reconhece que seu cabelo não é “ruim”. Podemos imaginar seu sofrimento quando narra que, em casa, estão sempre

“brigando” com a mãe, porque diz isso sobre seus próprios cabelos, refletindo diretamente na subjetividade da filha negra. A citação a seguir dialoga com essa realidade:

Ainda que nós, negros nascidos pós-abolição, não tenhamos vivido o horror da escravidão, vivemos o horror do embranquecimento. Como o embranquecimento se dá a partir da negação do valor da pessoa negra e se perpetua por meio de um aparato político-midiático em que pessoas brancas estão na posição de poder e de referência da beleza, em detrimento às pessoas negras, surge, no negro, o desejo de se aproximar da brancura (Nobles, 2009, p. 288 *apud* Veiga, 2019, p. 246- 247).

A contestação da mãe branca por ter uma filha negra com cabelo considerado “ruim” revela a internalização do ideal de embranquecimento.

As três estudantes “Arara-azul”, “Coruja” e “Beija-flor” foram unânimes em denunciar as discriminações sexistas por parte de seus professores(as), seja por meio do silenciamento em sala de aula, seja pela negação de autoria em trabalhos acadêmicos. Seus relatos evidenciam as dificuldades enfrentadas por mulheres para serem reconhecidas e respeitadas em ambientes predominantemente masculinos, como é o caso de alguns programas e departamentos acadêmicos. Nessas estruturas, elas são frequentemente desrespeitadas, subjugadas como inadequadas e/ou silenciadas. Para Ribeiro (2017) o silêncio precisa ser quebrado, no sentido de rompimento com a violência, com o silêncio institucional, epistêmico, o silêncio da desigualdade, o silêncio da naturalização das mortes de negros, o silêncio da não representatividade, do não lugar. Através das múltiplas narrativas da pluralidade, é possível romper com a voz única, a voz do homem branco, para quem existe um discurso autorizado. Historicamente, As vozes de pessoas negras, em especial de mulheres negras, têm sido historicamente silenciadas — como denunciam as três pós-graduandas do Centro de Ciências Agrárias. Kilomba (2019) também discute o silenciamento imposto aos negros escravizados, impedidos de falar e de comer dos frutos das lavouras, muitos dos quais foram submetidos às máscaras de ferro, como na icônica imagem de Anastácia, amordaçada. Ainda sobre esse tema, sabemos que:

Vistos como símbolo sexual os corpos femininos negros são postos numa categoria em termos culturais tida como bastante distante da vida mental. Dentro das hierarquias de sexo/raça/classe dos Estados Unidos as negras sempre estiveram no nível mais baixo. O status inferior nessa cultura é reservado aos julgados incapazes de mobilidade social por serem vistos em termos sexistas racistas e classistas como deficientes incompetentes e inferiores (Hooks, 1995, p. 6).

A estudante “Arara-azul” demonstrou incerteza quanto ao seu futuro profissional, diante de um sistema normatizado pelo racismo e estruturado na lógica da suposta superioridade e

cumplicidade da branquitude. A doutoranda sente uma forte insegurança em relação ao ingresso no mercado de trabalho, conforme relatou:

No âmbito profissional, a gente sempre vai ser discriminado ou sempre inferiorizado, sabe! Eu vejo isso, porque eu já estou tentando, eu já estou num processo assim, terminando o doutorado, eu preciso saber o que que eu vou fazer agora, depois do doutorado, né! Não dá para eu tentar pós-doutorado, porque, assim, eu não tenho condições aqui, mas e o que que eu vou fazer... como eu vou trabalhar e o sistema é o convencional mesmo! (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

A estudante “Beija-flor” comentou que um professor negro, a exemplo de sua orientadora, que ela considera racista e sexista, mantém um comportamento abusivo com os(as) estudantes. Segundo a estudante, ninguém pode questioná-lo, pois ele persegue quem o faz, o que interpreta como assédio, conforme relatou:

Então, o meu professor orientador, ele é nordestino, pardo como eu, mas eu acho que ele foi tão influenciado por esse ambiente que ele não consegue ter esse reconhecimento. Ele embranqueceu, mulher! Embranqueceu e acha que virou mineiro. É isso! Foi tão influenciado, porque a graduação dele fez aquilo. A graduação dele fez aquilo, doutorado, mestrado, e tudo como ele age, ele age como a orientadora dele, que é essa pessoa racista que eu falei. É uma mulher, mas ela não dá lugar de fala para a mulher. Oprime mulher, oprime negro... A orientadora dele ainda está lá até hoje, já está aposentada lá e ocupando espaço. E aí, ele embranqueceu. Tem opinião de branco, raramente fala da cultura dele. Quando fala, ele acha que pode ser motivo de chacota, essas coisas, quer se adaptar (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. Ela dispensa, individualmente, quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente constituída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude. Nesse caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros. Daí a interseccionalidade ser útil para perceber onde começa o racismo e onde termina a discriminação regional, a xenofobia e as opressões ressignificadas contextualmente (Akotirene, 2019).

Ainda que tenha alcançado êxito profissional, o professor universitário negro, nordestino, se vê em um lugar de não pertencimento, uma vez que critica seus alunos, com quem tem certa intimidade criada, seguida da depreciação como brincadeira, como se fossem pares. Não se reconhece como negro, não se reconhece como nordestino e não assume seu papel de educador com responsabilidade; ao contrário, utiliza-se de seu poder hierárquico. As falas a seguir trazem mais elementos dessa problemática:

E aí, ele tem uma mania de fazer umas brincadeiras bem inúteis, assim, para mim. [...]. E como ele já é mais influente, tem o título dele, então ele acha que pode fazer isso com todo mundo. Só que comigo não! Comigo não, eu estava falando exatamente disso hoje. Ele ri das características físicas dos outros, é como se fosse... Tipo, não está na hora ali, no horário de almoço, ele fica rindo das características físicas dos outros. Só que aí, um dia, ele estava na minha presença, ele vai fazer isso com outra pessoa. E aí, ele falou que não falaria comigo, porque eu sou muito séria. E eu falei, realmente, comigo não! Comigo você não fala, com outra pessoa você pode até falar (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Eu lembro, assim, com esse professor que eu tive problema no mestrado, ele chegou a fazer algumas piadinhas, sabe? “Ah, é o Fumacinha”, sempre associando com esse negócio da *cannabis* de um jeito pejorativo, sabe? Então, essas coisas assim eu já percebi, sabe? Esse professor que eu falei que era o único que era negro, o apelido dele era Chouriço, porque aqui tem essa tradição dos estudantes ficarem botando apelido nos calores, né, e não sei o quê, e ele foi morador da moradia aqui, o apelido dessa pessoa veio de Chouriço, sabe? [...] existe um problema, realmente, das pessoas não aceitarem que o negro possa conquistar boas coisas. As pessoas incomodam que eu saia na revista, incomodam que venha aqui, isso é nítido, isso é nítido, sabe? Parece que você não merece aquilo ali, se você não fosse digno, né? (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

O que o estudante “Anu” traz nessa fala é a ideia da manutenção do racismo, passando, antes de tudo, pela manutenção de poder, uma hierarquia criada pela branquitude para desumanizar o(a) negro(a). Ele relatou já ter enfrentado dificuldades em relacionamento inter-racial, além de perceber olhares marcados por discriminação e julgamento, que constantemente desvalorizam o par negro, algo que, segundo ele, é nitidamente perceptível em nossa sociedade: “Então, assim, dentro da universidade isso se reproduz, a gente percebe, né? Ninguém fala isso descaradamente, mas no corredor ali a gente vai percebendo que essas coisas acontecem” (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024). Consideramos aqui o chamado “racismo à brasileira” no qual os brasileiros manifestam preconceito, embora neguem tê-lo, um comportamento marcado por sutilezas e disfarçado sob a aparência de cordialidade, humor e pela falácia da democracia racial.

Esse é o trauma do sujeito negro; ele jaz exatamente neste estado de absoluta ‘outridade’ na relação com o sujeito branco. Um círculo infernal: Quando as pessoas gostam de mim, dizem que é apesar da minha cor. Quando não gostam de mim, apontam que não é por causa da minha cor. [...] Parece, portanto, que o trauma de pessoas negras provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o ‘Outra/o’, como diferente, como incompatível, como conflitante, estranho e incomum (Kilomba, 2019, p. 40).

No trecho em questão, Kilomba (2019) discorre sobre o trauma causado pelo racismo, um sofrimento que ultrapassa os limites compreendidos pela psicanálise tradicional. O racismo

pode ser comparado à barbárie no início da civilização humana. Enquanto o homem branco se vê como civilizado, projeta no negro a figura do Outro, o não civilizado. No entanto, esse autoconceito se inverte justamente na barbárie expressa por seu racismo. Em diálogo com essa ideia, podemos trazer o relato do estudante “Pardal”:

No meu programa de pós-graduação, quando eu entrei no meu processo seletivo, estavam lá as pessoas que foram aprovadas no processo seletivo e na frente do nome delas estava escrito bolsista, fecha parênteses, quem passou aí estava como bolsista, ou, sei lá, lista de espera, alguma coisa assim. E nas pessoas que estavam prestando como cotas raciais estava escrito assim, bolsista traço cotista. Então, assim, isso em nenhum edital anterior que eu tinha visto estava especificado isso. E aí quando você vai analisar isso, você pode se colocar num lugar de análise assim, ah, o edital estava lá especificando quem entrou como. Mas só que você vai ver e vai analisar a sociedade como um todo, no fundo não é isso que está sendo colocado, sabe? É muito mais um lugar de falar assim, é o não capaz, é a pessoa que não foi capaz de não ter conhecimento suficiente e entrou como cotas raciais e aí foi essa pessoa (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

No depoimento em questão, fica explícito que o estudante “Pardal” sentiu-se desconfortável com sua identificação como estudante cotista, considerando-a uma marca, já que sua forma de ingresso estava exposta para todos(as). Ele denominou essa situação como “racismo nas entrelinhas”, algo bastante comum, visto que muitos(as) negros(as) não reconhecem as políticas afirmativas como um direito e, muitas vezes, associam seu ingresso à lógica da meritocracia.

#### **4.3 Produção do conhecimento dos(as) estudantes cotistas da pós-graduação da UFV**

Agora, seguimos para a segunda parte da entrevista, que aborda aspectos relacionados à pós-graduação: temáticas e inovação na pesquisa, participação em movimentos étnico-raciais, identidade enquanto estudante cotista e representatividade negra na instituição. Inicialmente, passamos à análise dos dados referentes às temáticas de pesquisa dos(as) estudantes entrevistados(as) da pós-graduação.

A estudante “Coruja” desenvolve uma pesquisa socioeconômica sobre Queijo Minas Artesanal e explicou seu método de trabalho. O seu projeto de pesquisa para o mestrado foi modificado em partes, mantendo o interesse por pesquisar queijos:

A minha pesquisa é sobre Queijo Minas Artesanal. A minha pesquisa é uma pesquisa socioeconômica. Então, a gente trabalha com os produtores de Queijo Minas Artesanal de Minas Gerais por ligação e pelo WhatsApp. Então, assim, isso também dificulta muitas coisas, né? Dificulta muito essa abertura de auxílio deles. Você que tem de prender o produtor ali na ligação, porque, senão, eles não ficam (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024).

A estudante “Beija-flor” explicou que trabalha com um método que também busca aplicação na indústria farmacêutica. Ela fez uma crítica ao Departamento das Ciências Agrárias, onde estuda, sugerindo que poderia haver maior diversificação nas pesquisas e nos métodos adotados:

Basicamente, é o estudo dessa praga do milho com as sementes. É uma praga, citóforos do milho, é o gorgulho do milho, é uma praga. [...] quando eu cheguei aqui, o meu senso crítico atçou, sabe? Porque só trabalha com a mesma forma de controle para tudo. Como se fosse a única alternativa. Eu acho extremamente limitado. Produz resultados e não faz pesquisa, porque é sempre trabalhando com óleos, óleos, óleos, óleos, a mesma coisa... (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

O estudante “Anu” pesquisa *Cannabis*, uma planta criminalizada especialmente por questões raciais, no passado e no presente. Desde a adolescência estuda esse tema. Na Geografia, ele já tinha proposto alguns trabalhos nesse sentido, conforme relatou: “Então, eu acho que tem uns 20 anos que eu leio sobre o assunto, assim, que eu tenho focado a minha formação acadêmica mesmo, uns 10 anos já” (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024). E ele destacou também:

Eu já saí na capa da Grupo Rural. Foi em São Paulo. Ganhou uma repercussão muito grande! E depois disso, outros estudantes começaram a querer trabalhar com isso e eu vi como mudou a coisa. Um estudante branco que vê como é que a coisa é mais fácil dependendo de quem está propondo trabalhar com aquele assunto. Então, isso a gente vai percebendo. Como é que para uns a coisa parece que é muito mais fácil, que a Universidade está bem solícita, e que para outros a coisa não é tão bem vista (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

No trecho explicitado, o estudante “Anu” falou da desigualdade de tratamento que vivenciou em sua pesquisa sobre *Cannabis*, em comparação ao que observou com estudantes brancos que passaram a se interessar pela mesma temática. Esse caso nos remete ao conceito de “Outridade”, discutido por Kilomba (2019), segundo o qual o nós é perfeito, e “eles” são “os outros”, o diferente, o avesso de tudo que é branco, bom, ideal, moral, ético e generoso. Nesse sentido, Huston (2010, p. 67) destaca: “O nós instaura e se reforça pela narrativa do passado coletivo, pela memória, ou seja, pelas ficções. O orgulho é o laço, a ligação. Todos nós se esforça para ser orgulhoso do que é; é necessário para a tranquilidade e a segurança dos eu que o compõem”. Ao perceber a notoriedade da temática de pesquisa, novos olhares passaram a cobiçar o prestígio recebido pelo estudante “Anu”, ao reconhecerem seu caráter inovador no país, como se observa a seguir:

Então, às vezes já chegou o caso de que o professor falou assim: “olha, eu quero que você pare com essa linha de pesquisa, que eu vou passar para esse outro aluno que está chegando aqui agora que brotou do nada”. E aí a gente começa a perceber, olha, quem que é essa pessoa? Por que para esse pode e para o outro não pode? Ou por que não pode ser todo mundo junto? Então, são coisas que realmente, eu acho que é bem marcante. Esse é o corporativismo, né! Eu trabalho com Cannabis. Então, pesquisa... O objetivo principal é desenvolver plantas de *Cannabis* adaptadas ao clima brasileiro para que a gente possa fornecer essas plantas tanto para fins medicinais quanto para produção de roupa, tecido, fibras. Enfim, os diversos usos que a planta tem. É um tema que é muito polêmico. Tem toda uma questão moral envolvida nisso por ser um departamento de Agronomia que é muito conservador. Então, isso causa um impacto ainda maior, né? Existe toda uma questão do racismo em cima disso, porque Cannabis já está associado, parece que é coisa de negro, coisa de preto, coisa de pobre, coisa de favela (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

Atualmente, a população brasileira assiste, atônita, à violência contra o negro, jovem de periferia, vítima do racismo estrutural. Além do considerável número de homicídios, a violência psicológica sofrida por esse grupo vem delineando um perfil de país altamente racista (Paes Manso, 2020). Em seu relato, o estudante “Anu” destacou que:

Então, isso não tem como dissociar. Eu acho que o meu estereótipo já traz mais isso, ainda vem o Rastafári aqui falar de maconha dentro do departamento [...]. Então, não foi fácil esse início. Mas eu acho que depois que eles viram que o trabalho era sério, eu não precisei esconder do que era. Então, minha seleção ao mestrado foi já falando que eu queria trabalhar com isso. No doutorado também foi falando que era para trabalhar com isso. Mas eu percebo que existe um.... Até hoje a gente tem dificuldade com alguns professores que acham que o tema não é sério. A gente não consegue muito aprovar projetos de pesquisa para ter recurso, porque o tema é polêmico ainda. Então, tem uma certa dificuldade. E eu percebo que depois que eu comecei esse trabalho, que a coisa ganhou, eu cheguei até na Nature. A Nature veio aqui e tirou foto da minha pesquisa falando que eu estava começando aqui no Brasil, que era uma pesquisa muito importante (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

Nesse sentido, ele segue resistindo desde o início. O estudante tem consciência de sua identidade de negro “Rastafári”, como ele mesmo se define, além do racismo sofrido durante todo o processo de sua pesquisa enquanto mestrando e, agora, como doutorando. A temática é polêmica, porque a planta pesquisada é socialmente discriminada. Seu reconhecimento nacional, a partir de reportagens em revista e programa que divulgaram sua pesquisa, certamente o fortalece a continuar resistindo, apesar das adversidades, do preconceito, da discriminação, enfim, do racismo que incide sobre ele e sobre sua temática de pós-graduação. Ele explicou como se desenvolve sua pesquisa:

Ela como planta, eu trabalho assim, qual é o potencial dessa planta, quanto que ela pode produzir, aonde que ela pode produzir, o que a gente pode fazer para ela produzir mais, produzir melhor, com menos gasto, é bem técnico ali da planta, a minha linha de pesquisa (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

A estudante “Arara-azul” analisa relatos de mulheres envolvidas na integração avícola, que prestam serviços a uma grande indústria da região, inseridas em um sistema de dupla exploração: pela empresa contratante e por seus próprios maridos, titulares dos contratos firmados. Em casos envolvendo ruralistas de algumas cidades da Zona da Mata mineira, a estudante relatou ter ouvido dos homens que suas esposas apenas os “ajudam”, embora elas expressem o desejo de serem reconhecidas como trabalhadoras:

[...] mulheres na agroindústria avícola, fazendo uma revisão aí de literatura, as mulheres da agroindústria têm um trabalho muito intenso, elas são praticamente invisibilizadas, o trabalho que elas têm, mas é um trabalho importantíssimo, só que pelos processos e dinâmicas que acontecem dentro das agroindústrias, elas tanto estão sendo invisibilizadas quanto a própria agroindústria está, vamos dizer assim, expulsando, terminando o contrato com esses tipos de agricultores que são os puros, os chamados agricultores familiares [...] (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

O trabalho de escuta realizado por “Arara-azul” com as trabalhadoras do sistema de integração avícola revela jornadas de quinze horas por dia, em um trabalho exaustivo e contínuo na granja. Apesar disso, essas mulheres são invisibilizadas tanto pela empresa contratante quanto pelos próprios maridos, titulares dos contratos, que resistem em reconhecer o valor de seus trabalhos, reduzindo tamanha dedicação à condição de mera “ajuda”. Segundo “Arara-azul”, as entrevistadas relataram situações em que precisaram priorizar o trabalho em detrimento de suas vidas privadas, como deixar de comparecer a velórios de familiares ou negligenciar cuidados com a própria saúde física e mental. Muitas afirmaram sofrer de depressão e/ou ansiedade. A pesquisa se destaca por reconhecer a desvalorização e a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, tanto no contexto familiar quanto no profissional. Além disso, evidencia que são trabalhadoras do sistema de integração, mas mantêm um perfil do campesinato, destacando a subjetividade feminina neste aspecto. De acordo “Arara-azul”:

[...] para ser a agricultura familiar tem que ter essa importância e essa expressão do trabalho dessas mulheres muito claro né, tem que ter essa valorização porque o sistema hegemônico, o sistema do agronegócio ele quer invisibilizar essas vidas, essas dinâmicas, né, como se elas não, realmente não existissem, tanto é que não tem relatos delas dessa campesinidade que aí eu venho trazendo, o conceito aí de Van der Ploeg, aí eu venho trazendo conceitos aí mais das leituras que eu fiz né, durante a pós e essa campesinidade. Essa condição camponesa dessas mulheres, na verdade ela é atravessada pelo papel, pela vida das mulheres, tem que ter essa valorização porque senão a gente está falando aí de um sistema que é totalmente, economicista e financeiro visando somente o trabalho masculino que é o mais visibilizado (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

A estudante “Arara-azul” construiu três instrumentos de pesquisa. O primeiro foi um mapeamento étnico, com o objetivo de identificar os espaços predominantemente ocupados por mulheres e por homens dentro da propriedade e da localidade familiar. O segundo instrumento foi uma caminhada transversal e o terceiro foi a observação participantes e entrevista, conforme explicou:

Eu fazia algumas anotações nessa caminhada, era para conhecer o sistema da família, os cultivos e tudo para entender também outras formas de renda daquela família, porque, às vezes, eles falavam que era só a parte da granja que dava renda, mas eu vejo, tinha várias outras coisas ali, como, tipo: venda de banana ou uma venda para feira, enfim, algum consórcio ali que eles tinham renda também para fazer. O terceiro instrumento que eu tinha colocado, não só observação participante, mas era uma entrevista com perguntas, que quase meu questionário hoje já não é um questionário estruturado, mas semiestruturado em si, porque foram muitas perguntas que eu ia fazendo [...] (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

No que se refere às temáticas étnico-raciais e de gênero, as estudantes “Coruja” e “Beija-flor”, ambas da pós-graduação, não participam de grupos de pesquisa ou de estudo voltados para essas questões. A estudante “Coruja” explicou que as linhas de pesquisa do seu programa de mestrado não contemplam interseções com essas temáticas. Além disso, ela não integra grupos acadêmicos com esse foco, nem possui publicações relacionadas ao assunto. Ressaltou, ainda, que não há docentes negros(as) em seu departamento, tampouco professores que discutam ou orientem pesquisas voltadas às questões raciais ou de gênero. De forma semelhante, a estudante “Beija-flor” afirmou que seu projeto de pesquisa não contribui para os estudos raciais. Em seu programa, não há disciplinas ou aulas que abordem tais temas, e há apenas um professor negro. Ela lembrou que, no Ensino Médio, havia uma presença mais significativa de professoras negras, realidade que também foi parcialmente observada durante a graduação. Os relatos a seguir ilustram essa discussão.

Não, não aborda. A minha temática... porque na área de inspeção você tem três linhas de pesquisa principais. Então, uma é bactérias ácido-láticas, uma é resistência a antimicrobianos, e uma é patógeno. Se eu não me engano, são essas três. Bem específicas. Então, assim, durante as perguntas, a gente... eu perguntei muito aos produtores, questões econômicas deles, assim, até que econômica nem tanto, mas características de produção a gente perguntou bastante e se recebem algum auxílio ou não, de profissionais, no caso. Mas, assim, questões raciais a gente não abordou, não (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Aqui, não. Eu nunca nem ouvi falar. Nunca tive acesso. Eu tive acesso quando você me chamou para essa entrevista. Bom, até hoje eu não tinha tido conhecimento disso aqui na UFV, desse um ano e meio que eu estou aqui. Inclusive, esse ano teve o simpósio da pós-graduação, só que essa temática não foi votada. Falaram de alunos estrangeiros, mas não teve questões raciais. Teve questões de internacionalização,

essas coisas, mas não teve questões raciais, nem de gênero (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

O estudante “Pardal” afirmou que não há nenhuma disciplina relacionada às questões de gênero ou raciais em seu programa, o que, em sua avaliação, é um reflexo de não ter professores e professoras negras no corpo docente:

Diretamente no meu laboratório não tem. Não tem nenhuma pessoa negra que está lá no meu laboratório. E dentro do meu doutorado eu não sei te especificar, assim, se as pessoas que talvez poderiam ser colocadas como negras, entendendo-se como pardas, se elas se reconhecem como pessoas negras, assim. Então, hoje, apesar disso, a resposta que eu posso te dizer é que talvez 90% das pessoas são pessoas brancas. Então, assim, se não for 100%, né? (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

No excerto acima, é possível observar que, embora desejasse, “Pardal” não possui informações sobre quais são as pessoas negras que ingressaram por meio das cotas raciais em seu programa, pois percebe que são pouquíssimos e não tem acesso a esses dados. Ele estima que sejam, no máximo, duas ou três pessoas. De fato, sua percepção se confirma: apenas três estudantes do seu programa responderam ao questionário indicando ingresso por cotas, incluindo ele, o único que se dispôs a colaborar com a nossa pesquisa.

Carine (2023) reflete sobre o descaso e o desinteresse, por parte da comunidade acadêmica e da comunidade científica em geral, em tratar da Educação para as relações étnico-raciais e das pesquisas que abordam as condições da população negra no mundo. Destaca, sobretudo, as questões educacionais e de representatividade numa possível perspectiva de descolonização e emancipação:

Eu achava que apenas a universidade em que estudei tinha esta problemática, mas é uma ferida ontológica na academia ocidental, uma ferida que desconsidera por completo a existência de intelectuais negros e negras. A academia brasileira sempre tratou o corpo negro como objeto de estudo, mas nunca como procedentes dele. [...] os conhecimentos africanos também são clássicos e devem estar presentes nos currículos escolares, tensionando a perspectiva eurocentrada, pouco problematizada nessa área (Carine, 2023, p. 123-124).

A pesquisa do estudante “Pardal” não aborda questões étnico-raciais e de gênero, o que o entrevistado considera como um desafio e que precisa ser repensado. “É puramente ecologia”, respondeu. Teve experiência com ODU, movimento negro ao qual se referiu, mas no momento está afastado.

Além da temática de pesquisa dos(as) entrevistados(as), interessa-nos compreender o cotidiano de suas atividades acadêmicas, incluindo as rotinas, os espaços institucionais e as

dinâmicas do fazer científico. Sobre esse aspecto, a estudante “Coruja” compartilhou sua experiência:

Eu trabalho mais de casa, graças a Deus! A minha pesquisa foi uma pesquisa epidemiológica. Então, eu apliquei questionários através de ligação. Eu liguei para alguns produtores para eu poder aplicar esses questionários. Então, eu fiquei quatro, três meses ligando dia e noite para o produtor para poder conseguir esses questionários, aplicar esses questionários e obter esses dados. E aí, depois desse tempo, eu mexi com planilha. [...]. Agora também o doutorando, que também tem parte nessa pesquisa, eu estou ajudando ele, ligando para poder marcar as coletas dos queijos. Então, eu faço muita coisa de casa. Acaba que eu mal vou pra UFV, assim. Eu ia muito no período de disciplinas, mas agora não tenho necessidade mais, não (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024).

A estudante “Beija-flor”, atualmente em seu segundo ano de pesquisa, afirmou que tem passado grande parte do tempo no laboratório da UFV, inclusive durante feriados e finais de semana, devido à necessidade de acompanhar experimentos contínuos:

Meu projeto em si, estou fazendo controle de citófilos, um inseto de ovos de citófilos em sementes de milho. Aí, quando a gente vai fazer as análises, são sete dias contínuos, mais uma semana de análise. Sete dias eu indo lá, olhar todo santo dia, quantas sementes ele perdia, e mais sete dias, medindo o comprimento, fazendo a coletividade elétrica, essas coisas. E aí, também tem o período de armazenagem, que é 180 dias. Vários meses contínuos, eu tenho que fazer as mesmas análises a cada 45 dias. Fica seis meses na celágica. Muitos dados, e a cada análise, são mais ou menos 4 mil dados. No final, mais ou menos, eu vou ter que fazer uma estatística de 30 mil dados, para ter os resultados. Um experimento bem longo, quase um experimento de doutorado (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

Os(as) participantes da pesquisa relatada no trecho anteriormente explícito fazem cooperação entre si, dividindo as tarefas. A estudante “Beija-flor” é a única mulher nesse grupo e percebe sexismo por parte dos colegas, pois a consideram incapaz de “rodar a estatística”, trabalho visto por eles como “masculino”, pois envolve conhecimentos na área de informática. Por outro lado, as tarefas mais minuciosas, como a observação detalhada da planta nos prazos específicos, acabam ficando sob sua responsabilidade. Além disso, a questão do trabalho e da renda ressurge nesta etapa da pesquisa, conforme evidencia o relato a seguir:

Aqui tem essa limitação, né? A gente tem que voltar realmente só a estudar, porque a oportunidade universitária é bem limitada. E tem orientação que também o orientador não permite, para ele não é a realidade. O que, para mim, é muito ruim, porque eu conseguiria conciliar e, às vezes, eu paro assim, penso que eu não estou me envolvendo em nada. Só estou voltada realmente para pós-graduação. Sendo que eu poderia estar associando as duas coisas. [...]. Aqui a gente fica só voltada para isso. Vai ali no departamento, faz o seu experimento, fica o dia inteiro, às vezes, nem fazendo nada, produzindo nada, porque você tem que esperar resultados das coisas. E aí eu acho muito limitado. Aqui em Viçosa é limitado, porque aqui é muito distante.

Ainda mais para nossa área das Agrárias. Eu vejo a maior oportunidade mais ali para o centro-oeste, para cima do Brasil, não para cá (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A estudante “Beija-flor” destacou que poderia conciliar o trabalho com a pesquisa, uma vez que seus experimentos exigem prazos médios a longos para serem conduzidos. No entanto, afirmou não visualizar essa possibilidade em Viçosa, a não ser por meio de vínculos com a própria universidade. Ainda assim, reconhece que muitos orientadores não veem com bons olhos o exercício de atividade remunerada por pós-graduandos, o que considerou lamentável.

Passamos agora a relatar um fator importante na vida do estudante de pós-graduação: a relação com colegas e orientador(a). A estudante “Arara-azul” contou com a compreensão da sua orientadora, que recentemente também se tornou mãe. No entanto, acredita que a pressão que sofreu foi em decorrência das exigências do programa de pós-graduação da área de Ciências Agrárias, cuja avaliação externa apresenta conceitos elevados, superiores ao conceito cinco. Segundo a estudante, a realidade da maternidade foi desconsiderada, e os próprios colegas a pressionaram a desistir do curso, mascarando atitudes sexistas sob a justificativa de critérios técnicos e avaliativos, supostamente neutros e universais. Entre os argumentos, destacava-se a necessidade de cumprimento dos prazos de conclusão, sob o risco de comprometimento da nota do programa, caso houvesse atrasos recorrentes. O relato a seguir explicita essa situação:

Eu não coloco tanta culpa na minha coordenação, é o sistema geral em si e a coordenação sempre frisa que a gente precisa de produtividade até porque um programa é nota cinco, né, então um conceito quando a gente quer a gente quer aumentar o conceito e então busca-se muito que os estudantes têm uma boa produtividade de artigos e eu não consigo ter essa produtividade desejada, né, então isso me deixa um pouco, me deixa frustrada, angustiada [...]. E aí com essa dinâmica de que é um trabalho mais solitário essa parte de escrever de pesquisa e tudo, realmente...[...] conversei com a minha orientadora sobre isso, passou por minha vontade de desistir do doutorado e, por mais que, assim, eu queria muito, sempre quis muito fazer o doutorado! (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

Após resistir às dificuldades pessoais, às pressões institucionais e com apoio da orientação para concluir o doutorado, a estudante “Arara-azul” sente-se amparada em sua condição de estudante-mãe atípica e mãe de recém-nascida:

Ela é bem flexível com isso e agora realmente, todas as últimas conversas que eu tive com a minha orientadora são todas online, então é muito quando eu demando. Por exemplo, ela não estabelece um prazo, uma reunião fixa toda semana não, é muito quando a gente tem a demanda (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

A estudante “Coruja” relatou manter uma boa relação de parceria com os colegas, especialmente com o pós-doutorando que acompanha sua pesquisa. Contudo, apontou situações contraditórias em sua relação com o orientador, um professor branco, com quem parece ter uma relação ambígua:

Aí, ano passado, no meu segundo ano, no segundo semestre, eu perdi o meu pai. Então, foi um momento muito difícil, assim, de lidar. Mas eu sou muito grata por ter tido e por ter um orientador que, embora ele tenha aquela cara de duro dele, às vezes ele é mesmo, ele foi muito humano no meu momento de luto e muito acolhedor também. Então, assim, no momento de definição de pesquisa, de projeto, de pesquisa, ter isso foi muito importante (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Entre uma experiência favorável na relação com o orientador branco e outra desfavorável, a estudante “Coruja” busca equilibrar seus sentimentos e, assim, continuar resistindo. Em alguns momentos, o percebe como uma figura acolhedora, quase paterna; em outros, como um obstáculo, especialmente quando relatou que ele queria transferir o mérito de seu esforço para outra estudante, uma colega branca:

Eu não tenho nada a reclamar do meu orientador. Só teve uma questão que eu fiquei um pouco... assim, é uma questão que me deixou muito mal, me deixou muito ansiosa e me causou um certo mal no mês de maio agora que ele queria colocar uma menina que não fez nada para poder ser a primeira autora do meu primeiro resumo. Então, isso me deixou muito mal. Mas, eu não deixei! [...], mas, como é uma pessoa que realmente não me ajudou durante o processo de escrita, eu não queria fazer isso por ela. E, assim, ele entendeu (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Ao analisar a relação com seu professor orientador, homem, branco, de orientação heterossexual, com estabilidade profissional, que é quem hierarquicamente determina, toma decisões, fica notório o assédio para fazer com que outra estudante se beneficiasse de seu trabalho. Apesar disso, a estudante “Coruja” ainda demonstra uma postura de defesa em relação ao professor, como revela em sua fala:

Ele é uma pessoa que, assim, ele é meio autoritário às vezes, tem que saber lidar com o jeitinho dele, sabe.... É uma pessoa que, às vezes, não sabe usar a educação básica de bom dia, boa tarde, por favor, obrigado, mas também não te trata mal. Não é aquela pessoa que humilha. Não é aquela pessoa que te coloca debaixo do cachorro, ele te trata cordialmente e com a educação sem utilizar o bom dia, boa tarde, por favor, obrigado, mas é uma pessoa bacana. Eu gosto dele. E eu gosto do fato de poder passar para o doutorado com ele também. Eu gosto muito dele, sério mesmo! Muita gente reclama dele por causa do jeito dele, porque a gente não sabe lidar muito com pessoas com o jeito mais fechado, né? Mas.... Eu não tenho que reclamar dele, não! (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Kilomba (2019) pondera que a ambivalência é o sentimento de amor e ódio pelo sujeito branco, de confiança e desconfiança, nojo e esperança. Por fim, descolonizar o eu é tornar-se sujeito: sair da condição de objeto, daquele que apenas atrai olhares, que é visto como não humano, exótico, primitivo ou alienado, para alcançar uma posição emancipatória por meio do autorreconhecimento e da identificação com a negritude. É nesse lugar de encontro com o verdadeiro eu, em vez de permanecer constantemente no lugar do(a) “Outro(a)”, que o(a) negro(a) pode se tornar sujeito de si, descolonizando-se. Nesse contexto, perguntei à estudante “Coruja” se a “menina” a quem se referia era uma estudante branca. Ela respondeu:

Filha de alemão, praticamente! Branca, cabelo liso. [...] porque se fosse uma menina negra no lugar dessa menina, será que teria os mesmos critérios? [...]. Essa menina aqui, da questão que está dando problema, né? Cara.... Ela tem muito, muito... Além de ser branca, loira de cabelão, olho claro... Corpo de modelo.... Então, assim, o tanto de privilégio.... Esses são os primeiros, sabe? Então, não é uma coisa dessa que a gente tem que ficar vivenciando (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

As várias formas de privilégios da estudante branca provocam na alma a estudante “Coruja”, a ponto de ela precisar verbalizar a ambivalência pela tentativa do seu orientador em apoiar essa estudante, usando, a princípio, seus próprios dados obtidos em exaustivo trabalho de contato via meios eletrônicos, com diversos produtores rurais para obtê-los. Ainda assim, ela atendeu ao pedido do orientador e cedeu os dados obtidos inicialmente. A estudante branca se manteve na dupla para desenvolver o trabalho juntas, mas não o fez, não demonstrou interesse em realizar, não era justo que ela ficasse como primeira autora do resumo, como pretendeu o orientador, que é o mesmo professor da estudante branca na graduação. Ou seja, se a estudante “Coruja” cedesse novamente, a estudante branca só teria vantagens, pois não colaborou em nada no seu trabalho. Refletimos sobre os privilégios e cumplicidade da branquitude e a negação das negritudes, o que caracteriza o epistemicídio. A matriz de poder colonial usa o olhar ocidental para estigmatizar, a partir do julgamento sobre a aparência física, e assim justificar explorações em diversos âmbitos, por meio da depreciação de uma raça para valorização de outra. Neste sentido, Akotirene (2019) segmenta as dimensões do racismo, no estereótipo da estética do corpo, como racismo estético. Ainda nessa perspectiva, Veiga (2019) profere:

O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente. Racismo, machismo, lgbtfobia são produtos da máquina colonial de produção de subjetividade, produtos que operam um corte na realidade e que dividem o mundo num arranjo que compõe quem exerce violência e quem a sofre. Opressão

do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do cis sobre a(o) trans, do hétero sobre o homossexual. Este mundo tal como o conhecemos se funda na violência (Veiga, 2019, p. 244).

No caso exposto, as estudantes sequer eram colegas de mestrado. Ficou óbvio que o orientador tentou apoiá-la para que ela obtivesse êxito, mesmo que às custas da estudante cotista, e de toda forma possível, pois percebe-se que ele insistiu, até o momento da publicação do trabalho, em dar vantagens à estudante branca. Suponhamos que ela tivesse colaborado no resumo, o que não aconteceu, ainda assim, merecia ela, uma estudante da graduação, com mais tempo para correr atrás das produções, ter preferência na primeira autoria sobre a estudante cotista, pesquisadora do tema e já concluindo o mestrado? Dessa forma, fica clara a tentativa de privilegiar a estudante branca em detrimento da outra estudante.

Ao falar sobre a relação com orientador(a), a estudante “Beija-flor” enfatizou:

Eu não sei se sou a primeira pessoa a falar aqui hoje, mas falar com o orientador é difícil. O meu, particularmente, é muito difícil! Ele é uma pessoa, não sei se ele tem lá o que de bipolaridade, mas devia ter, porque um dia ele está mil e um maravilhas, ele fala com você corretamente, outro dia ele te liga para gritar contigo no telefone, falando que você não está entendendo nada. E ele, minha filha, você não está entendendo nada. Como é que você fez? Gritando mesmo, como se eu fosse uma moleca. Ele não consegue ver a gente como realmente pesquisador. [...] Não consegue respeitar a gente como pesquisador (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Ela reclamou do seu orientador, da sua inconstância, tratando-a com desrespeito em muitos momentos, além do pouco acesso para atendê-la. Temos aqui mais um caso de assédio, descrédito, abuso do poder hierárquico da posição de professor e orientador sobre a estudante de mestrado.

No que confere à relação com os(as) colegas, a estudante “Beija-flor” destacou: “Agora, com os meus colegas, como a gente fala que está no mesmo barco, Titanic, então é tranquilo. Eu consigo ter uma conciliação com todos os meus colegas. Falar com eles, sair com eles, fora do ambiente de laboratório, eu consigo” (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024). Ela afirmou ter uma boa relação com os(as) colegas do curso e comentou sobre a presença minoritária de mulheres na área: “Desde a graduação é isso. A maioria é homem, a minoria é mulher. Eu falo que o meu desafio é ter nascido preta, mulher e ainda ter ido para área das Agrárias. Esses são os meus desafios. É difícil!” (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A desvalorização de produções científicas por vieses sexistas e racistas é um processo notório no meio acadêmico, reflexo de uma sociedade patriarcal e racista. hooks (1995, p. 13)

admite que a valorização e o reconhecimento dos intelectuais negros pode vir “[...] de um contra-sistema hegemônico de legitimação e valorização que em conjunção com a obra que fazemos em instituições ou como uma alternativa a ela pode legitimar e apoiar nosso trabalho”. Diante do exposto, compreendemos que a raça constitui uma categoria de análise fundamental, mas que não deve ser tomada isoladamente. Outras categorias, como gênero e classe, também devem ser consideradas em estudos de caráter interseccional, ampliando as possibilidades de compreensão das múltiplas opressões.

O estudante “Anu” criticou a dinâmica de orientação em seu departamento e chamou atenção para o descaso dos(as) professores(as) orientadores(as):

Eu tenho um orientador e uma orientadora. [...], mas sempre que eu os procuro, eles são solícitos em me atender dentro do prazo possível. Mas, assim, eu vejo que ainda existe essa distância, sabe? De estar lá no experimento, às vezes, de acompanhar o que está acontecendo um pouco no dia a dia. Eu sinto que a pós-graduação poderia avançar muito se eu tivesse esse trabalho mais próximo do orientador com o orientando dele mais constantemente, não só naqueles momentos pontuais. [...]. Então, também, assim, eu entendo que mesmo aquele professor que tem um interesse, ele tem uma certa dificuldade por conta da situação, da infraestrutura, do contexto todo que não favoreça, mas tem muito professor que não está nem aí para isso, a verdade é essa! (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

Esse é um desabafo sobre a efetividade de orientação de alguns professores. O estudante “Anu” considera que a orientação poderia ser mais próxima dos graduandos que se interessam pelo projeto e participam timidamente, especialmente nos casos em que os(as) orientadores(as) são os(as) mesmos(as) da pós-graduação. Ele também relatou suas dificuldades quanto à orientação no início, por acreditar/perceber que sua pesquisa estava sendo disputada entre alguns professores do programa:

Parece que um estudante não pode ser a pessoa que está à frente da coisa, sempre tem que ter um padrinho, né? Alguém que vai levar a fama, que vai assinar a placa, que vai sair na foto, parece que nunca pode ser o estudante. E isso gerou uma briga interna, assim, quando eu vi, eu estava no meio de um turbilhão de professores, cada um querendo puxar para o seu lado a coisa e, no final, quando fica essa briga de ego e todo mundo quer se dar uma coisa que eles mesmo não colocam a mão para fazer, então, acho que complica um pouco mais a situação. E vejo que, pelo menos assim, lá no CCA, isso é uma coisa que está muito distante da UFV verificar como é que é essa relação, sabe? Existe uma cobrança muito grande para o aluno, que tem que cumprir um monte de coisa, mas a gente não vê nenhum controle de como é que o orientador está agindo, o que o orientador está fazendo, se o orientador foi lá fazer o experimento, se ele corrigiu o meu trabalho, se ele deu texto para ler, me indicou alguma coisa, ninguém está controlando muito a qualidade da orientação (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

Grave é a denúncia do estudante “Anu”. O corporativismo entre colegas docentes, ao qual se refere, é o que entendemos como cumplicidade entre os pares, pois ele argumentou que

a omissão na orientação, por parte de muitos professores, não é rara no programa. Dessa forma, estabelece-se uma desigualdade na divisão do trabalho na produção da pesquisa, considerando que orientador e orientando são autores e, portanto, igualmente responsáveis pelo teor do trabalho desenvolvido:

O coordenador do programa “está passando pano” na situação de má qualidade de orientação na pós-graduação. “Eu acho que existe aquele idioma de compadre ali, sabe? Todo mundo é colega de trabalho, como é que você vai falar que o cara que tem não sei quantos anos de casa na UFV existe um tanto de aluno que está insatisfeito com ele. Eu acho que existe muito isso, assim, porque, por exemplo, desse orientador no mestrado, eu já escutei inúmeras pessoas reclamando a mesma coisa, então não é novidade para ninguém. Um orientador que não aparece no dia do seminário do próprio aluno, não é só o meu, né, de vários estudantes de prática, o que que o estudante está apresentando para o departamento todo, então, não é uma coisa que só a gente percebe. Mas existe uma política de não olhar para isso que dentro da UFV parece ser um corporativismo muito grande da UFV. Se eu tivesse que tirar um resumo desses meus anos de experiência na UFV, eu ia falar que esse corporativismo estraga a universidade pública. Faz uma gastação de dinheiro à toa e uma ineficiência no fim das contas para manter cargo, para aposentar com esse e aquele cargo acumulado e aquela diretoria e aquele outro... (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

Investigamos sobre participação em algum movimento social, movimento negro, movimentos coletivos, grupos identitários ou étnicos. Sobre esse aspecto, o estudante “Pardal” explicou:

Sempre tive esse olhar, esse pensamento da coletivização e das lutas sociais, assim, então, nos últimos tempos, também, eu participo de um coletivo de pessoas negras na pós-graduação que se chama ODU, O-D-U. [...] que é um coletivo negro na pós-graduação, têm pessoas também que vieram desse núcleo, eu acho que se formou o grupo a partir dessas pessoas, mas só que tem pessoas também que moram, são professores nos Estados Unidos, professores aqui na Alemanha, outras pessoas, professores na UFRJ, então, dentro desse grupo, tem um grupo de extensão que é tocado por uma das participantes lá, que faz um trabalho em uma escola no Rio de Janeiro, e também tem outras frentes que estão tentando expandir essa discussão sobre negros e negras na pós-graduação internacionalmente, e também tentando se inserir nos diretórios acadêmicos, participar mais ativamente do movimento estudantil. Esse grupo tem muitas pessoas da UFRJ, que são mais que tocam esse grupo, mano (Estudante “Pardal”, doutorando do CCB, 2024).

Enquanto outros estudantes não tiveram acesso ou identificação com grupos identitários, o estudante “Pardal” demonstra consciência de sua identidade de homem pardo como homem negro e buscou participar do movimento. Ele explicou que, nesse coletivo, ocorriam discussões sobre identidade, compartilhamento e socialização de experiências, com o objetivo de compreender que muitos dos problemas vivenciados pelos participantes são, na verdade, questões coletivas da comunidade negra. “A identidade é um processo em constante evolução, influenciado pelas formas como somos percebidos e como percebemos a nós mesmos em relação ao mundo ao nosso redor” (Davis, 2016, p. 32).

Akotirene (2019) reconhece que, a partir dos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro estadunidense que repercutiu na América Latina e em todo o mundo, assim como das políticas progressistas do Partido dos Trabalhadores no Brasil, estabeleceu-se uma correlação de forças articuladas na base por intelectuais orgânicos. Isso possibilitou o acesso de estudantes cotistas ao ensino superior e à pós-graduação, entre tantos outros avanços.

Sobre essa questão da participação em algum movimento, a estudante “Coruja” lamentou por não ter participado:

Não, não participei, acredita!? E é um grande arrependimento que eu tenho da minha graduação. Tem um também, por exemplo, que eu fiquei sabendo dele, acho que foi no último período, que é um movimento [...]. Eu acho que ele é um movimento afro... Afro-centrado, eu não sei o nome dele, só sei que muitos estudantes negros vão e muitos estudantes que vêm dos países africanos. Então, assim, eu fiquei sabendo dele muito depois, fiquei sabendo que tem algumas festas dele também. A questão de falta de divulgação, às vezes é falta de interesse pelo tema também, né? Porque o letramento racial, ele chegou muito tarde para algumas pessoas, eu acho que ele chegou muito tarde para mim! E, assim, a gente tem que conseguir algumas coisas, mas é importante procurar também para poder saber de outras. Mas eu não participei de nenhum movimento desse tipo (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A estudante “Coruja” reconhece que a estrutura da nossa sociedade é racista e que, mesmo entre famílias inter-raciais, há pouca identificação com a cultura e corpos afrodescendentes. Assim como traz Carine (2023, p. 125): “[...] vou fazer o movimento de reconstrução da minha identidade e a partir das minhas próprias bases ancestrais. Me constituirei intelectual, a partir do que eu efetivamente sou, não a partir do que fizeram e ainda fazem de mim”. O estudante “Pardal” fala de sua participação em movimento estudantil:

Minha graduação inteira, então, desde 2009 até 2015, eu fiz parte do movimento estudantil, então, eu fazia parte do diretor acadêmico da Biologia na UFU<sub>1</sub>, na época, então, assim, isso foi, eu digo, divisor de águas na minha vida, fazer parte de um coletivo organizado, e ainda mais que era nós por nós mesmos, foi muito importante, então, dentro disso, a gente construiu muitas coisas, por exemplo, o Encontro Nacional Estudante de Biologia, que foi uma coisa muito grande, que a gente discutia educação, então, assim, sempre tive envolvido com isso, e aí, depois, também fiz parte do Partido Político, fui filiado ao PSOL um tempo da minha vida, militei no PSOL, depois, também, saí, desfiliei (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

O Gengibre é sobre questão de gênero e tem uma interseccionalidade com questões raciais. Ele é um projeto grande, ele envolve a UFV, envolve a soft, que é uma organização, Sempre Viva que é do estado de São Paulo, envolve pesquisadoras da França, ele é um megaprojeto! (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

A estudante “Arara-azul” disse que já participou do Projeto “Gengibre”, com foco maior em gênero e na atuação das mulheres no meio rural: “algumas conexões com a parte de

educação popular e que dentro do projeto Gengibre, com outras pesquisadoras da área de Geografia e da área de Educação, a gente fez alguns trabalhos com relação a isso” (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023). Devido ao acúmulo de tarefas, não conseguiu mais acompanhar as reuniões e estudos, passando a participar do “Cuia”: “Estou participando só no da minha orientadora, um projeto de sistemas agroalimentares, não é focado em gênero e, sim, a gente trabalha muito mais a questão das relações de agricultura da natureza, relações econômicas. [...] Raça, não!” (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

A formação da identidade do estudante negro na pós-graduação é construída entre posições e dimensões pessoais, familiares e coletivas, conforme pode ser observado nos relatos seguintes:

E hoje eu vejo que, querendo ou não, é fazer história também, né? É um marco político que está sendo colocado e que, pelo menos, por exemplo, no meu programa, que não tem muito essa tradição, né? E assim, hoje a gente consegue, sei lá, ter hoje, eu que sou um estudante cotista, estar fazendo um doutorado sanduíche, por exemplo, em outro país e tudo mais, isso é um grande avanço, né? É uma grande vitória. É uma grande conquista mesmo, assim, né? Não é uma vitória da batalha por completo, mas é uma conquista muito grande. E assim, pessoalmente e também socialmente (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

No âmbito pessoal, eu sempre almejei, né, vir fazer o mestrado, ter um título de mestre. Claro, para os meus pais, para a minha família [...]. Meu pai, por exemplo, para ele não é muito influente, porque ele não terminou nem o ensino fundamental, então ele desconhece. Não tem ideia do título. Ele não tem noção do valor do que eu faço. Para a minha irmã, minha irmã sempre me apoiou. Minha mãe também, tudo o que eu faço, sempre me apoiou. Mas eu sinto que minha família, para eles, é o quê? Tudo bem? Está conseguindo se sustentar? Está andando com o seu título? Então, para você está ok. Mas, para mim, é uma realização mais pessoal mesmo, ter um título de mestre (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024).

[...] eu vejo o impacto que tem, eu muitas vezes não tenho noção, não tive noção do impacto que tem, do impacto que isso tem, do impacto de ser uma pessoa negra e estar nesse ambiente. Então, assim, quando eu paro para pensar, eu vejo o quanto que isso é importante, quando a gente também vê a questão da representatividade, a gente para poder ver o ambiente que a gente está e vê que, olha, de vinte estudantes, duas são negras, a gente vê o quanto que isso ainda é pequeno, embora não devesse ser, mas o quanto que a minha presença lá ela é importante para poder mudar esse cenário que a gente tem, né, esse cenário que a gente vive. [...] e o fato de eu ter passado de primeiro no mestrado, o fato de eu ter passado de primeiro no doutorado, muitas vezes passa batido para mim. [...]. Minha irmã mesmo, quando eu estava fazendo prova para o doutorado, ela falou, olha, você é a primeira da família, você vai ser doutora, você vai ser a primeira da família, olha o quanto isso é importante! E eu tenho muita dificuldade de reconhecer isso [...] (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

Os estudantes entrevistados reconhecem a importância da política de ações afirmativas como um caminho de reparação histórica coletiva. Mesmo sofrendo discriminação por parte de colegas e de alguns servidores da UFV pelo acesso por cotas, e tendo concorrido ao segundo

mestrado sem reserva de vagas, como relatou a estudante “Coruja”, ela reconhece que para seu primeiro acesso na pós-graduação a política de cotas foi importante. O estudante “Pardal” se sentiu constrangido em ter o termo cotista/bolsista na frente do seu nome divulgado dentre os demais estudantes aprovados no processo seletivo para doutorado, o que considerou discriminatório. Contudo, reconhece seu pioneirismo na família pela oportunidade de fazer o doutorado, utilizando da reserva de vagas desde sua primeira graduação. Para ele, as cotas representam um avanço no agenciamento de estudantes negros(as) nas universidades, especialmente ao considerar as escassas, ou inexistentes, oportunidades de acesso à educação enfrentadas por seus ancestrais, como no caso de sua avó paterna, que era analfabeta. A estudante “Beija-flor” afirmou não ver outra possibilidade de ingresso no sistema educacional. Além do acesso à pós-graduação, a condição de cotista lhe garantiu uma bolsa com valor superior ao padrão normalmente pago pelas agências de fomento, viabilizada por um projeto de valorização de estudantes negros(as) nas universidades federais, vinculado ao processo legal de reparação antirracista relacionado ao complexo empresarial *Carrefour*. O estudante “Anu” também comentou sobre episódios de discriminação por ser cotista, por parte de colegas brancos, o que, segundo ele, não o abalou, em razão de sua consciência quanto à importância das cotas como instrumento de acesso ao estudo e ao trabalho para a população negra no Brasil.

Nos relatos da estudante “Coruja” sobre seus pais e a influência deles na formação da personalidade dos(as) filhos(as), podemos notar que a não valorização por suas conquistas é herança familiar, fruto de uma criação mais rígida, em que os filhos apenas cumprem sua “obrigação” ao ter bons resultados. Ela já havia comentado que sempre obteve ótimos resultados no ensino básico, ou seja, sempre fez sua “obrigação”. Comemorar a conclusão do mestrado lhe parece estranho, por não ser algo da sua vivência, valorizar e ser valorizada, comemorar conquistas, festejar. Sua fala sobre a ausência de autorreconhecimento evidencia que essa dificuldade está diretamente ligada às experiências vividas desde a infância. Ela também destaca o aspecto financeiro como um fator relevante: o título acadêmico, por si só, não garante esse retorno econômico. Na concepção de sua família, o investimento deveria ser direcionado a algo rentável, mais do que à formação acadêmica de longo prazo e sem retorno imediato. A estudante “Coruja” pensa e age da mesma maneira, lutando contra o tempo para realizar sua iminente aprovação em concurso público. Interpretei sua trajetória à luz da canção da banda de hip-hop e rap Charlie Brown Jr.: “Histórias, nossas histórias, dias de luta, dias de glória”. No entanto, a estudante “Coruja” me corrigiu, sorrindo: “Dias de luta, dias de luta, dias de luta, dias de luta... Vai ter dias de glória também!” (Estudante “Coruja”, mestranda no CCA, 2024). A ênfase na repetição da palavra “luta” reforça a intensidade do seu processo de

investimento nos estudos, na busca por se tornar uma profissional bem formada e, em breve, concursada. Essa repetição reflete as inúmeras batalhas enfrentadas em seu percurso, com o objetivo de, enfim, alcançar a glória: conquistar sua emancipação e o merecido reconhecimento.

“Eu vejo que furei o sistema da pós-graduação porque, assim, literalmente não era para eu estar numa pós-graduação, muito menos de doutorado” (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023). A expressão grifada foi utilizada repetidas vezes pela estudante “Arara-azul” ao longo da entrevista. A metáfora por ela empregada é potente e emancipadora: furar o sistema, no sentido de quebrar as regras, é, no mínimo, sinônimo de resistência, prevalecendo o espírito de luta e perseverança. Não por acaso, seu codinome remete a uma ave rara; é a única estudante mãe negra do programa de pós-graduação. Esse pensamento nos remete ao conceito de alteridade, conforme discutido por Santos (2024):

O conceito de alteridade, ao contrário do conceito de vassalagem acadêmica, já se encontra plenamente desenvolvido, sobretudo pelo filósofo lituano Emmanuel Lévinas. Trata-se de um princípio ético-político de acolhimento, de respeito e de valorização do Outro, o diferente. A convivência e a aceitação do pluralismo da sociedade e de ideias, de práticas e de sujeitos da universidade requerem dispositivos conceituais que fundamentem atitudes éticas e políticas que sejam ao mesmo tempo críticas e emancipatórias (Santos, 2024, p. 152).

O estudante “Pardal fez uma análise crítica sobre a representatividade na universidade, especialmente no que diz respeito aos concursos para docentes. Ele apontou que os editais, muitas vezes, estabelecem percentuais tão ínfimos para cotas que nem chegam a contemplar efetivamente uma vaga. Mais do que uma limitação técnica, trata-se de uma regra respaldada por uma política de manutenção do *status quo*, que reserva o mínimo possível para estudantes cotistas. Essa é uma realidade quase unânime no panorama nacional, como já discutido. Sobre esse ponto, o estudante destacou:

Até uma coisa que eu estava te falando que tem uma discussão que foi feita no programa de pós-graduação, porque é essa questão de cotas, né? Porque hoje o CEPE, né, ele estabelece que é de 20% a 50%, ficando a cargo de cada departamento para fazer a escolha, né, da porcentagem de vagas reservadas para cotas. E hoje, atualmente, o CCA fez a escolha de 20%, que é o mínimo. Porém, esse mínimo, quando essa política que está sendo adotada lá, quando não atinge 1%, se dá [...] Quando não atinge uma vaga, que dá, sei lá, 0,6 ou 0,8, o cálculo é feito para baixo, né? Que, para mim, isso é muito mais uma calculadora de uma visão política da sociedade do que uma calculadora baseada em números (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

Seguimos para a segunda e última parte da entrevista, que trata especificamente da pós-graduação com foco nos projetos e agendas de pesquisa. Também serão abordadas questões

relacionadas à representatividade docente, especialmente de professores(as) negros(as), e à identificação de outras pessoas negras entre os(as) colegas de grupo. O primeiro relato apresentado sobre essa temática será o da estudante “Beija-flor”, conforme apresentamos a seguir:

Dos colegas, sim, porque muita gente do meu departamento é dos países africanos. Essas pessoas que eu consigo ir para as festas e me divertir são estrangeiros. E os que são brasileiros, eles são da região norte e nordeste. Então, eles também são pessoas que se identificam com preto, pardo. Tem uma menina, inclusive, que é... Uma coisa mais legal que eu estou fazendo esses dias é ela me ajudar e me contando as lendas da Amazônia, entendeu? Porque ela é de lá. É muito gostoso estar nesse ambiente, nessas horas, porque eu consigo ter contato com a cultura de todo mundo. Principalmente com essa cultura que é bem diversa. Aqui eu estou tendo muito mais contato com as pessoas do norte, entendeu? Assim, para mim é divino! [...]. A cultura deles é incrível, as lendas, a comida. Eu falo que depois que eu terminar a pós, eu tenho que fazer um expresso para o Pará (Estudante “Beija-flor”, mestranda no CCA, 2024, grifo nosso).

A estudante “Beija-flor” fez esse relato sobre sua interação com pessoas de regiões como norte e nordeste. É interessante destacar que, com base em sua fala, embora sejam poucas pessoas que se identificam como negras e pardas, há um sentimento de acolhimento mútuo quando se encontram.

O estudante “Anu” não participa de nenhum grupo de pesquisa cujo foco sejam as questões raciais ou de gênero. Atualmente, não tem nenhum professor negro. “Já tive. O único professor negro que eu tive era o professor de propagação vegetativa, inclusive foi um professor que sempre me deu muito apoio, talvez por essa identificação da minha pesquisa. Professora negra nem deve ter” (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024). Esse foi o único professor negro que teve na Agronomia. Sobre as temáticas étnico-raciais no curso, ele reflete: “E eu acho, assim, o que chega mais perto disso é quando a gente vai lá para Extensão Rural, eu acho que flerta um pouco com essa parte da Filosofia, sabe? Assim, rapidamente, pelo menos quando eu fiz, mas não tem essa discussão, assim, passa muito longe, né, das Agrárias ali” (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024). Ainda assim, o entrevistado “Anu” destacou que enxerga uma intersecção entre as questões étnico-raciais com sua pesquisa:

Esse viés étnico-racial tem por conta da planta, que historicamente já foi criminalizada, foi marginalizada. Então, só o fato de uma pessoa negra conseguir colocar esse assunto dentro da Universidade como a UFV, dentro do curso de graduação, acho que isso traz uma bagagem pessoal minha para essa história. Então, não é diretamente falando sobre isso, mas a população que mais sofre no Brasil por causa de maconha é a população negra. Então, se você consegue colocar essa discussão de forma informal dentro da academia, de certa forma, você está trazendo também essa discussão de forma indireta. Eu acho que não tinha cabimento chegar ali na Agronomia e falar assim, vamos falar sobre maconha e negro. Acho que não encaixa, talvez se eu viesse para Geografia, pra Ciências Sociais, um tema que teria,

acho que encaixaria melhor, mas aí eu tenho que falar da planta (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

O estudante “Anu” disse que não apenas seu orientador é branco, mas também todos os demais professores do programa. A grande maioria dos colegas no doutorado também é branca. Ele afirma não reconhecer nenhum outro colega cotista no programa: “Você acredita que eu tinha colega que não queria se inscrever como cotista? Fazer questão de não se inscrever na política de cotas? Porque falava que queria concorrer com todo mundo” (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024).

A estudante “Arara-azul” afirmou que só há duas professoras negras no programa de mestrado e doutorado em que está inserida: uma que atua com foco nas questões étnico-raciais e de gênero, e outra, sua orientadora, com quem iniciou pesquisas sobre gênero no meio rural:

Eu fiz as duas, fiz uma disciplina com a professora que domina, vamos dizer assim, essa cadeira de raça e gênero, né! Ela trabalha muito com o conceito de interseccionalidade e a outra professora é a minha orientadora [...], a cadeira dela não é tão ligada à raça [...]. A minha pesquisa é a primeira tese de doutorado sobre a orientação dela com relação a gênero (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023).

Observamos a potencialidade que a presença de estudantes plurais, por exemplo, de mulheres negras, tem para o avanço de temáticas até então não trabalhadas e para a transformação das linhas de pesquisa dentro dos programas de pós-graduação. A representatividade no espaço acadêmico, ou sua ausência, impacta na produção do conhecimento e no sentimento de pertencimento intelectual dos estudantes.

Nesse sentido, o estudante “Pardal” relatou:

Então, muitas vezes, quem são as nossas referências de se olhar e falar: “essa pessoa é uma pessoa que eu me espelho”. Muitas vezes, você não tem, né? Ou, quer dizer, você tem, só que aquela pessoa você não se reconhece nela, porque ela não parece com você. Tipo assim, “será que esse é meu lugar? Será que é para eu estar realmente aqui?” Apesar de eu ter uma consciência muito nítida para mim mesmo e muito esclarecedora de que é isso, é o meu lugar também. Mas isso faz você questionar, porque você olha para o seu redor, muitas vezes, quem são as pessoas que estão parecidas comigo são as pessoas que estão fazendo trabalhos que são braçais. [...] é justo também que existam as pessoas que estão fazendo trabalhos, diríamos, intelectuais, que separem pessoas negras, sabe? Só que a realidade não é essa, assim. Então, eu acho que esse ambiente como um todo, ele já é, de uma certa forma, opressor, porque ele te coloca no lugar de se questionar, porque você não vê ninguém parecido com você (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024, grifo nosso).

O estudante “Pardal” fala desse não lugar, da falta de representatividade desde os anos iniciais na escola até a pós-graduação. Segundo ele, “não enche os dedos das mãos” (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024) o número de professores negros que teve, trazendo a

sensação de invasão de um espaço público e coletivo, a universidade. As pessoas que trabalham na instituição com serviços menos valorizados são, em geral, pessoas negras. O sentimento de não pertencimento é acionado, como gatilho, a cada experiência de opressão pela não representatividade. Essa percepção dialoga com o estudo proposto por Carine (2023):

É nesses momentos que eu penso o quanto a pós-graduação no Brasil é pensada como um não lugar para pessoas negras e pobres: em primeiro lugar, temos que saber que ela existe; em segundo, que pessoas como nós a acessem; em terceiro, que precisamos passar em uma seleção para esses lugares; depois, precisamos nos manter subjetiva e objetivamente ali [...] e acima de tudo, esperam que priorizemos a pesquisa frente a nossas necessidades de sobrevivência imediata [...] Definitivamente, não foi pensada para nós, e segue sem o mínimo interesse de se tornar um espaço que preze por equidade (Carine, 2023, p. 118).

A estudante “Coruja” disse ter tido professoras negras no Ensino Médio, mas não se recorda de ter tido na graduação ou na pós-graduação. Ela reflete sobre a falta de representatividade docente nas universidades, apontando que esse número ainda é inferior ao já reduzido contingente de estudantes negros, que, segundo ela, já é irrisório. O estudante “Anu” analisa a representatividade de estudantes negros/as na pós-graduação.

Acho que é uma vitória, assim, em primeiro lugar, né, assim, a gente conseguir passar por isso, né? De certa forma, é um ativismo, porque a gente mostra para a sociedade que a gente não deve nada para ninguém, não está atrás de ninguém. É o contrário, né? Sociedade que deve! Então, assim, eu acho que mistura um pouco disso, sabe? De satisfação de ter conseguido, de ter conquistado, e de certa forma, de servir como, não tem porquê também, né, esse preconceito não faz sentido, né, se nos dermos oportunidade, se a gente tiver oportunidade, a gente é plenamente capaz de fazer igual, ou até melhor, né? [...] Já fui chamado duas vezes em Brasília, em audiência pública, lá na Câmara dos Deputados Federais (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

Com a renovação da lei de cotas, o estudante concorre inicialmente pela ampla concorrência e, caso não obtenha aprovação, pode disputar uma vaga pela reserva, diferentemente de antes, quando concorria exclusivamente dentro da modalidade de cotas. Alguns estudantes consideram ser cotista uma marca negativa, em razão das opressões sofridas tanto pela sociedade racista e classista, que rejeita essa política, quanto no meio acadêmico, onde enfrentam a invalidação intelectual por causa da forma de ingresso. A estudante “Arara-azul” comentou sobre essa realidade:

No mestrado, eu entrei pelo sistema de cotas, mas como eu tive nota acima, então ficou como aprovada lá pelo sistema normal, e no doutorado eu não entrei pelo sistema de cotas, fiquei um pouquinho revoltada. E aí eu não coloquei cotas para mim, que eu achava assim: “nossa, tem um preconceito, né, com relação a cotas”, o pessoal sempre olha assim, “nossa, só entrou por causa de cotas”. [...] na minha seleção do doutorado

que eu, que foi 2022.2, eu não coloquei cotas, mas como no sistema eu apareço como cotista, porque eles pegaram a minha seleção de mestrado. E foi uma nota assim, foi 95 para falar a verdade. [...]. Coloquei lá que eu tinha nota para isso que eu não estava lá por ser uma pessoa que tá só sendo ajudada no sistema. Será que você realmente é capaz de conseguir desempenhar tal função, porque você é cotista, né! (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA, 2023, grifo nosso).

Sobre essa questão da representatividade, o estudante “Anu” pontuou:

E eu sinto assim, é como se realmente eu percebesse um ambiente hostil, sabe, na universidade, como se aqui não fosse nosso lugar. A gente percebe mesmo, parece que existe uma força para que não fiquem aqui, que não alcancem, não saiam daqui, não subam a escadinha, não é lugar de vocês. Parece que existe realmente um trabalho sendo feito para isso. [...] Na Agronomia, sei lá, entra duzentos e vinte por ano, não sei lá quantos, acho que são uns duzentos e pouco toda vez, né? Não enche a mão, assim (Estudante “Anu”, doutorando no CCA, 2024, grifo nosso).

A escassa representatividade no meio acadêmico é ainda reflexo do modelo escravista ao qual a população negra foi historicamente submetida, sem acesso à educação formal e sem condições materiais de permanência na universidade. A complexidade desse ciclo de desfavorecimento gera um distanciamento, o sentimento de não pertencimento, do não lugar.

Quanto à educação, a história da escola pública no Brasil revela que, até muito recentemente, a referência europeia de fato determinava a identidade da escola brasileira em seus conteúdos e métodos, dificultando a todas as pessoas que se sentem parte, vivendo e pertencendo a qualquer pessoa, outra fonte cultural para ter sucesso na escola. É possível até dizer que “o custo de ser aceito e ter sucesso na escola poderia estar renunciando às próprias raízes” (Fischmann, 2005, p. 386).

No trecho anteriormente exposto, Fischmann (2005) aborda a questão de identidade e ancestralidade, raízes que, muitas vezes, são podadas ou mesmo cortadas. Tal realidade é perceptível nas áreas de Ciências Agrárias e Biológicas, onde a presença de pessoas negras na pós-graduação, tanto entre discentes quanto docentes, é ínfima. Essa ausência reflete-se na exclusão de temáticas que envolvem categorias interseccionais relevantes para as pesquisas desenvolvidas. Um exemplo citado pelo estudante “Pardal” foi a questão da pesquisa com Cannabis, na qual não se considera a dimensão social da planta. O estudante “Pardal” também expôs que:

[...] o acesso muitas vezes não é dado. E quando você para para analisar e você vai ver quem você tem como referência nos seus pares, não existe, porque você não consegue ver ninguém igual a você. Assim, eu estou generalizando, obviamente, que existem essas pessoas, mas, assim, eu acho que ainda mais no sudeste que a gente se encontra, a pós-graduação é composta, eu não estou me apoiando em dados, no que eu estou dizendo, eu estou me apoiando simplesmente na minha vivência, são pessoas brancas, sabe? E eu acho que você vai para outros lugares, tipo nordeste, sei lá, Salvador, a realidade é um pouco diferente, eu imagino [...] (Estudante “Pardal”, doutorando no CCB, 2024).

Ele fez sua formação inicial no Triângulo Mineiro e, sendo natural do interior de São Paulo, conhece diferentes realidades estudantis. Teve ainda uma breve experiência no programa de doutorado da UnB, o que contribuiu para ampliar suas impressões sobre outros contextos acadêmicos. De todo modo, sua fala é coerente com a realidade: a representatividade negra na academia é irrisória, tanto no corpo discente quanto no docente, como também foi apontado por todos os demais estudantes entrevistados.

A presença no espaço acadêmico representa uma superação familiar e pessoal para a maior parte dos(as) entrevistados(as). Após ter considerado a possibilidade de desistir, a estudante “Arara-azul” concluiu que o que, de fato, a mantém no programa de doutorado é o sonho de conquistar uma vida melhor, com mais qualidade. Ela reconhece que não possui influência suficiente para conseguir um bom emprego e, por isso, precisa se dedicar aos concursos públicos como forma de garantir estabilidade e uma condição melhor de vida. Seu desejo de seguir a carreira docente também se fortalece pela experiência positiva que teve atuando como professora universitária. A estudante salientou:

Porque, para mim, foi uma afirmação enquanto uma menina que veio lá do interior do Pará, que, sei lá, nunca teve muita oportunidade de estudar e quando você tem, aí você abraça com unhas e dentes, você quer estar ali né, e eu sempre achei assim, que a parte que eu sempre quis, a gente quer mudar de vida, uma condição social melhor (Estudante “Arara-azul”, doutoranda no CCA”, 2023).

Ter influência implica possuir capital social, um recurso que atravessa dimensões raciais e de classe. O concurso público torna-se, portanto, uma alternativa concreta para aqueles que carecem de redes de influência no mercado de trabalho, permitindo-lhes acessar recursos materiais e simbólicos necessários para sua promoção social e melhoria na qualidade de vida. Nesse contexto, a política de ações afirmativas na pós-graduação tem como objetivo promover a reparação histórica da população negra, ampliando sua inclusão na vida universitária e contribuindo para uma formação qualificada, tanto para o mundo do trabalho quanto para a carreira acadêmica. Não há justiça social em uma sociedade em que parte significativa da população permanece alijada dos espaços educacionais e intelectuais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondemos aos objetivos deste trabalho sobre como os estudantes cotistas negros e negras da pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, ingressantes em 2022 e 2023, do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa percebem seu acesso e permanência na pós-graduação. Como objetivo secundário, indagamos sobre as temáticas e produtos do conhecimento relacionados a gênero e raça nas produções científicas e outras formas de produção do conhecimento dos(as) estudantes negros(as) cotistas para além da área de concentração e das linhas de pesquisa em que estão inseridos seus trabalhos acadêmicos que tenham viés étnico-racial e sexista. Não entendemos que, necessariamente, os(as) estudantes negros(as) deveriam pesquisar ou publicar sobre temáticas raciais, mas compreender como são suas produções de modo geral e suas contribuições para a Ciência no campo das Agrárias e Biológicas foi um caminho/foco desta pesquisa.

Com o objetivo de identificar e analisar, a partir de uma perspectiva interseccional, a presença de negros(as) cotistas na pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, tivemos cinco entrevistados, três estudantes do sexo feminino e dois do sexo masculino, apenas um do CCB. Trouxemos da literatura o contexto panorâmico das políticas de ações afirmativas para ingresso nas universidades públicas federais no Brasil. Constatamos que, salvo poucas exceções, nas universidades brasileiras predomina o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) de cotas para garantir o acesso de estudantes negros, pardos, indígenas e PcD. Os estudantes quilombolas foram incluídos como beneficiários de cotas pela renovação da Lei Nº 12.711/2012 pela Lei Nº 14.723/2023. As demais modalidades de acesso podem ser suplementadas às cotas ou separadamente, são vagas supranumerárias ou suplementares; bônus; e a modalidade mista que abarca vagas suplementares e bônus. Assim como são poucas as instituições que reservam percentuais mais elevados para as cotas, como 30% ou 40%, também é limitado o número daquelas que adotam as referidas modalidades de ingresso.

O ingresso em programas de pós-graduação constitui uma fronteira, uma vez que a seleção é ainda mais desafiadora que para a graduação pelas próprias dinâmicas dos programas como prova dissertativa, seleção de projetos de interesse das linhas de pesquisa dos programas, entrevista, além da prova de proficiência em língua estrangeira, etapa que constitui um obstáculo para muitos(as) estudantes. Oriundos da rede pública de ensino, esses estudantes enfrentam desafios significativos na etapa de aprovação do exame de proficiência, que geralmente envolve a interpretação de textos em língua inglesa e, em algumas IES, inclui ainda

uma prova oral no idioma em formato de entrevista. Além do acesso, é fundamental as condições de permanência material e simbólica do estudante. Os recursos materiais como moradia, alimentação, assistência à saúde física e mental constituem condição *sine qua non* para a permanência do estudante. No caso específico da UFV, a assistência à saúde é direito assegurado ao estudante de pós-graduação, contemplando atendimentos médicos e a realização de exames laboratoriais por meio da Divisão de Saúde, além de suporte psicológico oferecido pela Divisão Psicossocial. É considerável a necessidade que todos(as) cinco estudantes apresentaram em cuidar da saúde mental em algum momento do processo de formação na pós-graduação. A estudante “Coruja” mostrou mais necessidade que os demais de acompanhamento de saúde física.

Quanto ao lazer, há atrações artísticas que são oferecidas pela comunidade acadêmica, projetos de esporte e lazer, socialização em diversos eventos da instituição e da cidade. Contudo, percebemos na rotina dos estudantes cotistas entrevistados uma tendência de estar em coletivo com seus pares, ou seja, outras pessoas negras em quem podem se ver representados em um espaço hegemônico como a academia. Os demais benefícios assistenciais são destinados exclusivamente aos estudantes da graduação, salvo exceções devidamente comprovadas como a necessidade de acesso à alimentação nos restaurantes universitários da instituição durante o período de espera pela concessão de bolsa de estudos. Vale ressaltar que, na pós-graduação, os benefícios não são cumulativos. A creche-escola também não beneficia estudantes da pós-graduação. A estudante doutoranda “Arara-azul” quase se viu obrigada a desistir do programa já no último ano da formação em função do seu maior desafio: a maternidade.

A produção do conhecimento dos(as) estudantes cotistas do Centro de Ciências Agrárias, assim como a do estudante do Centro de Ciências Biológicas, não perpassa por questões de raça. A pesquisa com *cannabis* poderia ser contextualizada neste sentido se fosse realizado em outro programa, pois na área Agrária o foco é na planta e suas utilidades, visando o mercado.

Há uma pesquisa que envolve mulheres rurais no sistema de integração realizada por uma estudante mãe identificada como “Arara-azul”. Trata-se de uma potente possibilidade de explorar a temática de gênero e raça, considerando que ela também tem origem rural e trajetória vinculada ao plantio e beneficiamento de mandioca.

Na pesquisa da estudante “Coruja” temos um viés classista na inspeção da produção de queijo Minas artesanal. A estudante “Beija-flor”, cuja investigação se concentra em pragas que afetam o cultivo do milho, propõe uma crítica ao método tradicional de pesquisa científica. Por sua vez, o estudante “Pardal” realizou uma imersão acadêmica de dois anos na Holanda onde

buscou orientação metodológica para a sua pesquisa, levando consigo os dados relacionados ao cerrado brasileiro.

Sobre representatividade, destacamos a ausência ou escassez de professores(as) negros(as) assim como um reduzido número de estudantes negros(as) nestes dois Centros de Ciências da UFV. Alguns estudantes participaram de movimento negro, identitários e partidário durante o período da graduação. As narrativas sobre discriminação racial, de gênero, de classe, racismo e xenofobia trazidas por eles refletem a sociedade patriarcal, racista, misógina e capitalista e afetam sua permanência simbólica na universidade.

Constatamos que a dependência da bolsa de estudo é unânime entre os(as) estudantes cotistas entrevistados(as). Excepcionalmente, os dois estudantes do sexo masculino tiveram um provisionamento de renda para chegar a Viçosa, pois ambos tiveram experiência como professores na Educação Básica antes de começar a pós-graduação.

A inconsistência da bolsa de estudo no início é, portanto, um problema para a maioria dos pós-graduandos. No caso da estudante casada e mãe de duas filhas, observa-se que a bolsa de estudos representa a principal fonte de renda da família. Percebemos que, no Centro de Agrárias, há forte presença de empresas do setor privado e de agências fomentadoras, o que possibilita a concessão de bolsas de estudo a estudantes, independente de raça, gênero e classe social. A estudante “Beija-flor”, por exemplo, foi beneficiária de bolsa financiada por meio de um termo de conduta firmado com a rede de hipermercados Carrefour, em decorrência de um caso de violência letal praticada contra um cliente negro em uma de suas lojas. Inclusive, parte significativa do montante indenizatório foi destinada ao fomento de pesquisas em diversas universidades, incluindo a UFV. Neste sentido, nota-se que tais programas de pós-graduação não atrelam bolsas a cotas, mas a projetos e linhas de pesquisa, corroborando com uma lógica alinhada aos interesses do capital privado.

É recorrente entre os estudantes entrevistados o sentimento de não pertencimento, de não-lugar ilustrado por narrativas e expressões como: “Furei o sistema”, “Percebo olhares, julgamentos, preconceito”. Há um angustiante sentimento de não pertencimento da estudante “Beija-flor” por ser ignorada e hostilizada por colegas da casa que pertencem à outra classe social em nítido comportamento racista e xenofóbico pelo fato de ter pais do Piauí e ter outra cultura. A estudante “Arara-azul” do Pará também experienciou situações de xenofobia quanto à sua capacidade intelectual e produtiva e, ainda, discriminação violenta por ser mãe, por gestar durante o programa de doutorado. Todavia, vimos o poder de resiliência em suas falas, como: “Fazer acontecer” e “Dias de luta, dias de luta, dias de luta, dias de luta...”; “É difícil um estudante negro(a) não dar valor”, “Furei o sistema”.

As três estudantes do sexo feminino denunciaram silenciamento racista e sexista na pós-graduação. Elas perceberam que não tinham voz em sala de aula e em reuniões, pois eram ignoradas e, mesmo quando conseguiam se expressar, eram invalidadas. Da mesma forma, existe um protecionismo de gênero no qual “as mãos dos meninos são sempre amparadas” para produção e exposição dos trabalhos. Complementar a isso e não menos grave, denunciaram racismo e sexismo em autorias de trabalho quando tentativas e efetivas distorções de autorias de estudantes negras foram especuladas para a primeira autoria em favor de estudantes brancas ou estudantes negros do sexo masculino. O caso mais grave de racismo foi do estudante “Anu” que impetrou processo administrativo contra seu primeiro orientador no mestrado por assédio e apropriação indevida da sua pesquisa inovadora com *cannabis*.

Destacamos o preconceito de gênero, raça e classe sobre a mulher negra. Ainda que tenha alcançado êxito de estar na pós-graduação em instituição pública, a mulher sofre o racismo cotidiano, o que constitui violência por parte de colegas e orientador que usa de seu poder hierárquico para privilegiar uns em detrimento de outros.

Notamos unanimidade também na necessidade dos(as) estudantes por reconhecimento e valorização de seus esforços, pesquisas, produções e uma expectativa positiva de oportunidade e reconhecimento no mercado de trabalho. O estudante “Pardal” fala em “fazer duas vezes mais” para ser notado. A figura do professor/orientador é objetiva e simbolicamente o alvo dessa busca por reconhecimento dos(as) estudantes. Ocorre que, em diversos casos, os estudantes não recebem o apoio necessário no processo de orientação de suas pesquisas e, em outras situações, são submetidos a relações hierárquicas opressoras que resultam em prejuízos acadêmicos. Tais práticas frequentemente envolvem favorecimentos baseados em marcadores sociais como sexo e raça, em detrimento da equidade no tratamento entre os(as) estudantes.

O estudante “Anu” e a estudante “Coruja” já têm objetivos bem definidos há mais tempo, ambos com convicção do resultado e os outros esperam o porvir, mas com ideia do que vão buscar. Apenas a estudante “Arara-azul” pretende ser docente, considerando sua primeira experiência no Pará. O concurso público é visto como uma saída para quem não tem os capitais esperados na sociedade civil e pretende ser o(a) primeiro(a) da família a ter um trabalho com salário decente. Além disso, os participantes relataram que são os(as) primeiros(as) na família a ter um título de mestre(a) e/ou doutor(a), com exceção da estudante “Beija-flor” que já tem um tio doutor.

Os dados obtidos junto à Pró-Reitoria de Pós-graduação apresentam inconsistências em relação às respostas dos estudantes que declaram ter solicitado ingresso por meio da reserva de vagas destinadas a cotistas negros(as) e pardos(as). Embora tenham solicitado a vaga por cotas

no momento da inscrição, em alguns casos, os resultados publicados indicam o ingresso pela ampla concorrência, o que evidencia uma discrepância entre a autodeclaração e a forma de classificação final. De fato, não sabemos os critérios da comissão para tal classificação na seleção como cotista ou ampla concorrência.

Após dez anos da lei de cotas para o ingresso em universidades públicas, observa-se a crescente presença e atuação de estudantes beneficiados por essa política tanto na academia quanto em espaços valorizados do mercado de trabalho. Essa trajetória tem se configurado como uma primeira experiência exitosa das ações afirmativas no país, cuja vigência foi renovada em 2023 por mais uma década, reafirmando seu caráter redistributivo. A promoção da diversidade na Ciência tem orientado os programas de pós-graduação na busca por maior inclusão de pessoas afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, população LGBTQIA+ e demais grupos historicamente excluídos do acesso ao ensino, à pesquisa e à extensão - os pilares fundamentais da universidade pública.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ANJOS, Ana Carolina Costa; EUCLIDES, Maria Simone; ALVES, Daniela Alves; HERNECK, Heloísa Raimunda. O que dizem as resoluções e os editais de seleção de programas de pós-graduações sobre as Ações Afirmativas: uma análise provisória da UFV e UNB. *In: Congresso de Pesquisadores/as Negros/as* (IV Copene Nordeste), 2023, Maceió. IV Copene Nordeste, 2023. p. 1-15.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5ª ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia; FERREIRA, Maria Aparecida Chagas; CARLOS, Gabriella da Conceição e. Radiografia das Políticas de Ação Afirmativa na Pós-Graduação das Universidades Federais. **DADOS**, 67(3), 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/WCMW3c9DtK5TLPHPCDxvZkN/>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Edital nº 37/2022. Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - PDPG Alteridade na Pós-Graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/12082022\\_Edital\\_1772806\\_EDITAL\\_37\\_2022.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/12082022_Edital_1772806_EDITAL_37_2022.pdf). Acesso em: 12 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 12 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm). Acesso em: 12 de nov. 2023.
- BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13>. Acesso em: 30 de out. 2023.
- BUENO, Winnie de Campos; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: Operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 21(3), 359–369. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/40200>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CARINE, Bárbara **Querido estudante**. São Paulo, Planeta do Brasil, 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela Alves de. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926- 1988). **Revista Brasileira de Educação**. v. 22, n. 7. pp. 752-773, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HrGFmzSq4Q4CnGpWcPfDJCs/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CITELI, Maria Teresa. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. **Cadernos pagu**, n. 15, p. 39-75, 2000.

COLABORA. **Os desafios do sistema de cotas na pós-graduação**. 2023. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods4/os-desafios-do-sistema-de-cotas-na-pos-graduacao/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma; tradução Rane Souza. **Interseccionalidade**. 1. ed.- São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo editorial, 2016.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26901>. Acesso em: 04 de fev. 2024

EUCLIDES, M. S.; DA SILVA, J. Autoetnografia negra feminista: epistemologias e subjetividades para um currículo antirracista. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], v. 29, n. 67, p. 121–136, 2024. DOI: 10.20435/serie estudos. v29i67.1903. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1903>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FISCHMANN, Roseli. Acesso ao ensino superior, xenofobia e racismo: fenótipos, estereótipos e pertencimento nacional. **REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA**, v. 12, n. 27, p. 320–345, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/985>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 14-15, p. 231–239, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GOMES, Jamille. **A divisão sexual do trabalho e a dimensão generificada do campo científico**: um recorte da universidade federal de Viçosa. Dissertação de Mestrado, UFV, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª ed., 2020.

GOTO, Vanessa Strowitzki. A herança histórica do negro brasileiro e o dilema entre políticas públicas redistributivas e de reconhecimento. **Revista Em Tempo**, v. 12, n. 1, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 1, n. 47, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/B8QfF5wgK3gzDNdk55vFbnB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2024.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades no Brasil**. Tradução por Patrick Burglin, Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

HUSTON, Nancy. **A espécie fabuladora: um breve estudo sobre a humanidade**. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Comitê de Estatísticas Sociais**. Cadastro Único dos Programas Sociais. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 de mar. 2024.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Quem Quer (Pode) Ser Negro no Brasil?** Belo Horizonte, Editora Autêntica. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. 1942-1989. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais/ Ignacio Martín-Baró**; Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Coleção Psicologia Social. Petrópolis, RJ; Vozes, 2017.

MOSCHKOVICH, Marília Bárbara, **Teto de vidro ou paredes de fogo?** – um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2013.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, v. 5, n. 1, 2011.

PAES MANSO, Bruno. **A república das milícias: dos Esquadrões da morte à Era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 1. ed. p. 304. 2020.

PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia: pertencimento. **Corpo-Dança Afroancestral e Tradição**, 2015.

PRADO, Ruth Maria Moraes Oliveira; DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. Ações para a permanência estudantil nas áreas STEM e o caso da Escola de Engenharia (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 374-396, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SAID, Ana Maria. Hegemonia e questão feminina em Antonio Gramsci. **Revista Ideação**, v. 1, n. 39, p. 130-138, 2019.

SANTOS, Dayane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214f. Tese Doutorado em Educação na Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Vassalagem acadêmica e alteridade a partir de uma experiência universitária**. Aceno – Revista de Antropologia do CentroOeste, 11 (26): 137-156, maio a agosto de 2024. ISSN: 2358-5587

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SILVA, Fabricio Valentim; BORGES, Vera A. Origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs E Os Pilares Do Saber Esaviano (1920-1929). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 29, p. 169-197, 2008. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5052/art12\\_29.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5052/art12_29.pdf). Acesso em: 06 abr. 2024.

SODRÉ, Muniz. Uma lógica perversa de lugar. **Revista Eco-Pós**, 21(3), 9–16. 2018. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/22524](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22524). Acesso em: 08 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). **Resolução n° 08/2019, de 21 de março de 2019**. Dispõe sobre a Política de Ação Afirmativa para Inclusão de Pessoas Negras (Pretas e Pardas), Indígenas e com Deficiência na Pós-Graduação Stricto Sensu na Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-2019-CEPE-Acoes-Afirmativas-Pos.pdf>. Acesso em: 28 de abr. 2024.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia - Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas**, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

VENTURINI, Anna Carolina; SILVA, Emili Senra da. **Guia básico de ações afirmativas na pós-graduação**. Guias do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap), n.

1, 2023. Disponível em: [https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Guia-AA-na-PG\\_Resumido.pdf](https://www.obaap.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Guia-AA-na-PG_Resumido.pdf). Acesso em: 10 ago. 2024.

VITÓRIAS e desafios em face da renovação da "lei de cotas". **TV ABA**. Coordenação: Gilson José Rodrigues Junior Expositoras: Gabriela Machado Bacelar Rodrigues (Doutoranda em Antropologia Social/USP) Natalia Neris da Silva Santos (Ministério da Igualdade Racial) Nilma Lino Gomes (UFMG)2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7YHQJBkDe0M>. Acesso em: 25 ago. 2023.

WAGNER, Ykaru Gomes; CARDOSO, Leonardo Chaves Borges; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Política de Cotas: Uma democratização ao acesso para cursos de graduação na Universidade Federal de Viçosa. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 1, p. 394-416, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/107529>. Acesso em: 07 nov. 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a/e) participante,

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa “Presenças e agências negras em programas de Pós-graduação do Centro de Ciências Humanas e Ciências Exatas da Universidade Federal de Viçosa”, tem por objetivo investigar o perfil de cotistas ingressantes nos Programas de Pós-Graduação dos Centros de Ciências Humanas (CCH) e Ciências Exatas (CCE) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), entre 2022 e 2024, nestas evidenciando como se relacionam as temáticas étnico-raciais e de gênero. Trata-se de um estudo importante, justificado pela necessidade de discutir as trajetórias, dificuldades, estratégias de permanência, as conquistas, produções e fazeres científicos de pessoas negras na pós-graduação.

#### 1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Você será convidado(a/e) a conceder uma entrevista. Você deverá responder conforme percebe, não existem respostas certas ou erradas. Lembrando que sua participação é voluntária e tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo durante a entrevista (caso seja convidado/a/e a concedê-la) sem nenhum prejuízo a você.

Informações importantes

Você também pode se recusar a responder a quaisquer perguntas que não queira responder e a qualquer momento pode se retirar da pesquisa, caso assim se sinta desconfortável. Se durante a participação nas entrevistas, houver dificuldade de lidar com as suas lembranças ou emoções, você também poderá pedir à entrevistadora que agende serviços de apoio. Para a minimização dos riscos durante a coleta de dados, o contato telefônico e o digital das pesquisadoras serão disponibilizados, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo.

As entrevistas poderão ser gravadas, caso autorize e as pesquisadoras poderão tomar notas. Todas as entrevistas serão mantidas no anonimato. Se, por algum motivo, as informações fornecidas, durante as entrevistas permitirem a sua identificação, a equipe de pesquisa se certificará de mudá-la, mantendo a permanência do anonimato. Destacamos ainda que os dados serão mantidos em sigilo/segredo sendo manipulados exclusivamente pelas pesquisadoras.

Por fim, antes de concordar com a sua participação, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder quaisquer tipos de dúvidas antes que você decida participar ou quando julgar necessário.

## 2. RISCOS E DESCONFORTOS

Ser entrevistado(a/e), poderá trazer algum desconforto sobre os atravessamentos raciais e situações de racismo e discutir sobre o que é ser uma pessoa negra em contexto de pós-graduação. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido pela garantia de manutenção de sigilo e da privacidade dos(as/es) participantes durante todas as fases da pesquisa, e certeza de que os dados levantados na entrevista serão publicados apenas com finalidade acadêmica e mantendo anonimato. Ademais, todo o processo de tratamento e análise de dados será feito exclusivamente pelas pesquisadoras. Garante-se ainda a(ao) participante a não continuidade em continuar respondendo a entrevista, caso sinta algum incômodo. Por fim, a pesquisa tratará da identidade dos(as) participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

## 3. BENEFÍCIOS

A pesquisa pretende compreender os processos, trajetórias, dificuldades e estratégias de permanência no espaço acadêmico de discentes negros, bem como suas conquistas, produções e fazeres científicos em seus nichos de pesquisas. Os dados irão contribuir para reflexão e revisão das políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero e raça, bem como dará subsídio para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a universidade. Além disso, espera-se que este projeto seja possível ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negras, fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. Reforça-se ainda que as(os) pesquisadora(es) assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo pesquisado.

### COM QUEM POSSO ENTRAR EM CONTATO CASO TENHA DÚVIDAS?

Departamento de Educação da UFV, no endereço Avenida Purdue, s/nº, Campus Universitário, CEP 36570.900 .Viçosa (MG), (31) 3612-7509

Os contatos das pesquisadoras são:

Maria Simone Euclides, 31 8281-2012, [maria.euclides@ufv.br](mailto:maria.euclides@ufv.br)

Heloisa Raimunda Herneck 31 8893-4521; [hherneck@ufv.br](mailto:hherneck@ufv.br)

Daniela Alves De Alves, 31 8561-8235; [danielaa.alves@ufv.br](mailto:danielaa.alves@ufv.br)

Ana Carolina Costa dos Anjos, (16) 99790-3545; [carolcdosanjos@gmail.com](mailto:carolcdosanjos@gmail.com)

Nirvana Rodrigues Nicolato, 31 99072-1990 [nirvana.nicolato@ufv.br](mailto:nirvana.nicolato@ufv.br)

Lidiane Cesário Barreto, 31 9544-4675 [lidiane.barreto@ufv.br](mailto:lidiane.barreto@ufv.br)

E, caso você apresente alguma dúvida ou consideração sobre a condução ética da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário, Viçosa/MG, CEP: 36570-900. E-mail: cep@ufv.br. Telefone: (31) 3612-2316.

Esse termo de consentimento encontra-se em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você de forma digital e caso tenha interesse pode solicitar impresso.

#### DECLARAÇÃO

Eu, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntária da pesquisa “Presenças e agências negras em programas de Pós-graduação do Centro de Ciências Humanas e Ciências Exatas da Universidade Federal de Viçosa”. Declaro que fui informado/a/e dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do pesquisador responsável: Maria Simone Euclides

Departamento de Educação (DPE)

Telefone: (31) 984127289

E-mail: maria.euclides @ufv.br

Equipe da pesquisa: Nirvana Rodrigues Nicolato

Departamento de Educação (DPE)

Telefone: (31) 99072-1990

E-mail: nirvana.nicolato@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, sin - Campus Universitário.

Cep: 36570-900, Viçosa/MG

Telefone: (31) 3899-2492

E-mail: cep@ufv.br / [www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)

VIÇOSA, 2024.

---

Assinatura do/a Participante

---

Assinatura da Pesquisadora

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### PARTE 1 – DADOS PESSOAIS

- 1- Quem é você, de onde você é, e onde reside atualmente?
- 2- Como é a dinâmica familiar, do ponto de vista da subsistência, rotinas, atividades domésticas?
- 3- Tem filhas/os? Sim, quantos?
- 4 - Atualmente, você faz deslocamentos mais longos para as atividades da pós-graduação? Quais?
- 5- Como é sua subsistência em Viçosa: você tem auxílio institucional (bolsa), familiar, você trabalha?
- 6 - Se trabalha – quais atividades exerce? Qual (is) tipo(s) de vínculo?
- 7- Como você tem atendimento de saúde (física e mental), em Viçosa?
- 8- O que você faz além dos estudos: como atividade de lazer, esporte, socialização etc.?
- 9- Você participa ou já participou de algum movimento social, movimento negro, coletivos, grupo identitários, étnicos? Porque? Onde?

### PARTE 2 – PÓS-GRADUAÇÃO: PROJETOS E AGENDAS DE PESQUISA

- 1-Você é a primeira pessoa da família a entrar na pós-graduação?
- 2- Conte como foi sua chegada na pós-graduação (ambientação, impacto da chegada, suas impressões)
- 3- Foi a sua primeira tentativa de seleção de mestrado e ou doutorado?
- 4- Como é seu cotidiano na atividade de pesquisa? Fica mais na UFV, em casa, no laboratório?
- 5- Como é a sua relação com os colegas de curso e com os docentes e técnicos do programa de pós a que esta vinculado/a?
- 6- Como é a sua relação com a/o sua/eu orientadora/or de mestrado e/ou doutorado?
- 7- Como é a dinâmica da orientação?
- 8- O que você pesquisa? Temática, autores? É a mesma temática que foi aprovada na seleção? A sua pesquisa de mestrado/doutorado aborda as questões étnico raciais e/ou de gênero?
- 9- Participa de algum grupo de pesquisa ou grupo de estudos cujo foco sejam as questões raciais e/ou de gênero? Se sim, qual/quais? Porque?
- 10- Você já publicou algum texto acadêmico tais como resumos em anais de congresso, revistas científicas, capítulos de livro, etc, nas temáticas raciais e/ou de gênero? Fale um pouco sobre isso.

- 11- Você já escreveu/escreve sobre temáticas raciais e de gênero em algum blog, páginas e revistas? Fale um pouco sobre isso.
- 12- Você percebe/acha que seu projeto de pesquisa traz alguma novidade/ inovação para sua área de conhecimento? Se sim, qual/quais?
- 13- Você percebe/acha que o seu projeto de pesquisa traz alguma contribuição para os estudos raciais? Se sim, qual/quais?
- 14- No programa tem alguma disciplina ou aula que discute as questões raciais e/ou de gênero? Quem ministra essa aula?
- 14- No seu programa de pós-graduação tem professoras/es negras/os/es. Se sim quantas/os. O seu/sua orientador/a é negro/a?
- 16- No programa há pesquisadoras/es que discutam e orientem as temáticas raciais? Se sim, quem são?
- 17- Você já percebeu ou vivenciou alguma situação de racismo ou discriminação racial na pós-graduação? Como foi? Você teve algum apoio? De quem?
- 18- Você já percebeu ou vivenciou alguma situação de sexismo ou discriminação de gênero? Como foi? Você teve algum apoio? De quem?
- 19- Quais são seus principais desafios na pós-graduação?
- 20- Já pensou em desistir do mestrado e/ou doutorado? Se sim, por qual motivo?
- 21- Para você o que representa ser um/uma cotista negro/a/e em um programa de pós-graduação (no âmbito pessoal, acadêmico, profissional, familiar e coletivo)?

## ANEXOS

### ANEXO A - RESOLUÇÃO 08/2019

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, órgão máximo de deliberação no plano didático-científico da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo nº 18-011156, resolve:

1. aprovar a Política de Ações Afirmativas da UFV, que passa a fazer parte integrante desta Resolução;
2. revogar a Resolução nº 19/2018/CEPE, de 21 de dezembro de 2018.

Publique-se e cumpra-se.

Viçosa, 21 de março de 2019.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Presidente do CEPE

### RESOLUÇÃO Nº 08/2019 – CEPE

Política de Ação Afirmativa para inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Dispõe sobre a Política de Ação Afirmativa para inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência na Pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal de Viçosa, considerando: o disposto nos Art. 3º, 5º e 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na Lei nº 9.934, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; na Lei nº 12.711, de 2012, que estabelece a reserva de vagas nos cursos de graduação e técnicos federais; na Lei nº 13.409, de 2016, que estabelece a reserva de vagas nos cursos de graduação e técnicos federais para pessoas com deficiência; na Lei nº 13.146, de 2015, na Lei 12.764, de 2012 e no Decreto nº 3.298, de 1999, que tratam da inclusão de pessoa com deficiência e na Portaria Normativa do MEC nº 13, de 2016, que dispõe sobre a indução de ações afirmativas na Pós-Graduação.

## CAPÍTULO I - DO ACESSO

Art. 1º. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) adotará a Política de Ação Afirmativa para inclusão nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência.

Parágrafo único. No ato da inscrição o candidato deverá fazer opção por uma das modalidades de vagas reservadas à qual deseja concorrer nos cursos de pós-graduação da UFV, conforme descrito a seguir:

- I. Vagas reservadas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas;
- II. Vagas reservadas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas e pessoa com deficiência;
- III. Vagas reservadas para candidatos que não se autodeclararam negros (pretos e pardos) ou indígenas e pessoas com deficiência.

Art. 2º. O acesso aos Programas de Pós-graduação ocorrerá por processos seletivos, que serão regidos por edital geral e específicos de cada programa, nos quais serão preservados os princípios de mérito acadêmico, não sendo permitido nenhum tipo de diferenciação de etapas e de notas eliminatórias para os candidatos que optarem pelo acesso por meio da Política de Ação Afirmativa, tratada nesta Resolução.

Art. 3º. Os candidatos a vagas reservadas para negros (pretos e pardos) deverão se autodeclarar no ato da inscrição.

§ 1º. A UFV adotará processo de heteroidentificação e de verificação de documentos dos candidatos negros (pretos e pardos), nos termos de Resolução Específica, para validação da autodeclaração dos candidatos às vagas reservadas para negros (pretos e pardos) ou indígenas.

§ 2º. O candidato que não tiver sua autodeclaração validada por Comissão de Heteroidentificação, conforme o disposto na Resolução Específica ou não apresentar os documentos comprobatórios de indígena não efetivará sua matrícula na UFV em vagas reservadas para negros (pretos e pardos) e indígenas, passando a concorrer na modalidade ampla concorrência.

Art. 4º. Os candidatos a vagas reservadas para pessoas com deficiência deverão se autodeclarar no ato da inscrição.

§ 1º. A UFV, observando o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 1999, na Lei nº 12.764, de 2012 e considerando pessoa com deficiência aquelas com visão monocular, adotará a verificação da condição de pessoas com deficiência, por meio de Comissão de Apuração da Deficiência.

§ 2º. O candidato que não tiver sua condição de pessoa com deficiência apurada por Comissão, conforme o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 1999, na Lei nº 12.764, de 2012, incluindo pessoa com visão monocular não efetivará sua matrícula na UFV em uma vaga reservada para pessoa com deficiência, passando a concorrer na modalidade ampla concorrência.

Art. 5º. Para assegurar o acesso de candidatos negros (pretos e pardos), indígenas e com deficiência, cada Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da UFV reservará por curso 20% a 50% das vagas oferecidas em cada processo seletivo, por curso de mestrado e doutorado, acadêmico ou profissional, distribuídas conforme o disposto nos incisos I, II e III, do parágrafo único do art. 1º.

§ 1º. A proporção de vagas ofertadas para pessoas com deficiência, em relação ao total de vagas reservadas, deverá ser igual à proporção de pessoas com deficiência na população no Estado de Minas Gerais, segundo o último censo do IBGE.

§ 2º. Os programas com oferta de até 10 vagas por processo seletivo distribuirão as vagas reservadas conforme o disposto apenas nos incisos I e III do parágrafo único, Art. 1º.

§ 3º. A porcentagem de que trata o *caput* do artigo a ser efetivada nos editais, bem como sua distribuição, deverá ser aprovada nas Comissões Coordenadoras de cada Programa.

Art. 6º. As vagas reservadas serão preenchidas segundo a ordem de classificação, de acordo com as notas obtidas no processo seletivo, dentro de cada um dos grupos de inscritos, observando-se na mudança dos grupos que:

- a) no caso de não preenchimento das vagas reservadas aos autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas, aquelas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas e pessoa com deficiência.
- b) no caso de não preenchimento das vagas reservadas aos autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas e pessoa com deficiência, aquelas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos não autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas e pessoa com deficiência.
- c) no caso de não preenchimento das vagas reservadas aos não autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas e pessoa com deficiência, aquelas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas.

Art. 7º. As vagas reservadas que restarem, após a aplicação do disposto no art. 6º desta Resolução, serão ofertadas aos candidatos de ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação e dentro de cada curso.

Art. 8º. No processo de seleção dos programas de pós-graduação da UFV será feita, primeiramente, a classificação de todos os candidatos selecionados, inclusive os inscritos nas vagas reservadas, consoante o limite de vagas disponíveis, por curso na modalidade de ampla concorrência e, posteriormente, será feita a classificação dos candidatos às vagas reservadas, observando-se o seguinte:

a) Caso o candidato inscrito na modalidade de reserva de vagas possua nota para ser selecionado na ampla concorrência, será selecionado nessa modalidade e sua inscrição será retirada do cômputo de inscrições às vagas reservadas;

b) Caso o candidato não possua nota para ser selecionado em ampla concorrência, manterá sua classificação de acordo com a opção de vagas reservadas, escolhida durante o período de inscrição no processo de seleção.

## CAPÍTULO II - DA PERMANÊNCIA

Art. 9º. A Política de Ação Afirmativa de que trata essa Resolução incluirá medidas de permanência dos discentes das modalidades I, II e III, descritas no parágrafo único do Art. 1º.

Art. 10. As coordenações dos Programas de Pós-graduação da UFV poderão definir ações e atividades de caráter complementar, que visem à equiparação de oportunidades, para maximizar a permanência de discentes que ingressem pela Política de Ação Afirmativa a partir de acompanhamento contínuo das atividades realizadas pelos mesmos no programa. Contudo, antes da implementação, deve apresentar tais ações à apreciação do Conselho Técnico de Pós-Graduação da UFV.

§ 1º. Concretizada a implementação de ações que propiciem a equiparação de oportunidades, aplicar-se-á aos discentes, que ingressarem pela Política de Ação Afirmativa, as mesmas regras aplicadas aos demais discentes dos Programas de Pós-Graduação no que compete ao desenvolvimento de suas atividades e ao que está estabelecido no Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação da UFV e dos Regimentos dos diferentes programas;

§ 2º. O acompanhamento dos discentes selecionados com deficiência será feito com o suporte da Unidade de Políticas Inclusivas (UPI) da UFV, observando-se o disposto na Lei nº 13.146, de 2015.

## CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. As Comissões Coordenadoras dos diferentes Colegiados da Pós- Graduação na UFV se responsabilizarão pelo cumprimento desta Resolução, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) e o suporte da UPI.

Art. 12. Esta Resolução não se aplica aos Programas de Pós-Graduação em rede, ou em associação com outras Instituições de Nível Superior.

Art. 13. Os casos não tratados nessa Resolução serão avaliados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PPG) em conjunto com o Conselho Técnico de Pós-Graduação da UFV.

Art. 14. Esta Resolução se aplica aos ingressantes nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, a partir do primeiro semestre de 2020.

**ANEXO B - PORTARIA NORMATIVA****PORTARIA NORMATIVA Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016**

Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, em observância ao disposto no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e CONSIDERANDO:

O estabelecido na Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial;

Que as Ações Afirmativas e reservas de vagas adotadas em cursos de graduação, sobretudo as definidas na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 2012, que explicitamente coloca em seu art. 5º, § 3º, que "as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade";

Que o Supremo Tribunal Federal declarou, em 2012, a Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas;

Que o ingresso no Serviço Público Federal, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, estabelece reserva de vinte por cento das vagas aos/às negros/as, demonstrando que a adoção de Políticas de Ações Afirmativas na graduação não é suficiente para reparar ou compensar efetivamente as desigualdades sociais resultantes de passivos históricos ou atitudes discriminatórias atuais; e

Que universidades públicas, em diversos programas de pós-graduação, estão adotando Políticas de Ações Afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiências, ampliando a diversidade étnica e cultural em seu corpo discente, resolve:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas.

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão criar comissões próprias com a finalidade de dar continuidade ao processo de discussão e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas propostas.

Art. 3º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES deverá coordenar a elaboração periódica do censo discente da pós-graduação brasileira, com o intuito

de fornecer os subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, bem como para a avaliação de tais ações junto aos programas de pós-graduação.

Art. 4º O Ministério da Educação - MEC instituirá Grupo de Trabalho para acompanhar e monitorar as ações propostas nesta Portaria.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALOIZIO MERCADANTE OLIVA**

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A Conjunto A, 9º andar - Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.701-060 - Telefone: (61) 3322-3252